



ESTATÍSTICAS
AGRÍCOLAS
2023





FICHA TÉCNICA

TÍTULO |

Estatísticas Agrícolas - 2023

EDITOR |

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Av. António José de Almeida

1000-043 Lisboa

Portugal

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO |

Francisco Lima

DESIGN E COMPOSIÇÃO |

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Publicação periódica|

Anual


Agricultura, floresta e pescas | Agricultura, floresta e pescas

Edição digital |

ISSN 0079-4139

ISBN 978-989-25-0680-7



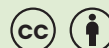
 Apoio | ao utilizador

218 440 695

Chamada para rede fixa nacional

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a edição de 2023 das “Estatísticas Agrícolas”, um retrato atual e abrangente da agricultura nacional, reportando-se a informação ao último período temporal disponível.

A publicação está organizada em 11 capítulos, constando no final de cada um, sempre que disponível, os links para os respetivos indicadores do portal do INE.

O INE agradece a todos os que contribuíram para a elaboração desta publicação, em especial aos agricultores, associações de produtores e às empresas que responderam aos inquéritos, bem como ao Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura e Pescas (GPP), à Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), ao Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), à Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), às Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), ao Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), à Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) e a todas as outras entidades que facultaram informação em tempo oportuno.

Nesta edição a desagregação geográfica dos resultados ao nível da região foi efetuada de acordo com a nova configuração das NUTS 2024.

Acreditando que a crítica construtiva serve de estímulo para o aperfeiçoamento e a melhoria da qualidade, o INE agradece todas as sugestões formuladas pelos utilizadores que possam contribuir para a valorização da informação sobre o setor agrícola.

julho de 2024

INTRODUCTION

Statistics Portugal presents the 2023 compendium of “Agriculture Statistics” edition, reporting the information to the last available reference period and a wide scope of data concerning national agriculture activity.

The publication is organized into 11 chapters, with links to the Statistics Portugal web portal indicators at the end of each one, whenever available.

Statistics Portugal would like to thank all entities that have contributed to this publication and acknowledge particularly the survey respondents, as well as the following entities: Office of Planning, Policies and General Administration of Ministry of Agriculture and fisheries, Institute for Nature Conservation and Forestry, General Directorate of Food and Veterinary, Wine and Vineyard Institute, General Directorate of Agriculture and Rural Development, Regional Directorates of Agriculture and Fisheries, Azores Regional Statistical Service, Madeira Regional Statistical Directorate, and to all the other entities that supplied information on time.

Statistical information is presented, whenever possible, with geographic disaggregation at the region level in accordance with the new NUTS 2024 configuration.

Believing that constructive criticism serves as a stimulus for quality Improvement, Statistics Portugal welcomes all comments and suggestions from users, which will play a role in improving future information for the agricultural sector.

July 2024

ÍNDICE

INTRODUÇÃO/INTRODUCTION	3
SUMÁRIO EXECUTIVO/EXECUTIVE SUMMARY	5
SINAIS CONVENCIONAIS/SIGLAS	17
1 - PRODUÇÃO VEGETAL	19
2 - PRODUÇÃO ANIMAL	42
3 - PRODUÇÃO FLORESTAL	53
4 - AGRICULTURA E AMBIENTE	70
5 - INDÚSTRIAS ALIMENTARES DAS BEBIDAS E DO TABACO	89
6 - COMÉRCIO INTERNACIONAL: PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES E PRODUTOS FLORESTAIS	95
7 - BALANÇOS DE APROVISIONAMENTO	114
8 - BALANÇA ALIMENTAR PORTUGUESA	125
9 - PREÇOS E ÍNDICES DE PREÇOS NA AGRICULTURA	131
10 - CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA	135
11 - CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA	138
12 - META-INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA	141





SUMÁRIO EXECUTIVO

1 PRODUÇÃO VEGETAL - ANO AGRÍCOLA 2022/2023

O ano agrícola 2022/2023 em Portugal continental caracterizou-se em termos meteorológicos como extremamente quente, sendo o mais quente desde que há registos sistemáticos (ano agrícola 1931/1932). De notar que dos nove anos agrícolas que registaram temperaturas médias superiores a 16,0°C, cinco ocorreram na última década. O ano agrícola registou uma precipitação total de 947,8mm (superior em 103,5mm à normal 1981-2010), classificando-se como chuvoso. No entanto, a primavera de 2023 foi a segunda mais seca desde 1931 (atrás da primavera de 2009, com 96,3mm) e a mais quente deste século.

A campanha dos cereais para grão de outono/inverno 2022/23 foi muito marcada pela seca severa da primavera, sendo a pior de sempre para todas as espécies cerealíferas, resultado dos decréscimos de áreas (exceto cevada) e de produtividades.

A precipitação acumulada no outono/inverno possibilitou alguma recuperação dos níveis de armazenamento das albufeiras e regadios privados, permitindo que a campanha de regadio decorresse com normalidade. Apesar de dificuldades pontuais de escoamento e armazenamento do milho para grão, devido à concentração das colheitas antes das chuvas, registou-se um aumento de produção de 7%, face a 2022. A produção de arroz subiu 15% devido aos aumentos de área e, principalmente, de produtividade. A área de tomate para a indústria foi de 17,2 mil hectares (+13%) e a produção de 1,69 milhões de toneladas (+19%), posicionando esta campanha como a segunda mais produtiva.

A produção de maçã foi semelhante à de 2022, embora na região do Oeste tenha registado um decréscimo de 15%. Em contrapartida, a produção em Trás-os-Montes aumentou cerca de 8%, tendo parte da produção sido desviada para a indústria.

Pelo segundo ano consecutivo a produção de pera registou um decréscimo (-11%, face a 2022), sendo a pior campanha desde 2012 devido às condições meteorológicas adversas. A intensificação do fogo bacteriano tem exercido uma pressão acrescida sobre o setor, obrigando ao arranque e abandono de muitos pomares nas zonas afetadas.

A produção de cereja foi de 11,8 mil toneladas, o que corresponde a menos de metade da alcançada em 2022. Os pomares foram fortemente afetados pelas condições climáticas adversas que condicionaram todo o ciclo, desde a diferenciação floral, floração e vingamento do fruto até à maturação.

A produção de kiwi decresceu 8%, mas a qualidade dos frutos foi muito boa, evidenciando calibres regulares, com reflexo positivo nos preços.

Com exceção do limão, os citrinos apresentaram uma redução significativa das produções, explicada pela boa produção do ano anterior e pela seca severa, nomeadamente no Algarve, onde houve restrições na utilização de água para rega. Nas variedades de laranja tardias o decréscimo foi da ordem dos 50%, contribuindo decisivamente para a diminuição global de 26%.

Pelo terceiro ano consecutivo a produção de castanha foi condicionada por problemas fitossanitários, agravados pelas secas, com impacto na qualidade e quantidade da produção global colhida, que foi inferior em 1/3 em relação à média do último quinquénio.

A produção de vinho aumentou em quase todas as regiões, atingindo os 7,4 milhões de hectolitros, o valor mais elevado desde 2001. De um modo geral, os vinhos apresentaram estrutura complexa e equilíbrio entre o teor alcoólico, a acidez e os taninos.

A produção de azeite ultrapassou os 1,75 milhões de hectolitros (160,8 mil toneladas), o que corresponde à segunda campanha oleícola mais produtiva de sempre. No entanto, o elevado teor de humidade das azeitonas dificultou a extração de azeite, o que resultou numa funda menor.

PRODUÇÃO ANIMAL - 2023

A produção total de carne situou-se nas 904 mil toneladas, refletindo um decréscimo de 1,1%, quando comparada com 2022.

A produção de carne de reses (468 mil toneladas, incluindo a carne de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e equídeos) teve uma descida de 4,3%, enquanto a produção de carne de animais de capoeira (inclui galináceos, perus e patos) cresceu 2,7%, tendo atingido as 421 mil toneladas.

No que respeita às reses, a carne de bovino (98 mil toneladas), suíno (356 mil toneladas), ovino (12,4 mil toneladas) e caprino (1,1 mil toneladas), mostraram reduções face a 2022, que foram de 5,1%, 3,6% e um decréscimo idêntico de 16,4%, para ovinos e caprinos, respetivamente.

A produção de carne de frango (337 mil toneladas) cresceu 2,3%, tal como a carne de pato (12,7 mil toneladas), que apresentou uma variação positiva de 23,8%. Pelo contrário, a carne de peru registou uma descida de 2,3% em relação a 2022, com uma produção de 50,1 mil toneladas.

A produção bruta de ovos de galinha totalizou 152 mil toneladas, um aumento de 1,8%, com o volume de ovos para consumo (131 mil toneladas) a crescer 1,6% e o de ovos para incubação (22,0 mil toneladas) a aumentar 3,2%, face a 2022.

A produção total de leite contabilizou 1 996 milhões de litros, correspondente a um aumento de 1,4% relativamente a 2022, com o volume de leite de vaca (1 901 milhões de litros) a aumentar 1,6% e os leites de ovelha e cabra com decréscimos de 2,6% e 4,9%, respetivamente.

A produção da indústria de lacticínios nacional em 2023 resultou num maior volume total de produtos lácteos, evolução que ficou a dever-se ao acréscimo ocorrido nos produtos frescos (leite para consumo superior em 2,5%), já que o total de produtos transformados teve uma ligeira redução, com a produção de queijo a diminuir 4,8%, enquanto a manteiga e o leite em pó aumentaram 14,9% e 18,0%, respetivamente.

PRODUÇÃO FLORESTAL

Em Portugal, deflagraram 7 562 incêndios rurais em 2023, menos 27,6% de ocorrências comparativamente a 2022. O número de ignições representa o menor valor dos últimos 20 anos, representando 80,8% da média do último quinquénio (9 359).

Em 2023, a superfície ardida em Portugal correspondeu a 34,5 mil hectares no Continente e 5,2 mil hectares na R.A.M (110,1 mil hectares e 0,09 mil hectares em 2022, respetivamente), o que posiciona 2023 como o terceiro ano menos severo da última década (2014-2023), com 68.6% da área média ardida no último quinquénio (57,8 mil hectares).

Em Portugal Continental, no ano 2023, a área de caça distribuiu-se por 6 973 mil hectares em 5 300 zonas de caça, mais 52 espaços distribuídos por menos 23,7 mil hectares que em 2022.

As 112 285 licenças de caça emitidas na época venatória 2022/2023 (115 726 em 2021/2022), justificaram um decréscimo de 3,0%, gerando uma receita de 5,5 milhões de euros, inferior em 2,8% à de 2021/2022.

AGRICULTURA E AMBIENTE

Em 2022, foram vendidas 9,1 mil toneladas de substâncias ativas de produtos fitofarmacêuticos, o que reflete uma redução de 5,7% face a 2021. Para este decréscimo contribuiu a diminuição das vendas de glifosato (- 22,0%), substância ativa que concentrou 75% do total das vendas de herbicidas, representando 15,8% do total das vendas de produtos fitofarmacêuticos.

O consumo aparente de fertilizantes cresceu 38,6% em 2023, justificado em grande medida pelo decréscimo do índice de preços dos fertilizantes (-24,8%).

Em 2023, o balanço bruto do azoto no solo foi de 154,8 mil toneladas (133,5 mil toneladas de azoto em 2022), resultado de um crescimento na incorporação de azoto no solo (+25,1 mil toneladas de azoto), mais acentuado do que o aumento de azoto removido pelas culturas (+3,8 mil toneladas).

O balanço do fósforo aumentou 12,3% em 2023, contabilizando um excedente de 1,2 mil toneladas (+513 toneladas em 2022).

Em 2022 a atividade agrícola foi responsável por 50,6 Gg de emissões de NH₃, equivalente a 12,9 kg NH₃/ha SAU. Este resultado reflete um decréscimo de 2,6% face a 2021, promovido sobretudo pela perda da importância da fonte emissora “Aplicação de fertilizantes inorgânicos (inclui a ureia)” que passou a representar 5,4% do total de NH₃ emitido (-2,9 p.p. face a 2021).

A atividade agrícola, no ano de 2022, foi responsável pela emissão de 6,9 milhões de toneladas de GEE (eq. CO₂), o que corresponde a 1,8 toneladas de GEE (eq. CO₂)/ha SAU (redução de 3,1% comparativamente a 2021).

O consumo direto de energia da atividade agrícola atingiu 16,4 milhões de GJ em 2022, o que traduz uma redução de 7,0% relativamente a 2021, sobretudo devido ao aumento dos preços do petróleo e da eletricidade, as principais fontes de energia utilizadas no sector agrícola.

INDÚSTRIA ALIMENTAR, DAS BEBIDAS E DO TABACO – 2023

As Indústrias Alimentares mantiveram-se como a principal atividade da produção industrial nacional com 16,5% do total das vendas em 2023 (14,7% em 2022).

Em 2023, 77,4% do valor das vendas das indústrias alimentares teve como destino o mercado nacional (-0,2 p.p. face a 2022) e 16,9% a União Europeia (+0,1 p.p. face a 2022).

Valor das vendas das Indústrias Alimentares em 2023 fixou-se nos 17,0 mil milhões de euros, mais 1,3 mil milhões de euros face a 2022.

Atividade de “abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” foi a mais valorizada das Indústrias Alimentares com 20,0% do total do valor de vendas (19,2% em 2022).

A Indústria das Bebidas faturou 3,7 mil milhões de euros em 2023, mais 166 milhões de euros que em 2022, tendo a “indústria do vinho” contribuído com 49,5% do total do valor das vendas (51,9% em 2022).

As vendas da Indústria do tabaco ascenderam a 707,4 milhões de euros, mais 7 milhões face a 2022.



O défice da balança comercial dos Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas) atingiu 5 512,7 milhões de euros em 2023, refletindo um agravamento de 315,1 milhões de euros face ao ano anterior.

As Carnes e miudezas, comestíveis foi o grupo que mais contribuiu para esta evolução, atingindo o maior défice, registando um aumento do défice de 121,8 milhões de euros em 2023, para 1 362,0 milhões de euros, sendo também o grupo de produtos com o maior défice no conjunto dos Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas), ultrapassando o grupo dos Cereais.

O saldo da balança comercial das Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres voltou a diminuir, -49,5 milhões de euros face a 2022, registando um excedente de 650,4 milhões de euros em 2023.

O saldo da balança comercial dos Produtos do setor florestal alcançou 2 923,7 milhões de euros em 2023, recuando 348,4 milhões de euros comparativamente ao ano anterior. A Cortiça e o Papel e Cartão registaram os saldos mais elevados (943,7 e 940,2 milhões de euros, respetivamente).

BALANÇOS DE APROVISIONAMENTO

Em 2023 o mercado interno contribuiu com 75,4% da quantidade de carne necessária para satisfazer as necessidades nacionais de consumo, menos 2,7 p.p. que no ano anterior. A carne de animais de capoeira foi a mais consumida (47,2 kg/habitante, que compara com 45,2 kg/habitante em 2022), seguida da carne de suíno (41,7 kg/habitante versus 42,4 kg/habitante em 2022).

O grau de autoaprovisionamento para o conjunto dos produtos lácteos (leite e derivados) em 2023 foi 94,6%, que compara com 93,7% em 2022. Mantiveram-se excedentários o leite para consumo público (115,0%) e a manteiga (133,3%), mas alguns produtos lácteos continuaram deficitários, caso dos leites acidificados (55,1%), das bebidas à base de leite (74,2%) e do queijo (59,3%).

Na campanha 2022/2023*, o grau de autoaprovisionamento dos cereais (exceto arroz) foi de 18,0% (-1,7 p.p. face à campanha transata). A produção de grão decresceu 8,9%, refletindo uma campanha cerealífera marcada pela situação de seca, tendo o recurso às importações (+11,7%) permitido um consumo semelhante ao registado na campanha anterior.

* O balanço da campanha 2022/23 diz respeito à produção de cereais no ano agrícola 2021/22.

A quantidade total de frutos disponível para consumo humano em 2022/2023 aumentou 1,9%, equivalendo a um consumo per capita de 146,9 kg de frutos por habitante (144,9 kg na campanha 2021/2022). O grau de autoaprovisionamento fixou-se em 73,3%, menos 14,7 p.p. que em 2021/2022. De referir ainda que, em relação à campanha anterior, as exportações diminuíram 14,0%, tendo a importação de frutos aumentado 6,7%.

O grau de autoaprovisionamento do azeite em 2022 foi de 198,6% (98,6 p.p. acima da autossuficiência), 66,2 p.p. abaixo do valor apresentado em 2021, ano record, que teve o valor mais elevado de toda a série disponível.

Na campanha 2022/2023, o grau de autoaprovisionamento do vinho fixou-se em 108,9% (112,4% em 2021/2022). A produção vinícola registou um decréscimo de 6,9% face à campanha anterior, agravada pela redução de 20,2% das importações, tendo o consumo humano decrescido 9,2%, particularmente no que respeita aos vinhos sem certificação. Verificou-se ainda uma diminuição significativa das exportações de vinho (-25,9%) na campanha em análise.

BALANÇA ALIMENTAR

O aporte calórico médio diário por habitante no período 2016-2020 foi de 4 075 kcal, duas vezes o valor recomendado para um adulto com um peso médio saudável.

O índice de adesão à dieta mediterrânica melhorou em 2020, registando um nível idêntico ao obtido em 2012 em plena crise económica (1,157).

ESTATÍSTICAS DE PREÇOS AGRÍCOLAS - 2023

O índice de preços de produção dos bens agrícolas aumentou 14,6%. Este crescimento deveu-se às evoluções de +14,5% no índice de preços da produção vegetal e de +14,7% no índice de preços da produção animal.

O índice de preços dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura registou uma variação de +1,8% e o índice de preços dos bens e serviços de investimento da atividade agrícola uma evolução de +4,7%.

CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA - 2023

Em 2023, o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), registou um acréscimo (+8,5%), em consequência do grande aumento do Valor Acrescentado Bruto (VAB), em termos nominais (+31,9%), e da forte redução dos Outros subsídios à produção (-46,1%).

O acréscimo do VAB, em termos nominais, resultou de um crescimento da Produção do ramo agrícola (+16,7%) superior ao do Consumo intermédio (CI) (+9,7%). Em termos reais, o menor aumento do VAB (+3,6%) refletiu menores acréscimos em volume da Produção e do CI (+1,7% e +0,8%, respetivamente) e um acentuado acréscimo do deflator implícito.

CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA - 2022

Em 2022, o VAB da silvicultura decresceu 3,4% em volume e aumentou, pelo segundo ano consecutivo, em valor (+9,6%).

O acréscimo do VAB, em termos nominais, foi consequência do aumento da Produção (+8,3%) ter sido superior ao aumento CI (+5,8%). Destacam-se os acréscimos da produção de madeira de resinosas, de folhosas e para energia (+6,9%, +19,9% e +17,3%, respetivamente), onde o aumento dos preços teve grande impacto.



EXECUTIVE SUMMARY

CROP PRODUCTION - CROP YEAR 2022/2023

The 2022/2023 crop year in mainland Portugal was characterized in meteorological terms as extremely hot, being the hottest one since there are systematic records (crop year 1931/1932). Bear in mind that of the nine crop years that recorded average temperatures above 16.0°C, five occurred in the last decade. The crop year recorded a total rainfall of 947.8mm (103.5mm higher than the 1981-2010 normal), classifying it as rainy. However, spring 2023 was the second driest since 1931 (behind spring 2009, with 96.3mm) and the warmest of this century.

The autumn/winter 2022/23 cereal grain campaign was greatly marked by the severe spring drought, being the worst ever for all cereal species, as result of area (except for barley) and yield decreases.

The accumulated rainfall in autumn/winter made it possible to recover storage levels in reservoirs and private irrigation systems, allowing the irrigation campaign to proceed smoothly. Despite occasional difficulties with the flow and storage of grain maize, due to the concentration of harvests before the rains, there was an increase in production of 7%, compared to 2022. Rice production grew by 15% due to increases in area and, mainly, in yield. The tomato for processing area was 17.2 thousand hectares (+13%) and production was 1.69 million tons (+19%), placing this harvest as the second most productive.

Apple production was similar to 2022 harvest, although in the Oeste region it registered a drop of 15%. By contrast, production in Trás-os-Montes increased by around 8%, with part of the production diverted to industry.

For the second consecutive year, pear production recorded a decrease (-11%, compared to 2022), being the worst harvest since 2012 due to adverse weather conditions. The intensification of fire blight has put additional pressure on the sector, forcing the uprooting and abandonment of many orchards in the affected areas.

Cherry production was 11.8 thousand tons, which corresponds to less than half of that achieved in 2022. The orchards were strongly affected by adverse climatic conditions that affected the entire cycle, from floral differentiation, flowering and fruit setting to maturation.

Kiwi production fell by 8%, but the quality of the fruits was very good, showing regular sizes, with a positive impact on prices.

Apart from lemon, citrus showed a significant reduction in production, explained by the good production of the previous year and the severe drought, particularly in the Algarve, where there were restrictions on the use of water for irrigation. In late orange varieties, the decrease was around 50%, contributing decisively to the overall decrease of 26%.

For the third consecutive year, chestnut production was affected by phytosanitary problems, worsened by droughts, with an impact on the quality and quantity of global harvested production, which was 1/3 lower than the average for the last five years.

Wine production increased in almost all regions, reaching 7.4 million hectolitres, the highest value since 2001. In general, the wines presented a complex structure and balance between alcohol content, acidity and tannins.

Olive oil production exceeded 1.75 million hectolitres (160.8 thousand tons), which corresponds to the second most productive olive growing campaign of all time. However, the high moisture content of the olives made oil extraction difficult, which resulted in a smaller yield.

ANIMAL PRODUCTION - 2023

Total meat production stood at 904 thousand tonnes, reflecting a decrease of 1.1% compared to 2022.

Total bovine, pig, sheep, goat and horse meat (468 thousand tonnes) fell by 4.3%, while the production of poultry meat (including chickens, turkeys and ducks) grew by 2.7%, reaching 421 thousand tonnes.

All four types of meat, beef (98 thousand tonnes), pork (356 thousand tonnes), sheep (12.4 thousand tonnes) and goat (1.1 thousand tonnes) showed reductions compared to 2022, which were of 5.1%, 3.6% and an identical decrease of 16.4% for sheep and goats, respectively.

Broiler meat production (337 thousand tonnes) grew by 2.3%, as did duck meat (12.7 thousand tonnes), which showed a positive variation of 23.8%. On the other hand, turkey meat fell by 2.3% compared to 2022, with production of 50.1 thousand tonnes.

Total chicken egg production totalled 152 thousand tonnes, an increase of 1.8%, with the volume of eggs for consumption (131 thousand tonnes) increasing by 1.6% and eggs for incubation (22 thousand tonnes) by 3.2% compared to 2022.

Total milk production was 1,996 million litres, corresponding to an increase of 1.4% compared to 2022, with the volume of cow's milk (1,901 million litres) increasing by 1.6% and sheep's and goat's milk decreasing by 2.6% and 4.9%, respectively.

The national dairy industry's production in 2023 resulted in a higher total volume of dairy products, due to the increase in fresh products (2.5% more drinking milk), since the total of processed products fell slightly, with cheese production falling by 4.8%, while butter and milk powder increased by 14.9% and 18.0%, respectively.

FOREST PRODUCTION

During 2023, 7,562 rural fires broke out in Portugal, 27.6% less occurrences than in 2022. The number of ignitions, is the lowest in the past 20 years, representing 80.8% of the average of the last five years (9,359).

In 2023, the burned area in Portugal corresponds to 34.5 thousand hectares on the mainland and 5.2 thousand hectares in the Madeira Autonomous Region (110.1 thousand hectares and 0.09 thousand hectares in 2022, respectively), which placed 2023 as the third least severe year in the last decade (2014-2023), with 68.6% of the average area burned during the last five years (57.8 thousand hectares).

In mainland Portugal, in 2023, the hunting area was distributed over 6,973 thousand hectares through 5,300 hunting areas, 52 more spaces spread over 23.7 thousand hectares less than in 2022.

The 112,285 hunting licenses issued in the 2022/2023 hunting season (115,726 in 2021/2022), justified a decrease of 3.0%, generating a revenue of 5.5 million euros, 2.8% lower than in 2021/2022.

AGRICULTURE AND THE ENVIRONMENT

In 2022, 9.1 thousand tonnes of active substances of plant protection products were sold, reflecting a decrease of 5.7% compared to 2021. This decrease was due to a drop in sales of glyphosate (-22.0%), an active substance that accounted for 75% of total herbicide sales, representing 15.8% of total plant protection product sales.

Apparent consumption of fertilisers grew by 38.6% in 2023, largely due to the decrease in the price index for fertilisers and soil improvers (-24.8%).

In 2023, the gross nitrogen balance reached 154.8 thousand tonnes (133.5 thousand tonnes of nitrogen in 2022), the result of an increase in the incorporation of nitrogen into the soil (+25.1 thousand tonnes), which was more pronounced than the increase in nitrogen removed by crops (+3.8 thousand tonnes).

The phosphorus balance increased by 12.3% in 2023, accounting for a surplus of 1.2 thousand tonnes (+513 tonnes in 2022).

In 2022, agricultural activity was responsible for 50.6 Gg of NH_3 emissions, equivalent to 12.9 kg NH_3 /ha UAA. This result reflects a decrease of 2.6% compared to 2021, mainly due to the loss of importance of the emitting source "Application of inorganic fertilisers (includes urea)", which now accounts for 5.4% of total NH_3 emissions (-2.9 p.p.).

In 2022, agricultural activity was responsible for the emission of 6.9 million tonnes of GHG (eq. CO_2), which corresponds to 1.8 tonnes of GHG (eq. CO_2) /ha SAU (a reduction of 3.1% compared to 2021).

Direct energy consumption from agricultural activity reached 16.4 million GJ in 2022, which represents a reduction of 7.0% compared to 2021, mainly due to the increase in oil and electricity prices, the main sources of energy used in the agricultural sector.

FOOD, BEVERAGE AND TOBACCO INDUSTRY - 2023

Manufacture of food products remained the main activity of national industrial production with 16.5% of total sales in 2023 (14.7% in 2022).

In 2023, 77.4% of the value of manufacture of food products sales was destined to national market (-0.2 p.p. compared to 2022) and 16.9% to European Union (+0.1 p.p. compared to 2022).

The value of manufacture of food products sales in 2023 reached 17.0 billion Euros, more 1.3 billion Euros compared to 2022.

The “slaughtering of animals, processing and preserving of meat and meat products” activity was the most valued of the Manufacture of food products with 20.0% of total sales value (19.2% in 2022).

The manufacture of beverages accounted around 3.7 billion Euros of sales in 2023, more 166 million Euros than in 2022, while the “manufacture of wines” accounted for 49.5% of total sales (51.9 % in 2022).

Manufacture of tobacco products sales totalled 707.4 million Euros, 7 million more than in 2022.

INTERNATIONAL TRADE - 2023


The commercial deficit of agricultural and food products (excluding beverages and fishery products) reached EUR 5,512.7 million in 2023, which represents an increase of EUR 315.1 million compared to the previous year.

Meat and edible meat offal was the group that most contributed to this evolution, with an increase in the deficit of EUR 121.8 million in 2023, to EUR 1,362.0 million, also being the product group with the largest deficit in the agricultural and food products (excluding beverages and fishery products) group, surpassing the Cereals group.

The trade balance of Beverages, spirits and vinegars fell again, EUR -49.5 million compared to 2022, registering a surplus of EUR 650.4 million in 2023.

The trade balance of forest products reached EUR 2,923.7 million in 2023, down EUR 348.4 million on the previous year. Cork and Paper and paperboard recorded the highest surpluses (EUR 943.7 and EUR 940.2 million, respectively).

SUPPLY BALANCES



In 2023 the domestic market contributed 75.4 %% of the amount of meat needed to meet national consumption needs, 2.7 p.p. less than the previous year. Poultry meat was the most consumed (47.2 kg/inhabitant, compared to 45.2 kg/inhabitant in 2022), followed by pig meat (41.7 kg/inhabitant compared to 42.4 kg/inhabitant in 2022).

Self-sufficiency for all dairy products (milk and dairy products) in 2023 was 94.6 %, compared to 93.7 % in 2022. Milk for public consumption (115.0%) and butter (133.3%) remained in surplus, but some dairy products remained in deficit, such as acidified milks (55.1%), milk-based drinks (74.2%) and cheese (59.3%).

In the 2022/2023* campaign, self-sufficiency of cereals (except rice) was 18.0% (-1.7 p.p. compared to the previous campaign). Grain production fell by 8.9%, reflecting a cereal year marked by drought, with imports (+11.7%) allowing consumption to be similar to the one recorded in the previous campaign.


* The balance sheet for the 2022/23 campaign refers to cereal production in the 2021/22 agricultural year.

The total amount of fruit available for human consumption in 2022/2023 increased by 1.9%, equivalent to per capita consumption of 146.9 kg of fruit per inhabitant (144.9 kg in 2021/2022). The degree of self-sufficiency stood at 73.3 %, 14.7 p.p. less than in 2021/2022. It should also be noted that, compared to the previous campaign, exports fell by 14.0 % and fruit imports increased by 6.7 %.

The degree of olive oil self-sufficiency in 2022 was 198.6% (98.6 p.p. above self-sufficiency), 66.2 p.p. below the figure for 2021, a record year, which had the highest value in the entire available series.

In the 2022/2023 campaign, the degree of wine self-sufficiency stood at 108.9 % (112.4 % in 2021/2022). Wine production fell by 6.9% compared to the previous campaign, aggravated by the 20.2% reduction in imports, and human consumption fell by 9.2%, particularly regarding uncertified wines. There was also a significant drop in wine exports (-25.9%) in the period under review.

FOOD BALANCE



Average daily caloric intake per inhabitant in the period 2016-2020 was 4,075 kcal, twice the recommended value for an adult with an average healthy weight.

Adherence to the Mediterranean diet improved in 2020, registering a level identical to that obtained in 2012 during the economic crisis (1,157).

AGRICULTURAL PRICE STATISTICS - 2023

The agricultural goods output price index increased by 14.6%. This growth was due to the growths of 14.5% in the crop output price index and 14.7% in the animal output price index.

The price index of goods and services currently consumed in agriculture increased by 1.8% and the price index of goods and services contributing to agricultural investment grew by 4.7%.

ECONOMIC ACCOUNTS FOR AGRICULTURE - 2023

In 2023, the Income from agricultural activity, in real terms, per work annual unit (AWU), registered an increase (+8.5%), as a result of the large increase in Gross Value Added (GVA), in nominal terms (+31.9%), and the strong reduction in Other subsidies on production (-46.1%).

The increase in GVA, in nominal terms, resulted from a growth in Agricultural Output (+16.7%) higher than that of Intermediate Consumption (IC) (+9.7%). In real terms, the smaller increase in GVA (+3.6%) reflected slighter increases in volume of Output and IC (+1.7% and +0.8%, respectively) and a large increase in implicit deflator.

ECONOMIC ACCOUNTS FOR FORESTRY - 2022

In 2022, the GVA of forestry decreased by 3.4% in volume and increased, for the second consecutive year, in value (+9.6%).

The increase of GVA, in nominal terms, was a consequence of the increase in Output (+8.3%) which was higher than that in IC (+5.8%). It is worth noting the increases in the output of coniferous timber, non-coniferous timber and fuel wood (+6.9%, +19.9% and +17.3%, respectively), where the increase in prices had a major impact.





SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
x	Valor não disponível
ə	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
//	Não aplicável
Pe	Valor preliminar
Po	Valor provisório
Rc	Valor retificado
Rv	Valor revisto

SIGLAS

AIMMP	Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário em Portugal
BAP	Balança Alimentar Portuguesa
c	Cabeças
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CEA	Contas Económicas da Agricultura
CELPA	Associação da Indústria Papeleira
CES	Contas Económicas da Silvicultura
CI	Consumo Intermédio
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DRAP	Direções Regionais de Agricultura e Pescas
DOP	Denominação de Origem Protegida
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EEB	Encefalopatia Espongiforme Bovina
EM	Estado-Membro
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
g	Gramas
Gj	Gigajoule

ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFN	Inventário Florestal Nacional
INE	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
IGP	Indicação Geográfica Protegida
IRH	Indicador de risco harmonizado
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.
H	Homens
ha	Hectare
hl	Hectolitro
HM	Total de homens e mulheres
kWh	Quilovátios-hora (Kilowatt-hora)
l	Litro
LMR	Limite Máximo de Resíduos
M	Mulheres
n. e.	Não especificado
n.º	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
COM	Organização Comum do Mercado
p	Peso
PAC	Política Agrícola Comum
pc	Peso carcaça
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
POEC	Plano de Ordenação de Exploração Cinegética
pv	Peso vivo
R.A.M.	Região Autónoma da Madeira
s.a.	Substância ativa
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SCIE	Sistema de Contas Integradas das Empresas
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
t	Tonelada
UE	União Europeia
unid.	Unidade
UTA	Unidade de Trabalho Ano
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VABpm	Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado

NOTAS

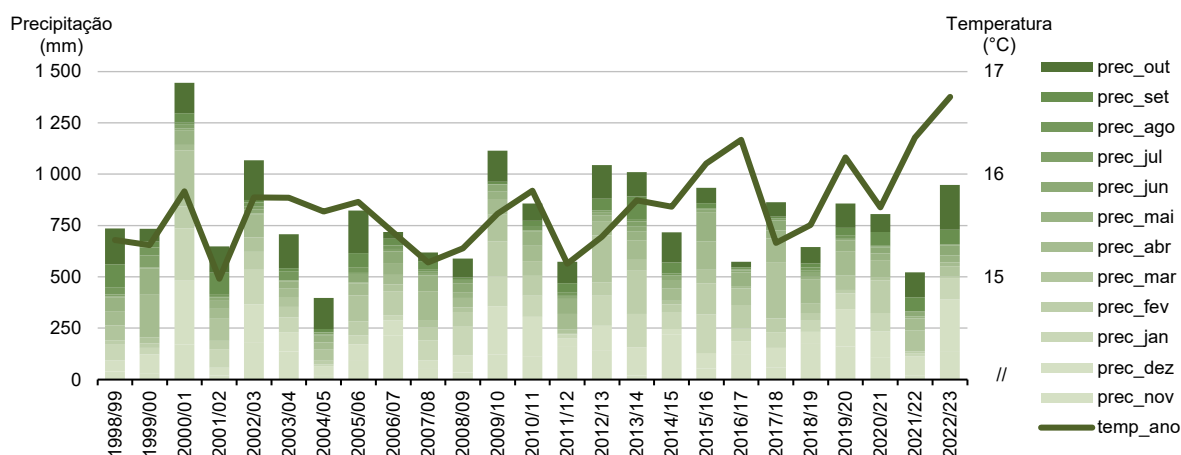
Além destes sinais e siglas, são utilizados os símbolos do sistema métrico decimal.



O ano agrícola 2022/2023 em Portugal continental, que decorreu entre 1 de novembro de 2022 e 31 de outubro de 2023, caracterizou-se em termos meteorológicos como extremamente quente¹, sendo inclusivamente o mais quente desde que há registos sistemáticos (ano agrícola 1931/1932). A temperatura média foi de 16,8°C, com um desvio de 1,3°C face à normal (1981-2010), tendo claramente ultrapassado os valores do anterior ano agrícola, que já tinha sido o mais quente da série (16,4°C). De notar que dos nove anos agrícolas que registaram temperaturas médias superiores a 16,0°C, cinco ocorreram na última década.

Quanto à precipitação, o ano agrícola registou uma precipitação total de 947,8mm (superior em 103,5mm à normal 1981-2010), classificando-se como chuvoso².

FIGURA 1.1
Precipitação e temperatura média em Portugal continental nos últimos 25 anos agrícolas (1 de novembro a 31 de outubro)



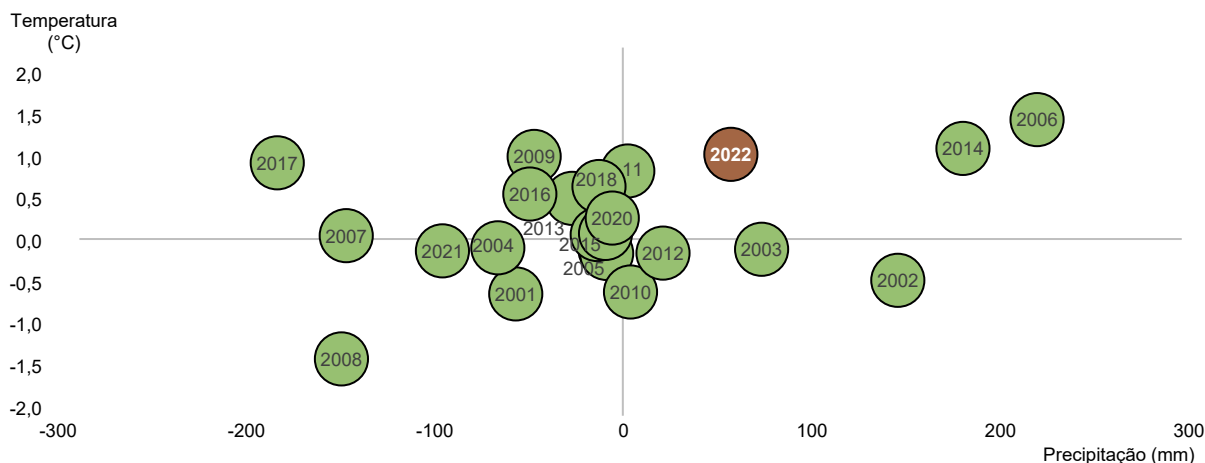
FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (cálculos INE, I. P.)

¹ Por analogia com a classificação meteorológica mensal usada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., classifica-se como extremamente quente um ano agrícola cujo valor de temperatura média ultrapassa o valor máximo registado nos anos agrícolas do período de referência (1981-2010).

² Por analogia com a classificação meteorológica mensal usada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., classifica-se como chuvoso um ano agrícola cujo valor de precipitação permite posicioná-lo, por comparação com os registos dos anos agrícolas no período de referência (1981-2010), entre os percentis 60 e 80.

A análise sazonal revela que o outono de 2022 classificou-se como muito quente³ e chuvoso⁴. O valor médio da temperatura média do ar, 17,6°C, foi o terceiro mais alto desde 2000, apenas inferior a 2006 (18,0°C) e a 2014 (17,6°C), e apresentou uma anomalia positiva de 1,0°C face à normal (1981-2010). Quanto ao total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de setembro a novembro, 326,4mm, correspondeu a cerca de 121% do valor médio (+56,9mm).

FIGURA 1.2
Desvios da temperatura média e precipitação nos outonos (setembro, outubro e novembro) de 2000 a 2022, face à normal 1981-2010



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (cálculos INE, I. P.)

O inverno 2022/23 (dezembro 2022, janeiro e fevereiro 2023) em Portugal continental classificou-se como muito quente⁵, em relação à temperatura do ar, e chuvoso⁶, em relação à precipitação. O valor da temperatura média do ar, 10,6°C, foi superior à normal com uma anomalia de +1,0°C (face à normal 1981-2010), tendo sido o quarto inverno mais quente deste século. A quantidade total de precipitação ocorrida nos meses de dezembro a fevereiro, 365,2mm, apresentou um desvio positivo de 43,4mm (+13%), face à normal. Realce para o facto de mais de 2/3 desta precipitação ter ocorrido em dezembro (250,4mm), o mais chuvoso das últimas duas décadas.

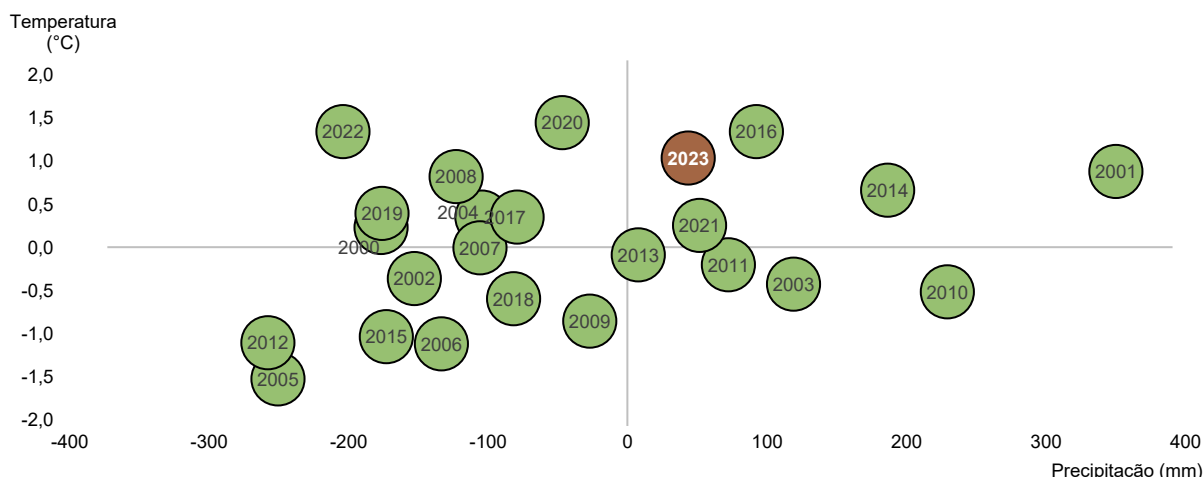
³ Por analogia com a classificação meteorológica mensal usada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., classifica-se como muito quente um conjunto de meses cujo valor de temperatura média permite posicioná-lo, por comparação com os registos de iguais conjuntos no período de referência (1981-2010), no intervalo dos 20% mais quentes.

⁴ Por analogia com a classificação meteorológica mensal usada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., classifica-se como chuvoso um conjunto de meses cujo valor de precipitação permite posicioná-lo, por comparação com os registos de iguais conjuntos no período de referência (1981-2010), entre os percentis 60 e 80.

⁵ Ver nota de rodapé 3.

⁶ Ver nota de rodapé 4.

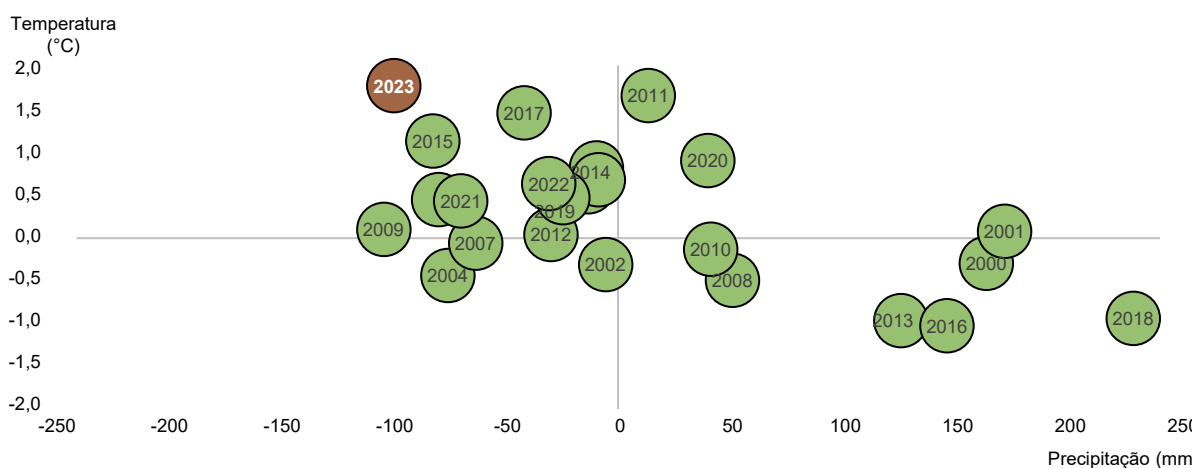
FIGURA 1.3
Desvios da temperatura média e precipitação nos invernos (dezembro, janeiro e fevereiro) de 2000 a 2023, face à normal 1981-2010



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (cálculos INE, I. P.)

A primavera de 2023 classificou-se como muito quente⁷ e muito seca⁸. Com um valor da temperatura média do ar de 16,0°C, que corresponde a um desvio de +1,8°C face à normal 1981-2010, foi a primavera mais quente deste século e a segunda mais quente desde 1931 (apenas ultrapassada pela de 1997, com 16,5°C). Quanto ao total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de março a maio, 100,9mm, corresponde a cerca de 50% do valor médio, e posiciona esta primavera também como a segunda mais seca desde 1931 (atrás da primavera de 2009, com 96,3mm). Nota para o facto da precipitação média ocorrida entre os meses de março e maio de 2023 ter representado apenas 12% da precipitação total do ano agrícola quando, em média (1981-2010), tem um peso de 24% nesse valor.

FIGURA 1.4
Desvios da temperatura média e precipitação nas primaveras (março, abril e maio) de 2000 a 2023, face à normal 1981-2010



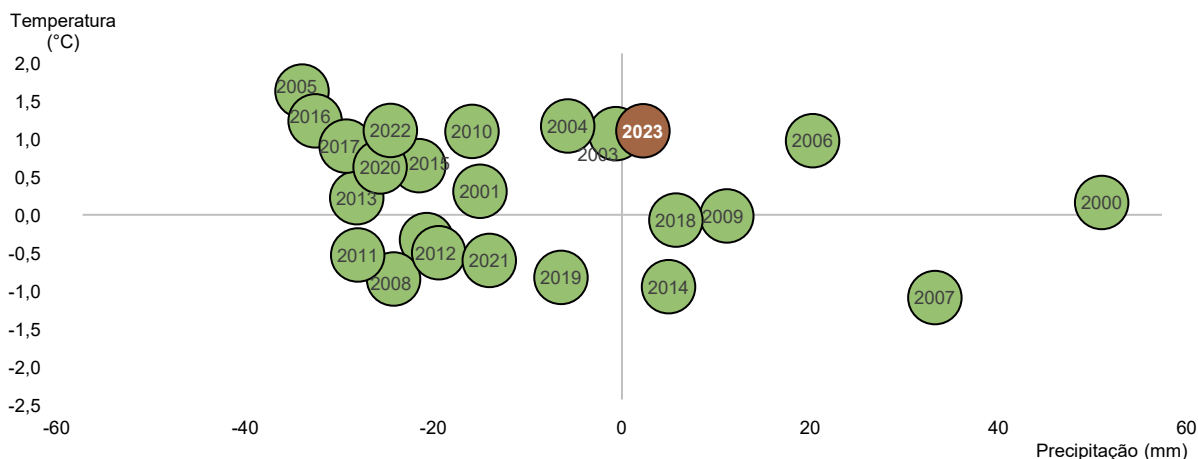
FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (cálculos INE, I. P.)

⁷ Ver nota de rodapé 3.

⁸ Por analogia com a classificação meteorológica mensal usada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., classifica-se como muito seco um conjunto de meses cujo valor de precipitação permite posicioná-lo, por comparação com os registos de iguais conjuntos no período de referência (1981-2010), no intervalo dos 20% mais secos.

O verão de 2023 classificou-se como muito quente⁹, em relação à temperatura do ar, e chuvoso¹⁰, em relação à precipitação. O valor da temperatura média do ar foi de 22,9°C (+1,1°C em relação ao valor normal). Quanto ao total da quantidade de precipitação ocorrida nos meses de junho a agosto, 54,6mm, correspondeu a cerca de 104% do valor da normal 1981-2010 e foi superior à precipitação de 17 dos 24 verões deste século.

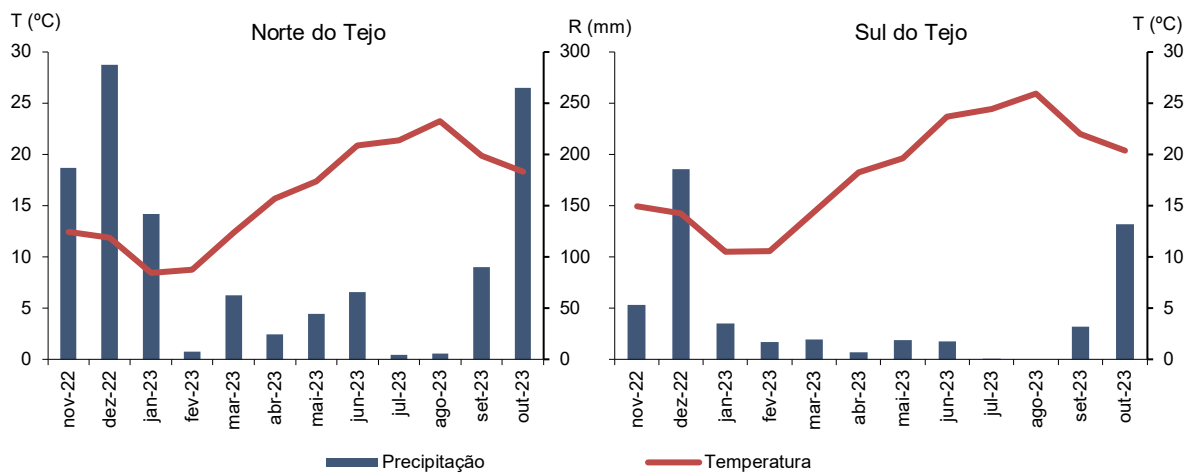
FIGURA 1.5
Desvios da temperatura média e precipitação nos verões (junho, julho e agosto) de 2000 a 2023, face à normal 1981-2010



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (cálculos INE, IP).

Especialmente, observaram-se cenários meteorológicos significativamente distintos, quer em termos absolutos, quer por comparação com os anos agrícolas anteriores.

FIGURA 1.6
Temperatura e precipitação (ano agrícola 2022/2023)



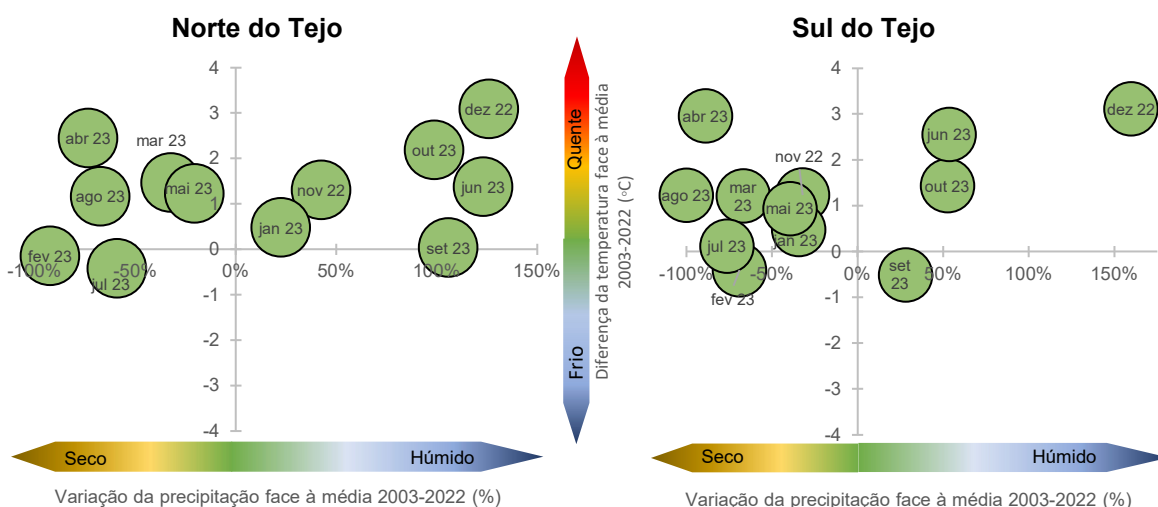
FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

⁹ Ver nota de rodapé 3.

¹⁰ Ver nota de rodapé 4.

A norte do Tejo, os meses de novembro de 2022 a janeiro de 2023, bem como junho, setembro e outubro de 2023 tiveram precipitação acima da média mensal ocorrida nos últimos 20 anos agrícolas (2003 a 2022). Por contraste, a sul do Tejo, apenas os meses de dezembro de 2022 e junho, setembro e outubro de 2023 registaram precipitação acima da média (2003-2022), com fevereiro, março, abril, julho e agosto a apresentarem desvios negativos para a média superiores a 50%.

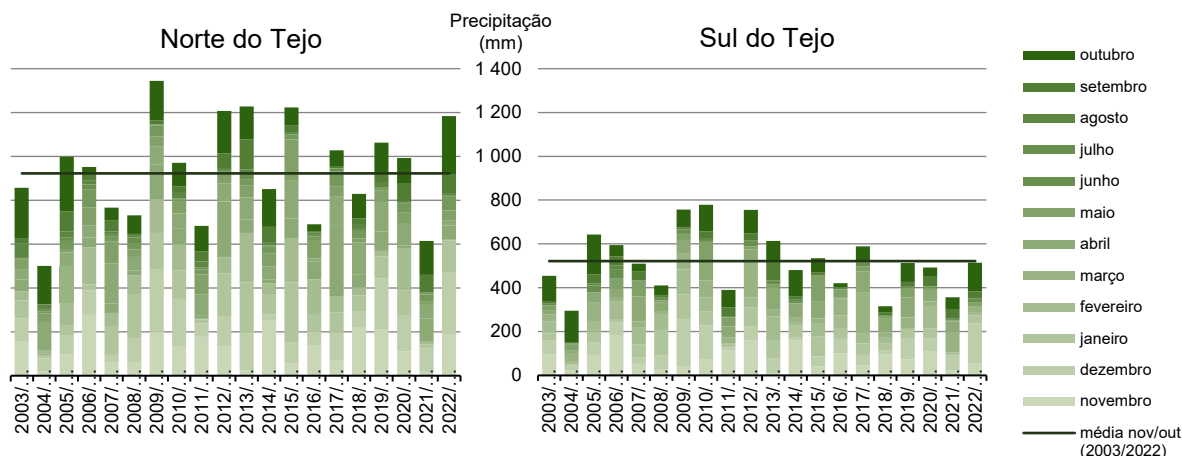
FIGURA 1.7
Temperatura do ar e precipitação no ano agrícola 2022/2023 -
comparação face à média no período 2003-2022



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (cálculos INE, I. P.)

Esta heterogeneidade regional da precipitação mensal contribuiu para um cenário também distinto na precipitação acumulada neste ano agrícola. A norte do Tejo, choveram 1183,3mm, 93% acima do registado no ano agrícola 2021/22 (613,9mm) e 28% acima do valor médio de 2003 a 2022 (922,5mm), tendo sido o quinto ano agrícola mais chuvoso dos últimos vinte. A sul do Tejo, a precipitação total foi de 514,2mm, próximo do valor médio de 2003 a 2022 (522,3mm) e 45% acima do registado no ano agrícola 2021/22 (341,9mm), posicionando-o na mediana dos últimos vinte anos.

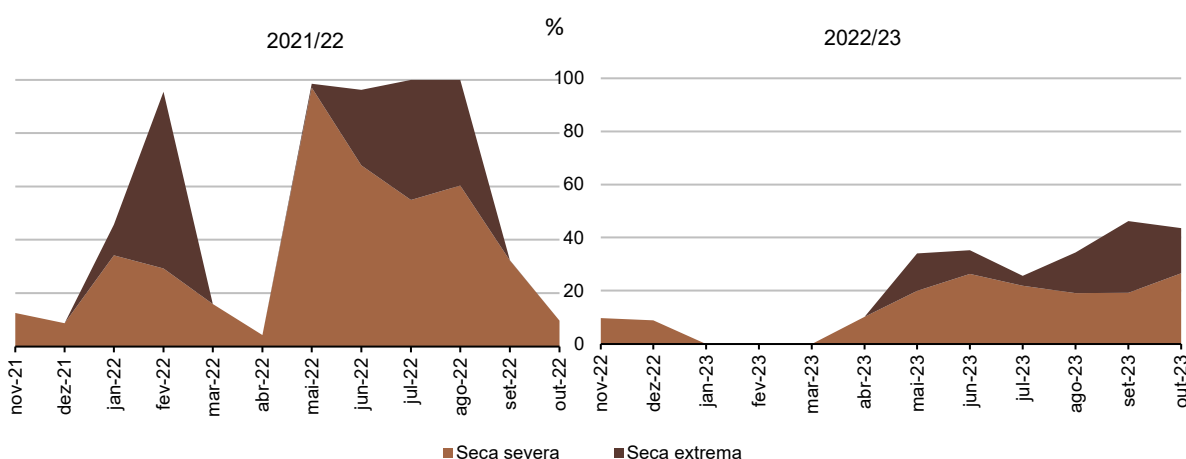
FIGURA 1.8
Precipitação média dos últimos 20 anos agrícolas



FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (cálculos INE, I. P.)

A seca meteorológica de 2023 foi menos severa que a de 2022, nunca tendo as classes de seca severa e extrema (as mais graves, de acordo com índice meteorológico de seca PDSI¹¹) ultrapassado os 50% do território continental. Em 2022, nos meses de fevereiro, maio, junho, julho e agosto, estas classes ocupavam praticamente todo o território do continente.

FIGURA 1.9
Percentagem do território continental ocupado pelas classes de seca severa e extrema nos anos agrícolas 2021/22 e 2022/23

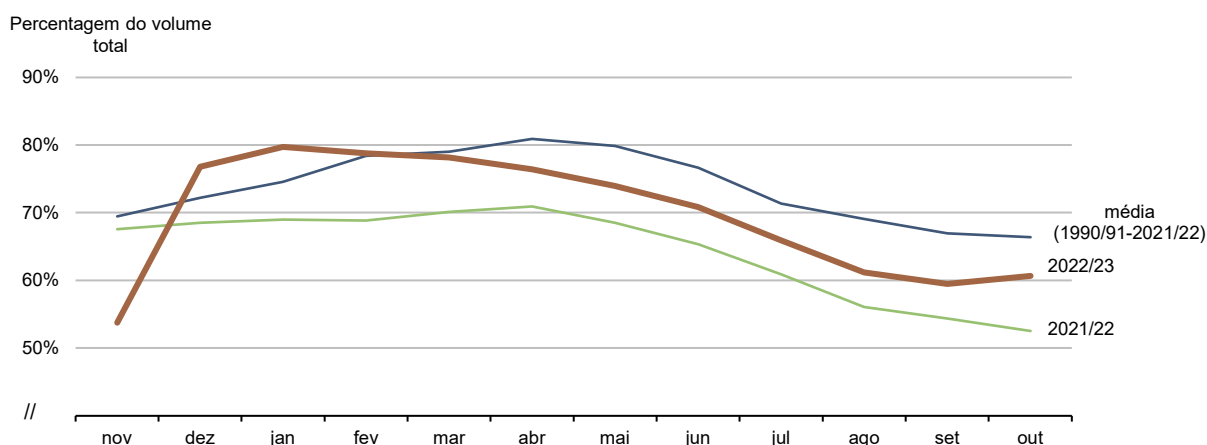


FONTE: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (cálculos INE, I. P.)

¹¹ O índice PDSI (Palmer Drought Severity Index) baseia-se no conceito do balanço da água tendo em conta dados da quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível no solo e permite detetar a ocorrência de períodos de seca, classificando-os em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema). Informação constante em Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA, I.P.) - Boletim Climático de Portugal Continental, <https://www.ipma.pt/pt/publicacoes/boletins.jsp?cmbDep=cli&cmbTema=pcl&idDep=cli&idTema=pcl&curAno=-1>.

Quanto às reservas hídricas, de uma forma geral, no ano agrícola 2022/23, e excetuando o mês de novembro, o valor da água armazenada nas albufeiras com aproveitamento hidroagrícola foi superior ao registado no ano agrícola anterior (2021/22). No final do ano agrícola, a albufeira do Alqueva, na bacia hidrográfica (b. h.) do Guadiana, manteve o habitual destaque positivo, quer pelo facto de ser, de entre as principais albufeiras hidroagrícolas, a que apresentava o mais elevado nível de armazenamento relativo (70% da sua capacidade total, 3 p.p. abaixo da média dos registos de outubro desde 2002), quer pela importância no total de água armazenada por estas albufeiras (69%). Igualmente com níveis de armazenamento elevados encontravam-se as albufeiras da Aguieira (b. h. do Mondego), do Alvito (b. h. do Sado) e do Caia (b. h. do Guadiana), todas com um nível de armazenamento superior a 65% da sua capacidade total. Por oposição, persistiam as evidentes situações de escassez hídrica nas albufeiras de Santa Clara (b. h. do Mira, com 31% da capacidade total), de Odeleite (b. h. do Guadiana, com 32%) e do Roxo (b. h. do Sado, com 25%). As albufeiras do Monte da Rocha e de Campilhas (b. h. do Sado) e da Bravura (b. h. do Arade e Ribeiras do Algarve) encontravam-se com níveis de armazenamento abaixo dos 10%, situação que impediu a sua utilização na vertente agrícola na campanha de regadio de 2023.

FIGURA 1.10
Armazenamento total nas principais albufeiras com aproveitamento hidroagrícola (ano agrícola)



FONTE: APA/SNIRH - Boletim de Armazenamento nas Albufeiras de Portugal Continental (cálculos INE, I. P.)

prados, pastagens e culturas forrageiras

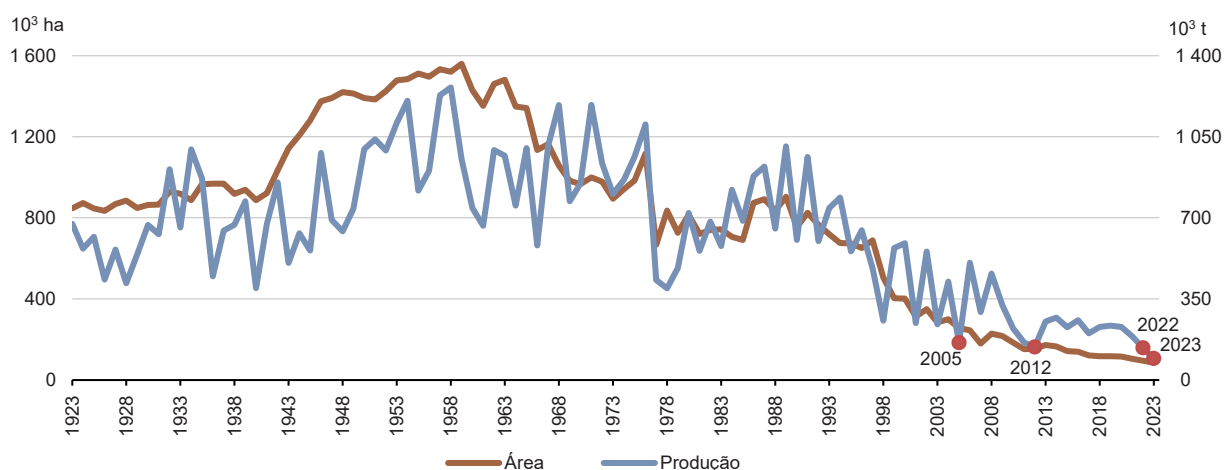
As condições meteorológicas adversas ocorridas desde janeiro de 2023, nomeadamente a escassa precipitação e as elevadas temperaturas para a época, em particular a sul do Tejo, condicionaram fortemente o ciclo vegetativo dos prados, pastagens e culturas forrageiras, penalizando o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, a produção de biomassa destinada à alimentação dos efetivos pecuários. A produção forrageira (natural, melhorada ou semeada) foi muito escassa e inferior à do ano anterior (também fortemente marcado pela seca), com impacto negativo nas disponibilidades alimentares em pastoreio direto e, simultaneamente, na obtenção de alimentos conservados (fenos e silagens), essenciais à alimentação dos efetivos pecuários em épocas de maior carência alimentar. A deterioração muito precoce do desenvolvimento vegetativo dos prados e pastagens permanentes (naturais e semeados) e a conseqüente redução das disponibilidades de matéria verde para o pastoreio, obrigaram à antecipação da suplementação dos efetivos pecuários em regime extensivo com alimentos conservados. No entanto, as escassas reservas destes alimentos nas explorações, resultado das baixas produções dos dois últimos anos, aumentaram a procura de fenos, silagens, fenossilagens e palhas num cenário de escassa oferta (interna e externa), levando ao conseqüente aumento dos preços (já inflacionados pela subida dos custos de produção), com registos frequentes de duplicação face a 2022.

cereais de outono/inverno

A campanha dos cereais para grão de outono/inverno 2022/23 foi muito marcada pela seca severa, sendo a pior de sempre para todas as espécies cerealíferas, resultado dos decréscimos de áreas (exceto cevada) e de produtividades. Os cereais semeados tardiamente após as chuvas de dezembro e janeiro foram muito penalizados, com emergências e desenvolvimento vegetativos fracos. A ausência de precipitação na primavera e as elevadas temperaturas prejudicaram muito o desenvolvimento vegetativo dos cereais praganosos de sequeiro, promovendo o seu adiantamento e o espigamento precoce, o que levou a que a campanha totalizasse 93 mil toneladas, consideravelmente abaixo das obtidas nas três secas severas anteriores (2005, 2012 e 2022).



FIGURA 1.11
 Área e produção de cereais de inverno
 (1923-2023)



FONTE: INE, I. P.

Cereais de primavera/verão

A campanha de regadio do milho para grão decorreu com normalidade, não havendo dificuldades dignas de registo no abastecimento de água de rega. As searas desenvolveram-se normalmente sem problemas fitossanitários. A colheita do milho para grão decorreu em condições normais, apesar de dificuldades pontuais de escoamento e armazenamento do milho para grão, devido à concentração das colheitas antes das chuvas, registando um aumento de produção de 7%, face a 2022. O teor de humidade do milho grão colhido foi, de um modo geral, inferior às campanhas anteriores, o que resultou numa redução dos custos de secagem, num ano em que o preço do milho pago ao produtor baixou. De referir que a cotação internacional do milho registou em outubro de 2023 um decréscimo de 32%, face ao mês homólogo.

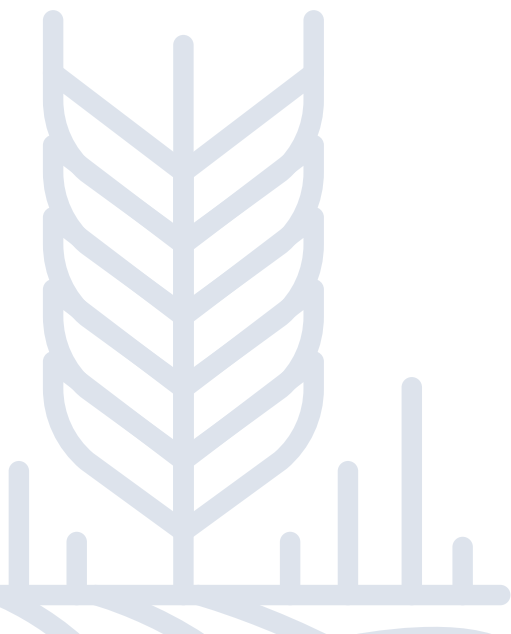
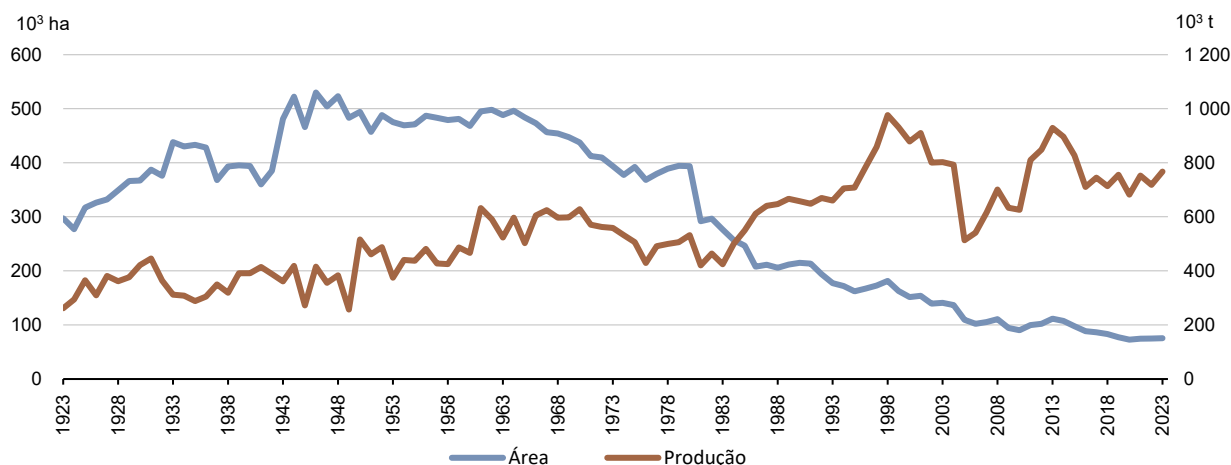


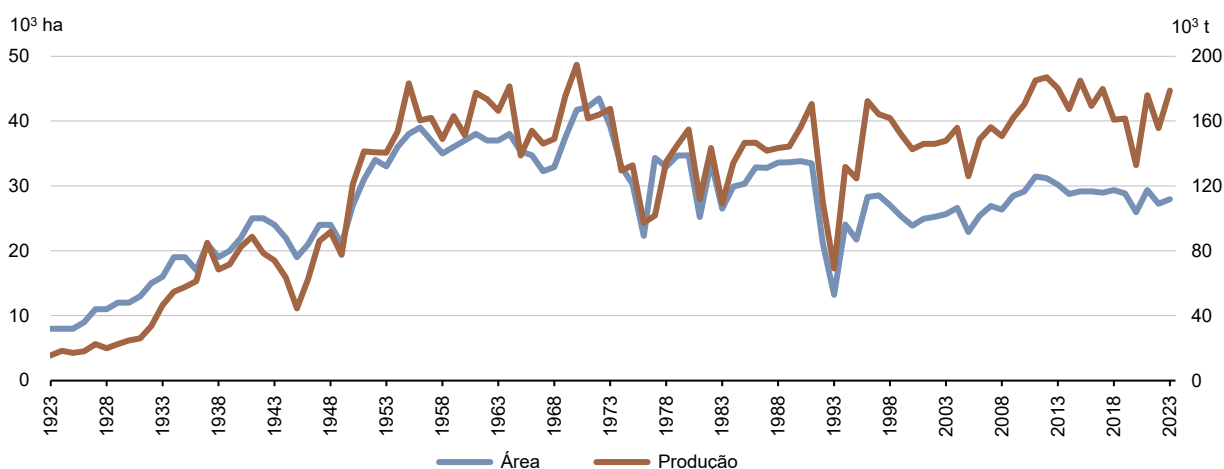
FIGURA 1.12
 Área e produção de milho
 (1923-2023)



FONTE: INE, I. P.

A colheita do arroz decorreu a bom ritmo até à segunda quinzena de outubro. A partir de meados do mês, a precipitação ocorrida provocou danos nos canteiros por colher, em fase final de maturação (cerca de 10% da área). Não obstante, registou-se um aumento da produção de arroz de 15%, em relação ao ano anterior, devido a aumentos de área e principalmente de produtividade. No entanto, a qualidade foi inferior, afetada pelos baixos teores de humidade (cerca de 13%), que promoveram a ocorrência de elevadas quantidades de trincas.

FIGURA 1.13
 Área e produção de arroz
 (1923-2023)

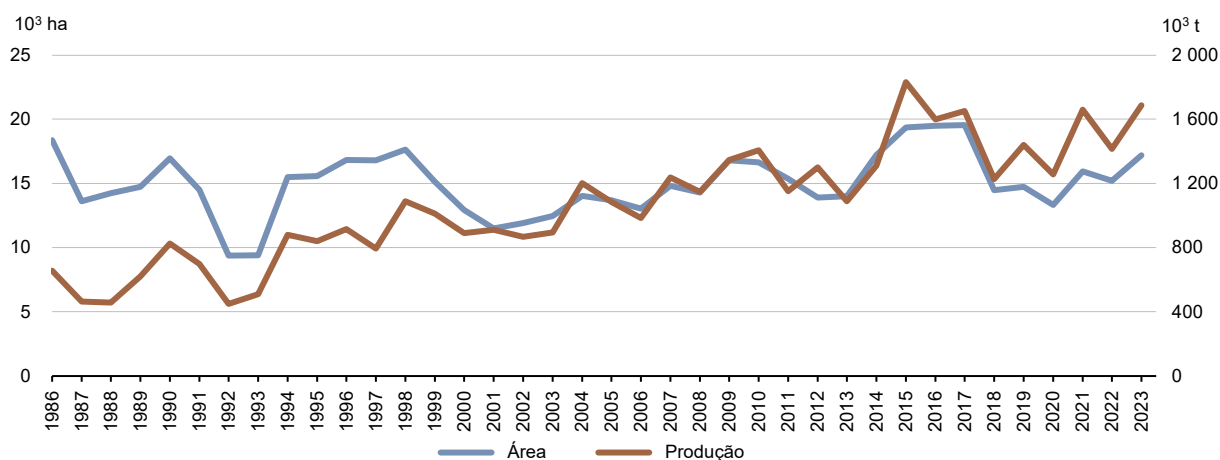


FONTE: INE, I. P.

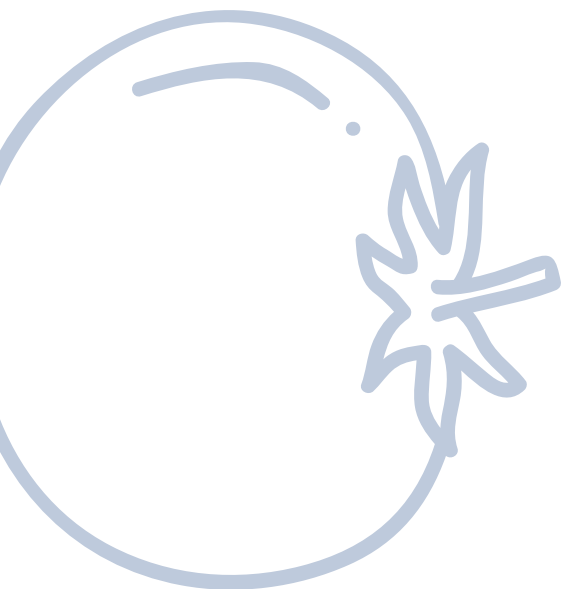
Tomate para a indústria

As plantações de tomate para a indústria decorreram em boas condições e sem atrasos, apresentando as plantas bom desenvolvimento vegetativo, sem problemas fitossanitários relevantes. A área de tomate para a indústria foi de 17,2 mil hectares, o que corresponde a um aumento de 13% em relação a 2022. A produção de tomate para a indústria foi de 1,69 milhões de toneladas, o que reflete um aumento de 19%, face a 2022, posicionando esta campanha como a segunda mais produtiva. Na generalidade a qualidade do tomate foi boa, com cor e grau Brix dentro dos parâmetros normais, apesar da traça do tomateiro (*Tuta absoluta*) ter afetado as últimas searas a serem colhidas.

FIGURA 1.14
Área e produção de tomate para a indústria
(1986-2023)



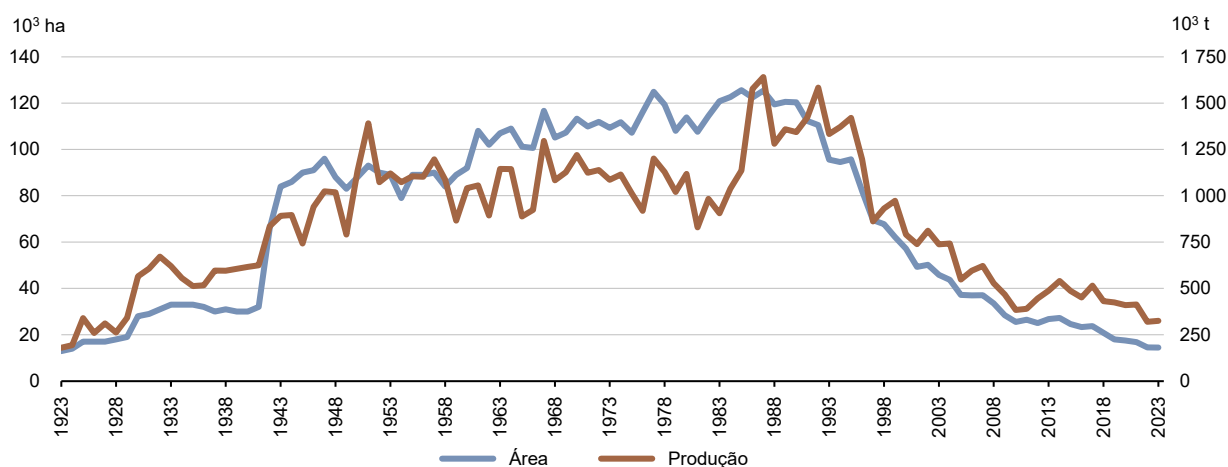
FONTE: INE, I. P.



Batata

As condições meteorológicas permitiram um razoável desenvolvimento da batata de regadio, cujo aumento de produção foi de 2%, face a 2022. A quantidade de batata de sequeiro colhida também foi superior (+3%), apesar dos reduzidos calibres originados pela falta de humidade e o consequente encurtamento do ciclo, com uma produtividade de cerca de metade da batata de regadio.

FIGURA 1.15
Área e produção de batata
(1923-2023)

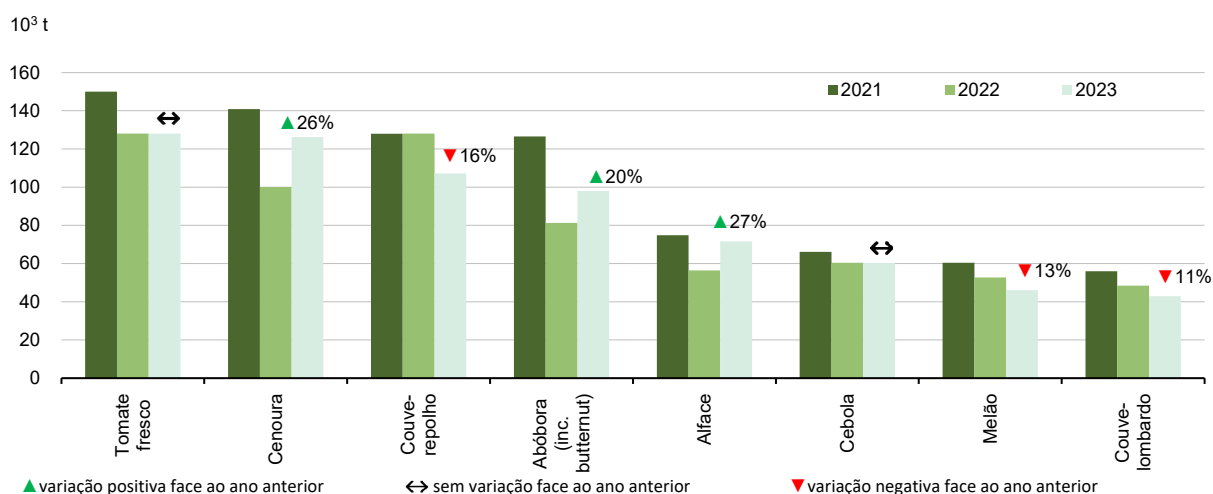


FONTE: INE, I.P.

Hortícolas

Em 2023 cultivaram-se 36,4 mil hectares de hortícolas, produzindo-se 1,063 milhões de toneladas, o que corresponde, face a 2022, a um decréscimo de 6% na área, mas a um aumento de 4% na produção. Dos hortícolas mais produzidos em Portugal, destaques para a cenoura, alface e abóbora (incluindo a butternut), que, face a 2022, registaram aumentos de produção iguais ou superiores a 20%. De notar que a produção destas três culturas, juntamente com a produção de tomate fresco e de couve-repolho, representa, pela primeira vez desde 2011, mais de metade da produção nacional de hortícolas (531 mil toneladas).

FIGURA 1.16
Produção das principais hortícolas
(2021-2023)

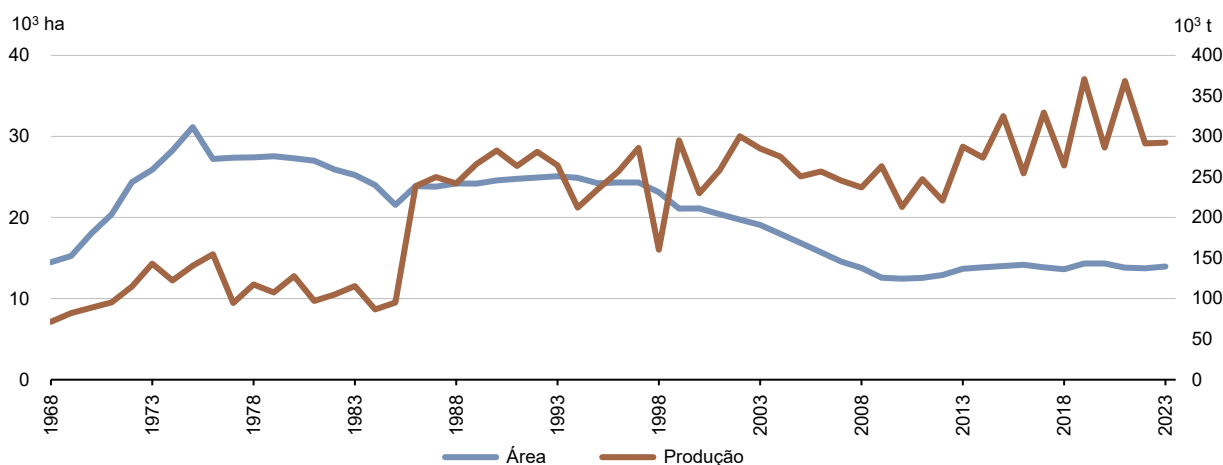


FORNTE: INE, I. P.

Frutos frescos, frutos subtropicais e citrinos

A produção de maçã registou na região do Oeste um decréscimo de 15%, face ao ano anterior, apresentando os frutos, apesar de algum escaldão, bons parâmetros de calibre, cor e grau Brix. Em contrapartida, a produção em Trás-os-Montes aumentou cerca de 8%, face a 2022, embora parte da produção tenha sido desviada para a indústria, devido aos frutos não apresentarem os parâmetros de normalização requeridos (maçã de refugo). Globalmente a produção de maçã foi semelhante à de 2022.

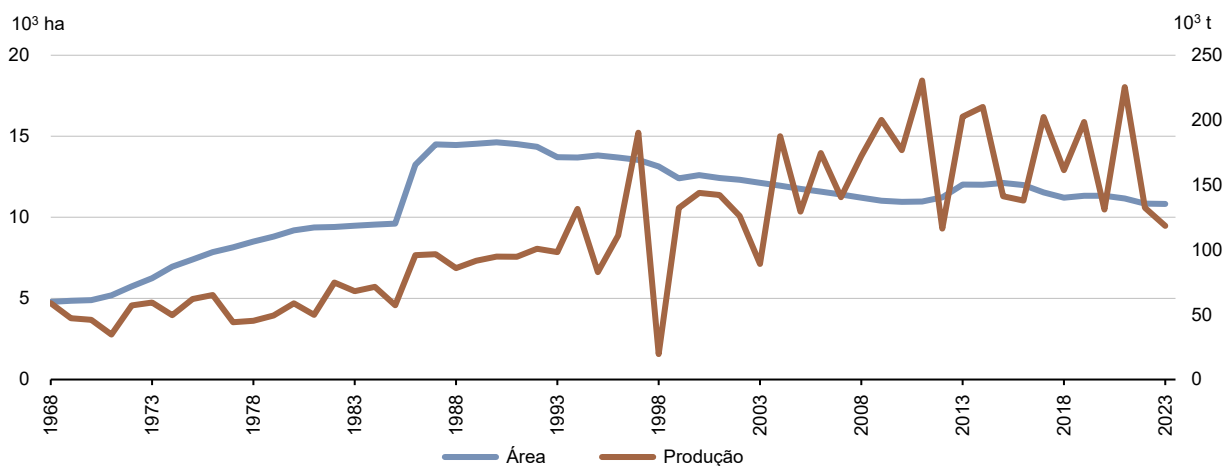
FIGURA 1.17
Área e produção de maçã
(1968-2023)



FORNTE: INE, I. P.

As condições meteorológicas adversas ocorridas em momentos determinantes do ciclo produtivo da pera rocha (inverno ameno, que condicionou a diferenciação floral, calor excessivo durante a floração e escaldões na fase final do ciclo) potenciaram a incidência de doenças e determinaram a diminuição do número e calibre dos frutos, com mais de 50% da produção a apresentar calibre inferior a 60 mm, abaixo de um ano normal. Pelo segundo ano consecutivo a produção de pera registou um decréscimo (-11%, face a 2022), sendo a pior campanha desde 2012. A intensificação do fogo bacteriano tem exercido uma pressão acrescida sobre o setor, obrigando ao arranque e abandono de muitos pomares nas zonas afetadas.

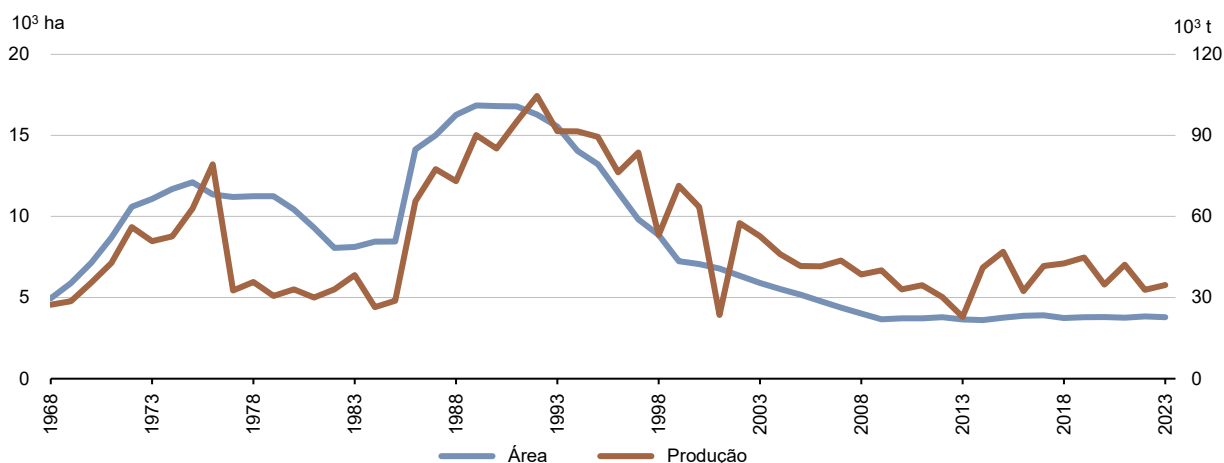
FIGURA 1.18
Área e produção de pera
(1968-2023)



FONTE: INE, I. P.

A produção de pêsego, apesar das condições meteorológicas adversas, designadamente a seca e as elevadas temperaturas, aumentou 5%, face 2022, embora decresça, face à média do último quinquénio (-12%).

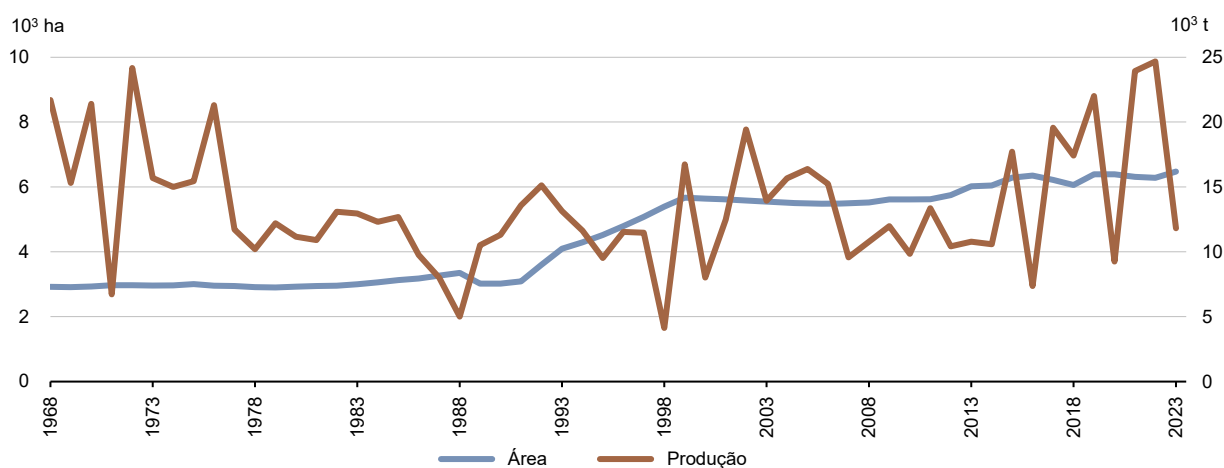
FIGURA 1.19
Área e produção de pêsego
(1968-2023)



FONTE: INE, I. P.

Os pomares de cerejeiras foram fortemente afetados pelas condições climáticas adversas, nomeadamente a falta de horas de frio, que condicionou a diferenciação floral, a que se seguiu, na fase da floração/polinização, as acentuadas amplitudes térmicas diurnas/noturnas, que prejudicaram o vingamento dos frutos. Posteriormente, a persistência de temperaturas muito elevadas acelerou a maturação dos frutos, impedindo que estes alcançassem o calibre normal. Finalmente, a precipitação ocorrida nos últimos dias de maio até ao final da primeira quinzena de junho, quando decorria a colheita, provocou o fendilhamento e rachamento dos frutos, limitando a qualidade e o poder de conservação. A produção foi de 11,8 mil toneladas, o que corresponde a menos de metade da alcançada em 2022.

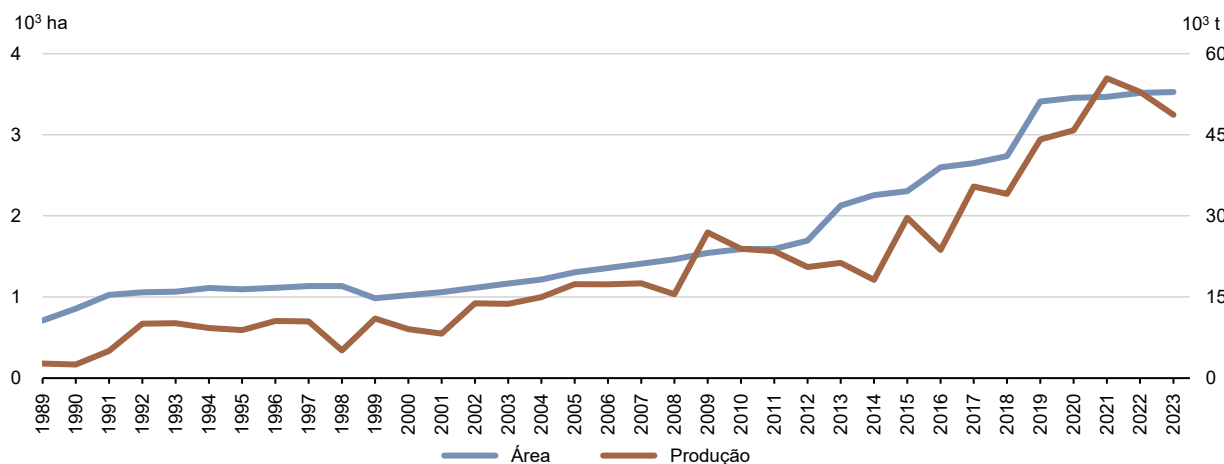
FIGURA 1.20
Área e produção de cereja
(1968-2023)



FONTE: INE, I. P.

A colheita do kiwi comum iniciou-se em novembro, com um atraso de cerca de uma semana em relação ao ano anterior. A precipitação de setembro e outubro contribuiu para alguma recuperação dos frutos permitindo o aumento de calibre, mitigando eventuais situações de stress hídrico. No entanto, a produção foi de 48,7 mil toneladas, o que corresponde a um decréscimo de 8%, face a 2022. Embora a qualidade dos frutos tenha sido muito boa, evidenciando calibres regulares, com reflexo positivo nos preços, observaram-se dificuldades de conservação, devido à colheita ter decorrido sob chuva.

FIGURA 1.21
Área e produção de kiwi
(1989-2023)

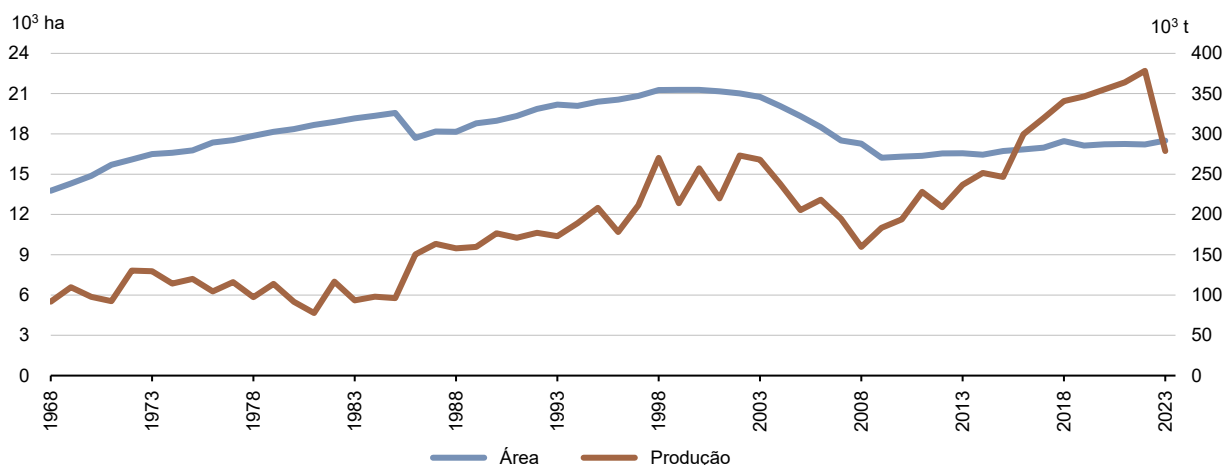


FONTE: INE, I. P.



Os citrinos este ano apresentaram uma quebra significativa das produções, com exceção do limão, explicada pela boa produção do ano anterior e pela seca severa, nomeadamente no Algarve, onde houve restrições na utilização de água para rega. Nas variedades de laranja tardias o decréscimo foi da ordem dos 50%, contribuindo decisivamente para a diminuição global de 26%.

FIGURA 1.22
Área e produção de laranja
(1968-2023)

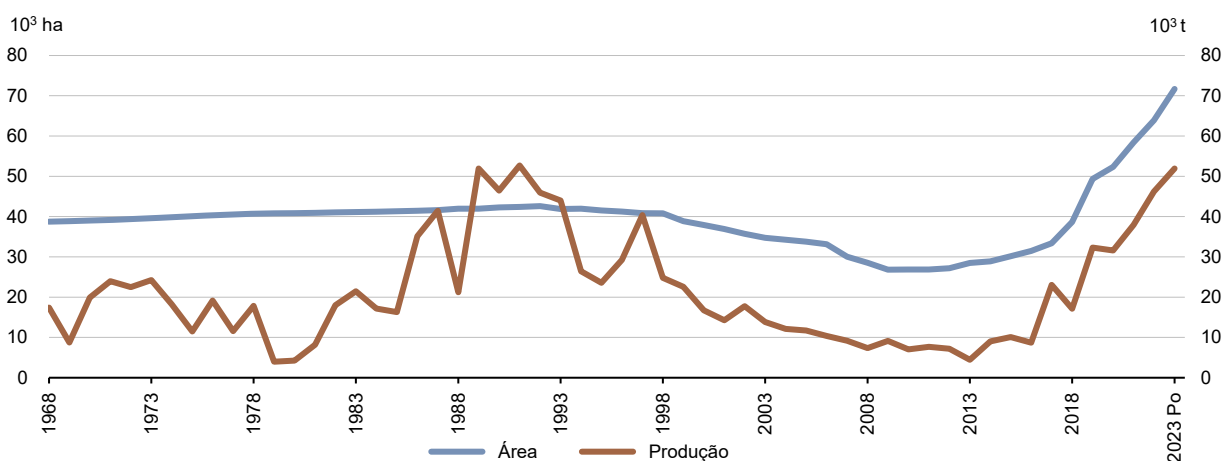


FONTE: INE, I. P.

Frutos de Casca Rija

A produção de amêndoa aumentou 12% face a 2022, sendo uma das maiores de sempre, devido essencialmente à entrada de muitos pomares em produção cruzeiro, maioritariamente no Alentejo. A colheita da amêndoa efetuou-se em boas condições, beneficiando do tempo quente e seco que promoveu a secagem.

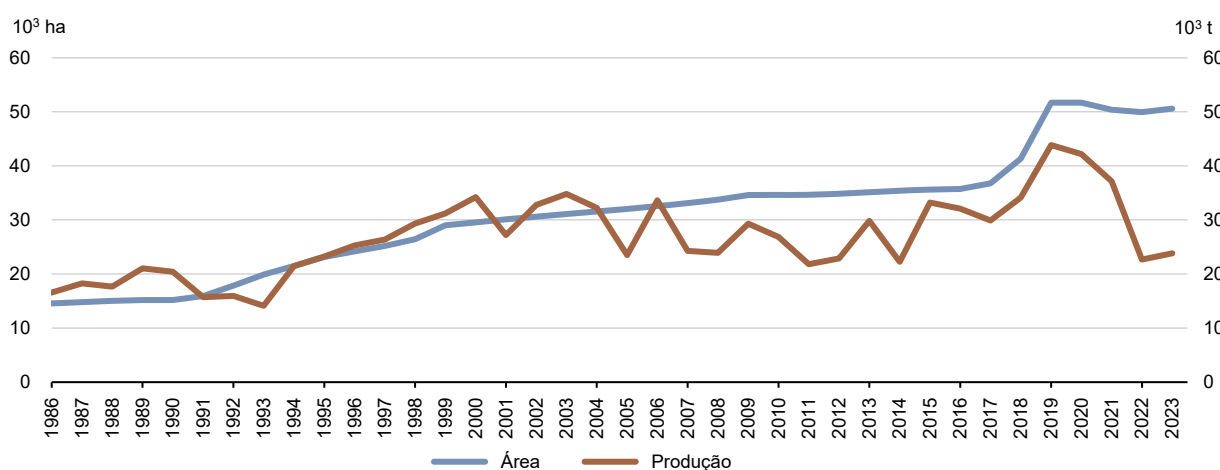
FIGURA 1.23
Área e produção de amêndoa
(1968-2023)



FONTE: INE, I. P.

A ocorrência de precipitação significativa e persistente durante o mês de setembro, seguida de um aumento acentuado da temperatura na primeira quinzena de outubro (acima dos 30°C), estabeleceram as condições ideais para o desenvolvimento do fungo *Mycosphaerella maculiformis* (septoriose) nos castanheiros, que se expandiu para os frutos e que, em associação com o fungo *Gnomoniopsis smithogilvyi*, agente patogénico da podridão da castanha, provocaram níveis de ataque muito acima do económico, havendo soutos em que parte da produção não foi colhida. Acresce ainda a preocupação com a propagação da vespa das galhas do castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus Yasumatsu*), cujas árvores afetadas apresentam debilidades evidentes no crescimento dos ramos, na floração e na respetiva frutificação. A produção de castanha enfrentou assim, pelo terceiro ano consecutivo, problemas fitossanitários agravados pelas secas, com inevitáveis reflexos na qualidade e quantidade da produção global colhida, inferior em 1/3, face à média do último quinquénio. De salientar que devido à elevada percentagem de frutos infetados com o fungo da septoriose e podridão, a sua valorização foi depreciada, com parte desta produção desviada para o fabrico de rações.

FIGURA 1.24
Área e produção de castanha
(1986-2023)

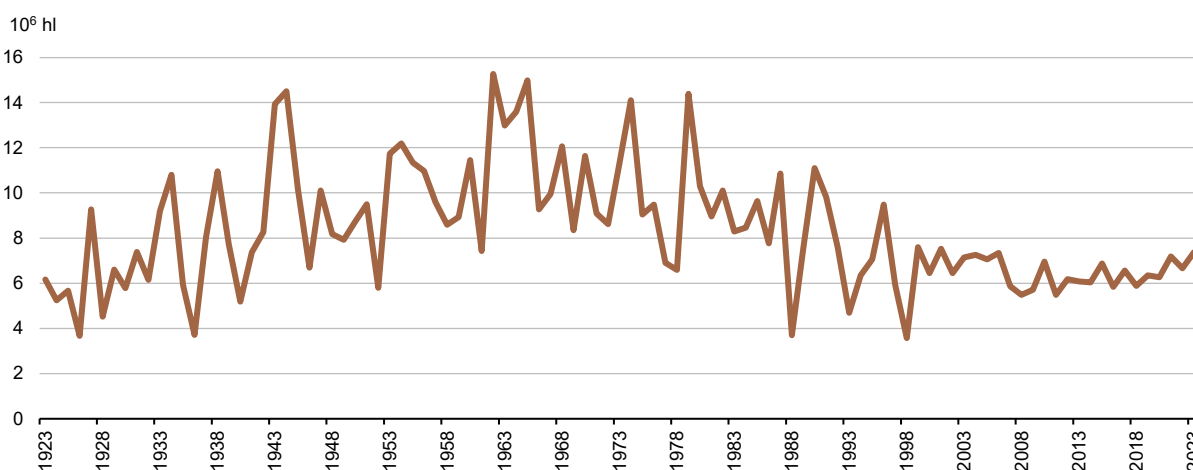


FONTE: INE, I. P.

Vinho

A dispersão geográfica da vinha, aliada às especificidades edafoclimáticas das regiões vitícolas e às características das castas aí instaladas, prolongou a realização das vindimas, que decorreram desde a primeira quinzena de agosto e até à primeira de outubro. Após uma floração e alimpa sem incidentes de registo, o desenvolvimento e maturação dos bagos foi heterogéneo, em particular nas vinhas de sequeiro mais expostas às temperaturas extremas de agosto e ao prolongado estio, com frequentes situações de estagnação dos níveis de açúcar em valores relativamente baixos. Em termos fitopatológicos, registo para alguns ataques de míldio e oídio, mais intensos na região dos Vinhos Verdes e em certas zonas do Centro, bem como ocorrências de podridão cinzenta no Norte e Centro (potenciada pela ocorrência de precipitação em setembro), e de traça da uva e cigarrinha verde nas regiões do Ribatejo e Alentejo, esta última de combate particularmente difícil após a retirada de algumas substâncias ativas do mercado. Excetuando algumas sub-regiões da região dos Vinhos Verdes e da região da Beira Interior, registaram-se aumentos de produtividade em todas as regiões, o que conduziu a uma produção de 7,4 milhões de hectolitros, a mais elevada desde 2001. De um modo geral, os vinhos apresentaram estrutura complexa e equilíbrio entre o teor alcoólico, a acidez e os taninos.

FIGURA 1.25
Produção de vinho
(1922-2023)



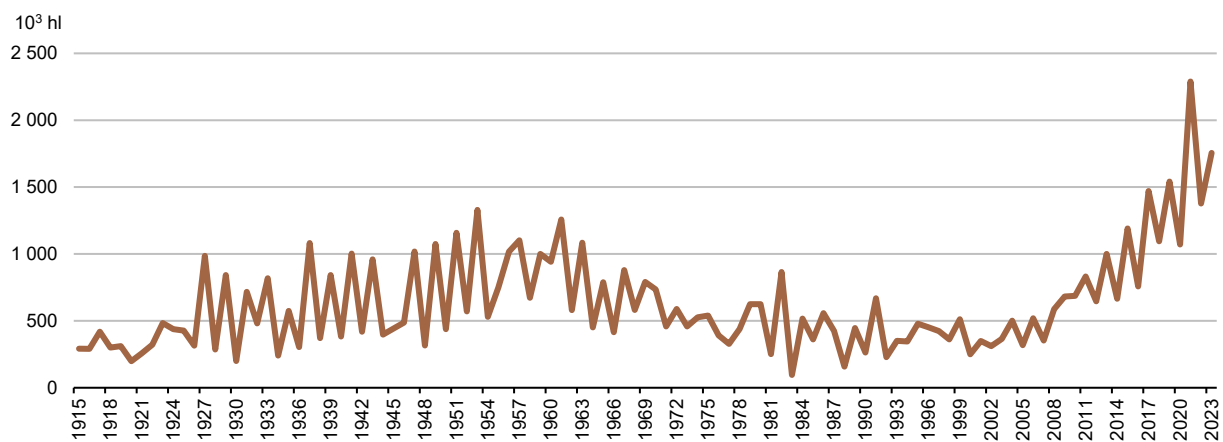
FONTE: Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.

Na uva de mesa, a colheita das variedades mais tardias terminou em meados de outubro, com grande pressão de alguns incidentes fitossanitários (principalmente cigarrinha verde e oídio). A produção deverá aumentar 10%, face a 2022, ficando ainda aquém da média do último quinquénio (-4%).

Azeite

A produção de azeite aumentou 27%, face à campanha anterior, ultrapassando os 1,75 milhões de hectolitros (160,8 mil toneladas), o que corresponde à segunda campanha oleícola mais produtiva de sempre. No entanto, as temperaturas elevadas e a intensa precipitação de outubro, bem como as geadas de janeiro e fevereiro, contribuíram para o aumento do teor de humidade das azeitonas, dificultando a extração de azeite, o que resultou numa funda menor. Embora a qualidade do azeite tenha sido genericamente elevada, verificou-se um aumento do grau de acidez, em particular no Centro e Alentejo.

FIGURA 1.26
Produção de azeite
(1922-2023)



FONTE: INE, I. P.



PRINCIPAIS INDICADORES

- Superfície das principais culturas agrícolas (ha) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie; Anual
- Superfície das principais culturas agrícolas (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Espécie; Anual
- Produção das principais culturas agrícolas (t) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie; Anual
- Produção das principais culturas agrícolas (t) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Espécie; Anual
- Produtividade das principais culturas agrícolas (kg/ ha) por Localização geográfica (Região agrária) e Espécie; Anual
- Produtividade das principais culturas agrícolas (kg/ ha) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Espécie; Anual
- Azeite produzido por quintal de azeitona (hl/ q) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeite produzido por quintal de azeitona (hl/ q) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extração utilizado ; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite, Grau de acidez e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Tipo de lagar de azeite , Grau de acidez e Sistema de extração utilizado
- Lagares de azeite (N.º) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Lagares de azeite (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Lagares de azeite (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extração utilizado; Anual
- Azeitona oleificada (t) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeitona oleificada (t) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Tipo de lagar de azeite e Sistema de extração utilizado; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Grau de acidez; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (Região agrária), Tipo de lagar de azeite, Grau de acidez (1995 - 2003) e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Azeite produzido (hl) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de lagar de azeite, Grau de acidez (1995 - 2003) e Sistema de extracção utilizado; Anual
- Produção de azeitona (t) por Local de proveniência da azeitona (Região agrária); Anual
- Produção de azeitona (t) por Local de proveniência da azeitona (NUTS - 2002); Anual
- Produção de azeitona (t) por Local de proveniência da azeitona (NUTS - 2013); Anual
- Azeitona oleificada (t) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual
- Produção vinícola declarada em vinho (hl) pelos produtores por Local de vinificação (Região agrária) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em vinho (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2024) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual

(CONT.)

PRINCIPAIS INDICADORES

- Produção vinícola declarada em vinho (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2002) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em mosto (hl) pelo produtor por Local de vinificação (Região agrária) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em mosto (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2024) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Produção vinícola declarada em mosto (hl) pelos produtores por Local de vinificação (NUTS - 2002) e Qualidade e cor do vinho (Novo regulamento); Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (N.º) pelos viveiros por Local de destino das espécies vendidas (NUTS - 2013) e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (N.º) pelos viveiros por Local de destino das espécies vendidas (Região agrária) e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (N.º) pelos viveiros por Local de destino das espécies vendidas (NUTS - 2002) e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (N.º) pelos viveiros por Local de destino das espécies vendidas (NUTS - 2024) e Espécie frutícola; Anual
- Preço médio das árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (€) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2013) e Espécie frutícola; Anual
- Preço médio das árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (€) pelos viveiros por Local de origem (Região agrária) e Espécie frutícola; Anual
- Preço médio das árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (€) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2002) e Espécie frutícola; Anual
- Preço médio das árvores de fruto e oliveiras vendidas directamente a agricultores (€) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2024) e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas (N.º) pelos viveiros por Local de origem (Região agrária), Destino das árvores e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas (N.º) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2013), Destino das árvores e Espécie frutícola; Anual
- Árvores de fruto e oliveiras vendidas (N.º) pelos viveiros por Local de origem (NUTS - 2024), Destino das árvores e Espécie frutícola; Anual
- Viveiros (N.º) por Local de origem (Região agrária); Anual
- Viveiros (N.º) por Local de origem (NUTS - 2002); Anual
- Viveiros (N.º) por Local de origem (NUTS - 2013); Anual
- Viveiros (N.º) por Local de origem (NUTS - 2024); Anual





2

PRODUÇÃO ANIMAL



PRODUÇÃO DE CARNE

Em 2023 a produção total de carne situou-se nas 904 mil toneladas, refletindo um decréscimo de 1,1%, quando comparada com 2022. Houve uma descida de 4,3% do total de carne de reses (468 mil toneladas, incluindo a carne de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e equídeos), enquanto a produção de carne de animais de capoeira (inclui galináceos, perus e patos), cujo volume total atingiu as 421 mil toneladas, teve um acréscimo de 2,7%.

Carne de bovino, suíno, ovino e caprino

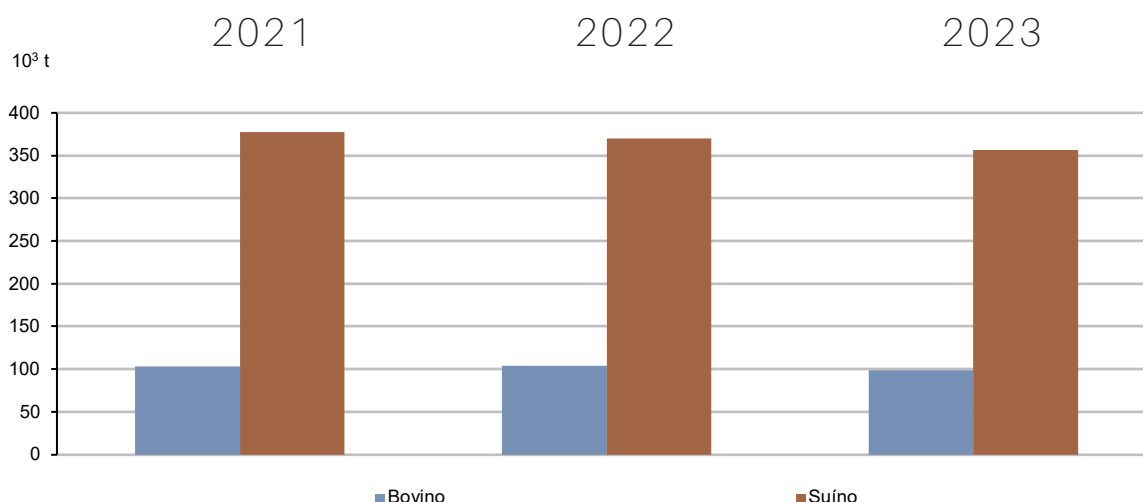
A carne de bovino situou-se nas 98 mil toneladas, tendo diminuído 5,1% em relação a 2022. Observou-se uma diminuição para “vitelos” (-8,2%) com maior descida nos animais mais leves, ou seja, da categoria “vitela (-19,2%), enquanto a categoria “vitelão” mostrou uma redução de apenas 2,7%. Na carne de bovinos adultos houve igualmente um decréscimo de 4,2%, e exceto para as “novilhas” (+1,5%), foi inferior a produção nas restantes categorias: “novilhos” (-3,0%), “bois” (-5,6%) e “vacas” (-9,2%).

O aumento acentuado dos custos de produção (sobretudo da alimentação) e a falta de pastagens devido à seca severa, conduziram à redução dos efetivos no final de 2022, bem como em junho de 2023. Assim, face à menor produção nacional, o abastecimento de vitela ao mercado interno em 2023 foi complementarmente assegurado pelas importações. Observou-se um menor volume de importações de animais vivos (-23,5% face a 2022), compensado pelo aumento de 8,1% do volume de importação de carne no ano em análise.

O preço dos bovinos no produtor apresentou um aumento de 10,0% em relação a 2022. O preço do leite de vaca em 2023 também esteve acima do registado no ano anterior (+17,1%), o que contribuiu para a redução do número de abates de vacas de aptidão leiteira.

A possibilidade de exportação para o mercado externo manteve-se, mas com um volume de saída de animais vivos inferior em 37,2%, face a 2022, devido à redução para países terceiros (Israel). A exportação de carne de bovino foi também inferior em 3,5%.

FIGURA 2.1
Produção de carne de bovino e suíno



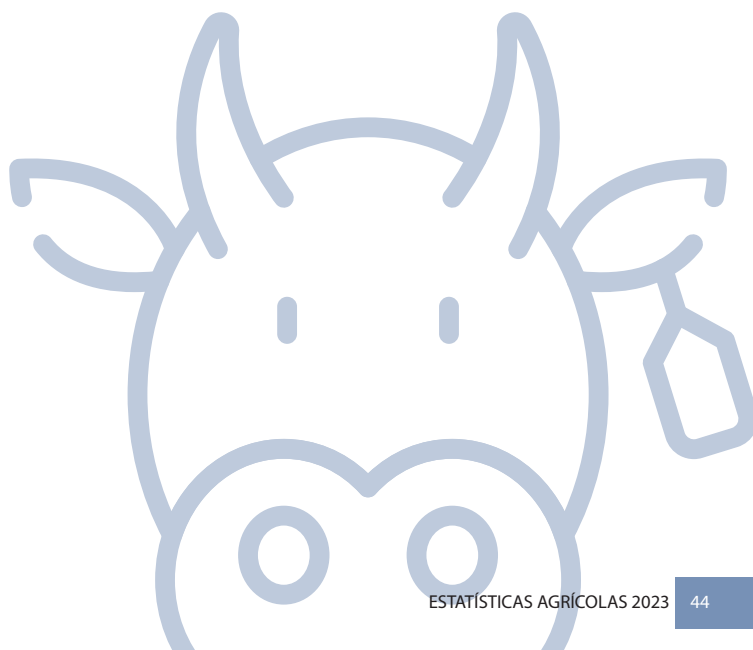
FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

Relativamente à carne de suíno (356 mil toneladas em 2023), houve um decréscimo de 3,6%, com um volume de abate inferior em todas as categorias, face a 2022: “leitões” (-6,4%), “porcos de engorda” (-3,2%) e “reprodutores de refugio” (-21,3%).

Em 2023 registaram-se preços elevados ao produtor (+23,5%), que foram de +57,4% no primeiro, +24,5% no segundo, +15,6% no terceiro e +3,1% no quarto trimestres do ano.

Esta situação contribuiu para um menor abate das porcas de refugio, uma vez que com preços altos a tendência foi de conservar as porcas para manter ou mesmo aumentar o nível de produção. Por outro lado, em relação aos abates em geral, os matadouros tiveram grandes dificuldades em repercutir o aumento de preços pagos à produção no valor da carne vendida, pelo que tiveram sempre pouco interesse em abater.

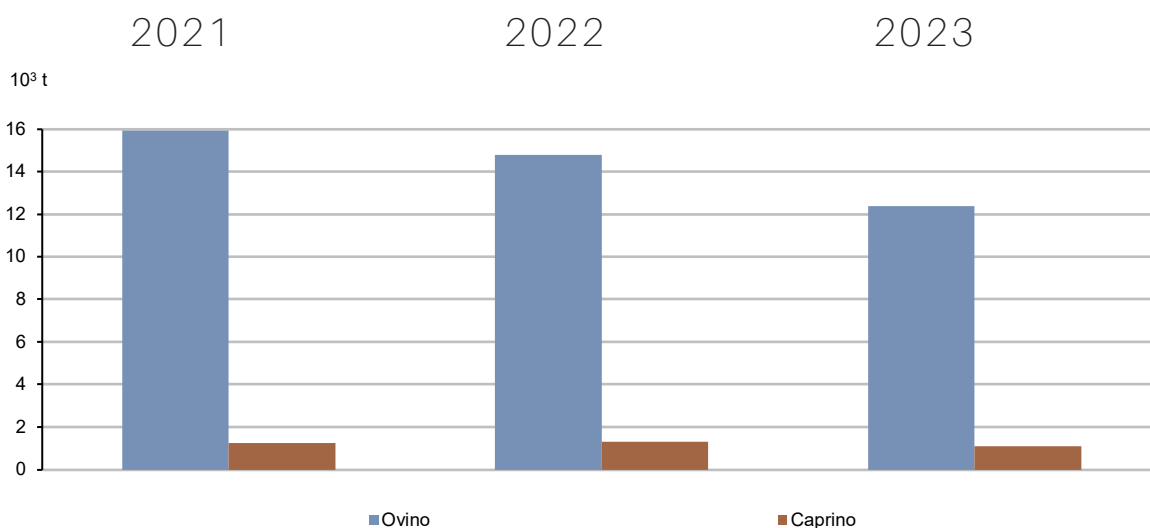
Assim, o volume de suínos vivos exportados aumentou 23,2%, face a 2022, sendo de salientar que Espanha teve uma diminuição de produção devido a problemas sanitários derivados da doença de Pierce, aumentando a procura de porcos vivos em Portugal. As saídas de carne de porco, que apresentaram um decréscimo de 6,8%, devido à redução para países terceiros (nomeadamente para a China e para Angola) registaram para a UE (especialmente para Espanha) um aumento. As importações de suínos vivos viram o seu volume aumentar 6,0%, tendo, pelo contrário, o volume de carne importada decrescido cerca de 3%.



A produção de carne de pequenos ruminantes, teve, face a 2022, um decréscimo idêntico de 16,4%, para ovinos e caprinos, não tendo ultrapassado as 12,4 mil toneladas e as 1,1 mil toneladas, respetivamente. A situação resultou da menor produção quer de borregos (-15,0%) e cabritos (-12,4%) quer de animais adultos (-23,5% nos ovinos e -28,5% nos caprinos).

Após a diminuição mais acentuada dos efetivos em 2022, a conjuntura deste sector manteve-se em 2023, sendo os principais fatores a salientar a continuação da diminuição gradual do efetivo reprodutor ovino e caprino, como consequência da dificuldade de mão de obra, da avançada idade média dos produtores, da inexistência de renovação geracional, da seca e dos custos elevados dos alimentos, da energia e de outros fatores de produção. Aliada a esta conjuntura, continua a manifestar-se uma redução do consumo interno de carne de ovino e caprino. Por outro lado, mantem-se a possibilidade de exportação de borregos vivos para Israel, implicando uma transferência de abates para o país de destino.

FIGURA 2.2
Produção de carne de ovino e caprino



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

A exportação de animais vivos destas espécies manteve-se (+0,3%) face a 2022 devido à maior saída para países da UE, uma vez que as saídas para países terceiros, nomeadamente Israel, apesar de significativas, caíram face ao ano transato; quanto ao volume de carne exportada, registou um ligeiro aumento (+2,6%) face a 2022. O volume de animais vivos importados face a 2022, teve um decréscimo de 61,3%, devido à menor importação de ovinos, tendo, pelo contrário, o volume importado de carne de ovino e caprino sido superior em 8,9%.

Os preços médios foram inferiores aos do ano transato em cerca de 8%, situação que resultou dos decréscimos ocorridos no primeiro (-10,3%) e segundo semestre (-5,4%) de 2023.

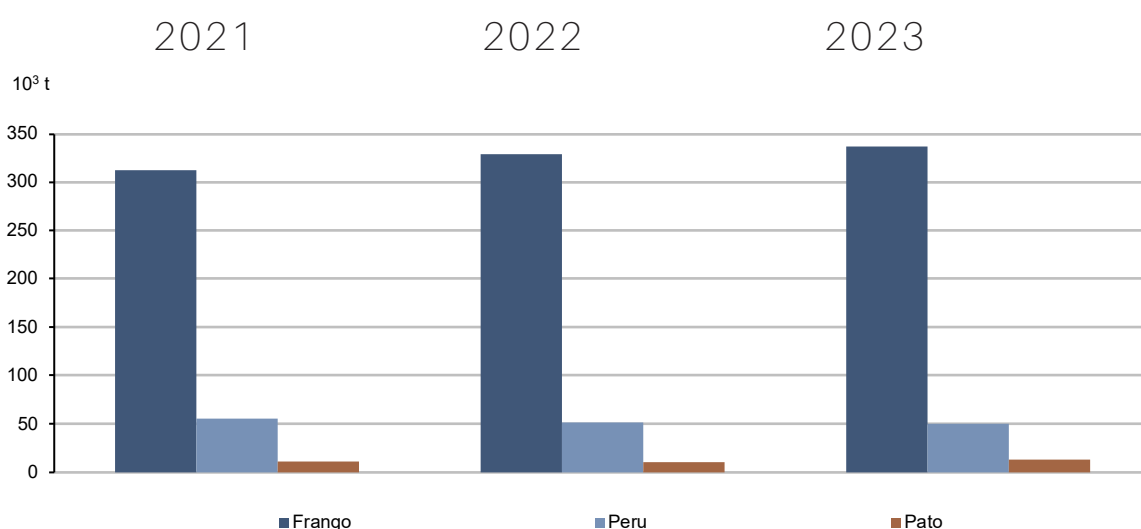
Carne de animais de capoeira

Em 2023, a produção de carne de animais de capoeira registou um aumento global de 2,7%, com 421 mil toneladas produzidas.

A produção de carne de frango, que atingiu as 337 mil toneladas, cresceu 2,3%. A produção total de pintos nos aviários de multiplicação destinados à produção de frango aumentou em 3,8%, tendo-se mantido o nível da importação de “pintos de produção, estirpes de carne” e aumentado ligeiramente a sua exportação (+2,6%). Trata-se de uma carne que vai de encontro à conjuntura atual, pelas tendências dietéticas dos consumidores e pelo baixo preço. A produção é de ciclo curto e com baixos riscos e alguma rentabilidade para os produtores, dado o sistema de integração vertical dominante, pelo que, também para a produção, é mais atrativo face a outras atividades avícolas.

O segmento da carne de peru registou uma descida de 2,3% em relação a 2022, com uma produção de 50,1 mil toneladas. A carne de peru perdeu alguma competitividade relativamente ao frango, uma vez que oferece maiores riscos, dado o ciclo mais longo de produção para além de que alguns produtores nacionais abandonaram a atividade receando surtos de GAAP (Gripe Aviária de Alta Patogenicidade). Tornou-se um produto diretamente competidor da carne de porco (e não do frango), pelo que a tendência parece ser de uma estabilização dos níveis de produção.

FIGURA 2.3
Produção de carne animais de capoeira



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

Pelo contrário, no ano em análise, o segmento da carne de pato (12,7 mil toneladas) apresentou uma variação positiva (+23,8%) em relação ao ano transato, em parte reflexo da recuperação da atividade nas unidades de produção de grande dimensão, que foram atingidas por focos de GAAP em 2022. Acresce ainda a entrada de novos produtores no setor e uma crescente procura, que deverá constituir uma tendência de médio prazo. É uma carne "nobre" que poderá ter beneficiado dos aumentos de preço da carne de bovino e da crescente rejeição de "carnes vermelhas" por alguns segmentos de mercado.

O Índice de preços à produção das aves de capoeira a nível nacional em 2023 registou um aumento anual de 6,9%, com acréscimos nos índices de 21,5%, 1,6%, 4,1% e 3,1% nos 4 trimestres do ano.

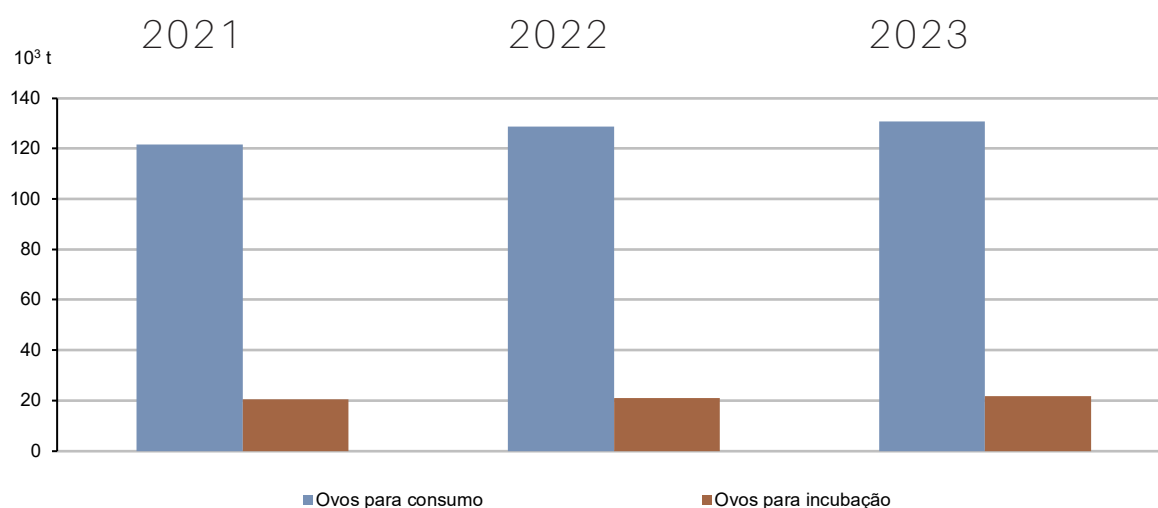
A produção total de "outras carnes" (inclui caça, pombos, coelhos, codornizes e avestruzes) foi de 14,5 mil toneladas em 2023, o que traduziu um acréscimo de 2,2%, essencialmente pelo maior volume de carne de coelho (+7,4%).



PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA PARA CONSUMO ALIMENTAR E INCUBAÇÃO

Em 2023, a produção bruta de ovos de galinha totalizou 152 mil toneladas, o que representou um aumento de 1,8%. A produção de ovos de consumo (131 mil toneladas) mostrou um acréscimo de 1,6%, face a 2022, uma variação não muito significativa, uma vez que as alterações recentes da legislação comunitária exigem investimentos de adaptação no setor, podendo atrasar, pontualmente, a reposição/reforço de efetivos.

FIGURA 2.4
Produção de ovos de galinha



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

O Índice de preços no produtor para os ovos manteve-se elevado (+24,1%) em 2023, tendo ao longo do ano ocorrido subidas de +56,9%, +27,1% e +26,5% para o 1º, 2º e 3º trimestres, respetivamente, enquanto no 4º trimestre a tendência foi de descida (-3,1%). No comércio internacional de ovos de galinha para consumo, observou-se uma redução na exportação (-43%) e um aumento da importação (+24,8%), face 2022.

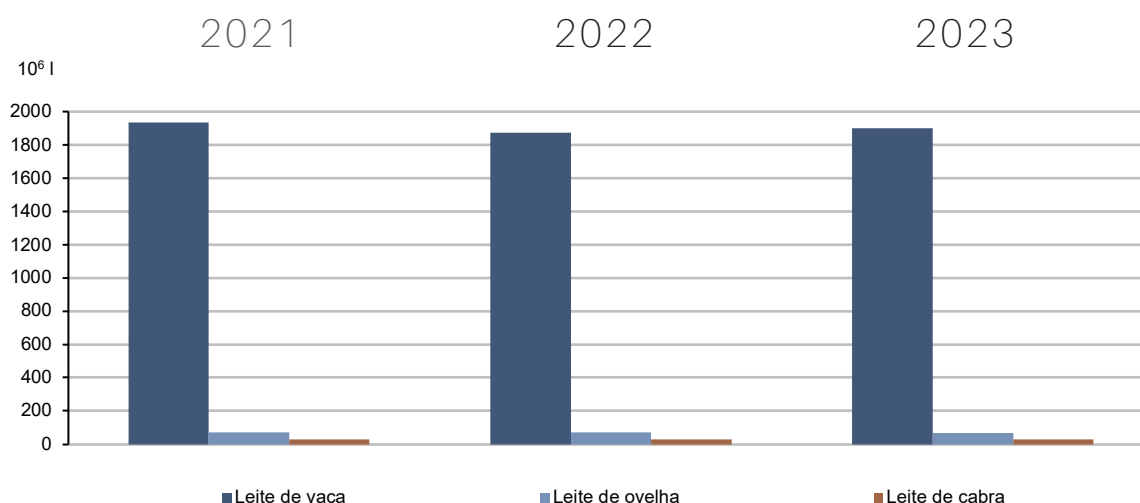
A produção total de ovos de galinha para incubação em aviários nacionais (22,0 mil toneladas) aumentou 3,2% face a 2022, com acréscimos quer nas estirpes de aptidão carne (+2,7%) quer nas estirpes de aptidão ovos (+16,7%).

PRODUÇÃO DE LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS

A produção global de leites em 2023 totalizou 1 996 milhões de litros, correspondente a um aumento de 1,4% relativamente a 2022.

O leite de ovelha, com 67,7 milhões de litros, registou uma variação negativa de 2,6% do volume de produção e o leite de cabra (27,5 milhões de litros) decresceu 4,9%. Quanto ao leite de vaca (1 901 milhões de litros), que constituiu cerca de 95% do total de leite produzido, aumentou 1,6% face a 2022.

FIGURA 2.5
Produção de leites



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

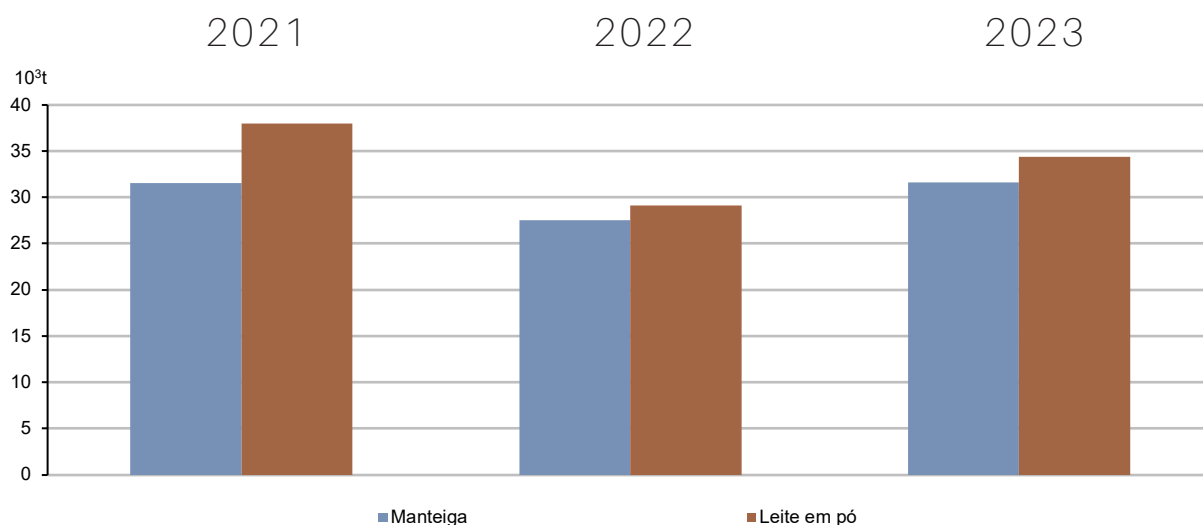
Ainda que os custos de produção se tenham mantido em patamares altos (energia, alimentos para animais, fertilizantes, etc.), a permanência de valores interessantes de remuneração da matéria-prima suportou o ligeiro aumento da produção.

O ano de 2023 caracterizou-se por elevados preços do leite no produtor, no seguimento de um processo de alinhamento de valores iniciado no final de 2022. Em 2023 o preço teve um aumento de cerca de 17%, com os índices trimestrais a subir +55,6%, +30,9% e +10,8% no 1º, 2º e 3º trimestres, respetivamente, enquanto no 4º trimestre se registou uma diminuição de 15,0%.

A produção da indústria de lacticínios nacional em 2023 resultou num maior volume total de produtos lácteos, evolução que ficou a dever-se ao acréscimo ocorrido nos produtos lácteos frescos, já que o volume total de produtos transformados teve uma ligeira redução.

A produção de manteiga cresceu 14,9%, com 31,6 mil toneladas e o leite em pó aumentou 18,0%, com uma produção global de 34 mil toneladas.

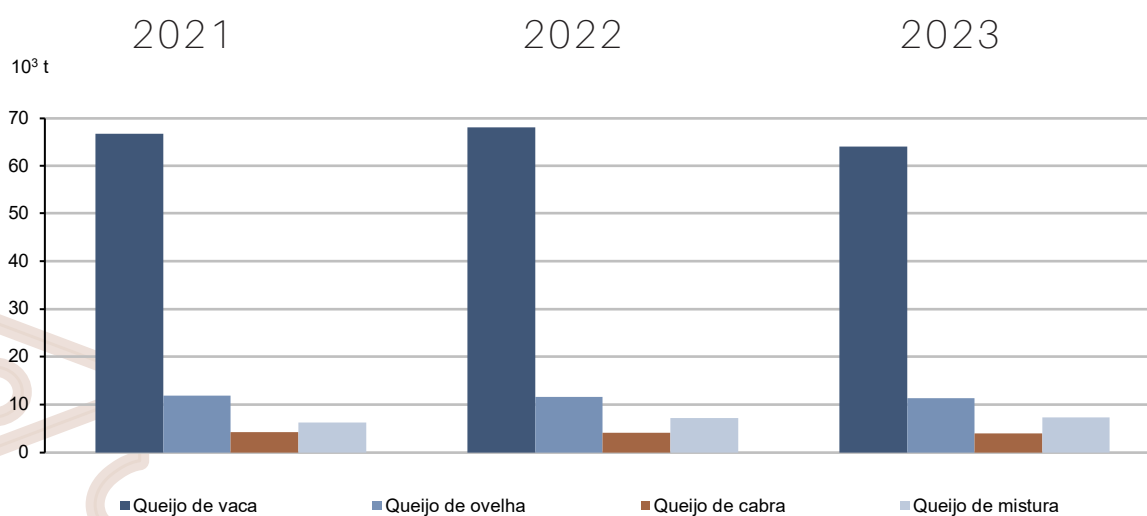
FIGURA 2.6
Produção de manteiga e leite em pó



FONTE: INE, I. P., Inquérito Anual à Recolha, Tratamento e Transformação do Leite.

No entanto, a produção total de queijo a nível nacional em 2023 diminuiu 4,8%, não tendo ultrapassado as 86 mil toneladas. Registou-se um menor volume para o queijo estreme de vaca (-6,5%) com 63,9 mil toneladas e para os queijos de ovelha (11,3 mil toneladas) e cabra (3,9 mil toneladas), que decresceram 2,6% e 4,9%, respetivamente. Pelo contrário, a produção de queijo de mistura mostrou um aumento de 2,5%, tendo totalizado 7,3 mil toneladas no ano em análise.

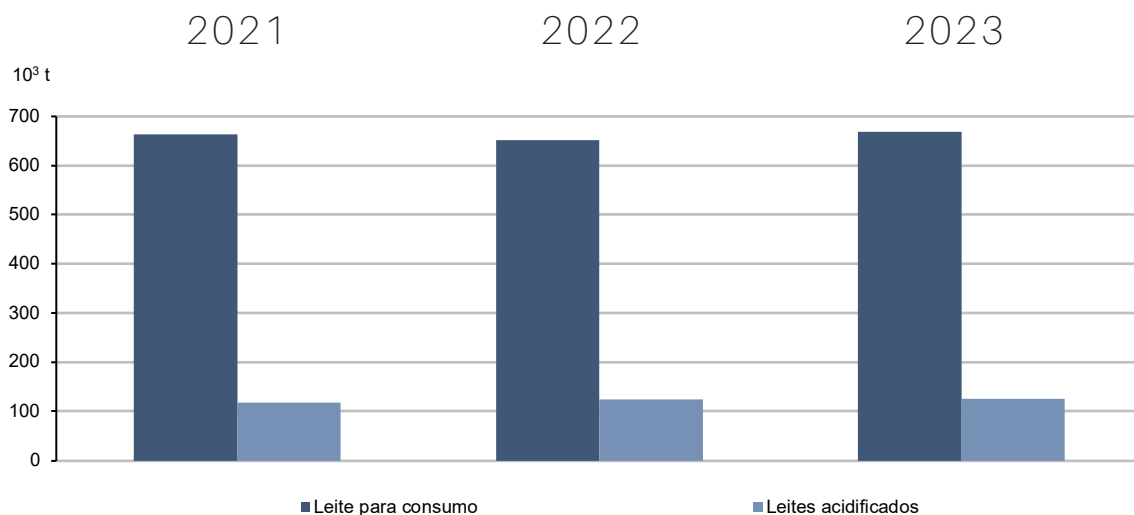
FIGURA 2.7
Produção de queijo



FONTE: INE, I. P., Estatísticas da produção animal.

O maior volume de produtos lácteos frescos registado em 2023 ficou a dever-se essencialmente ao leite para consumo, que com 668 mil toneladas, foi superior em 2,5%, face a 2022. A produção de leites acidificados (inclui os iogurtes) registou uma variação pouco significativa (+0,4%) face ao ano transato, com 125 mil toneladas produzidas.

FIGURA 2.8
Produção de leite para consumo e de leites acidificados



FONTE: INE, I. P., Inquérito Anual à Recolha, Tratamento e Transformação do Leite.



PRINCIPAIS INDICADORES

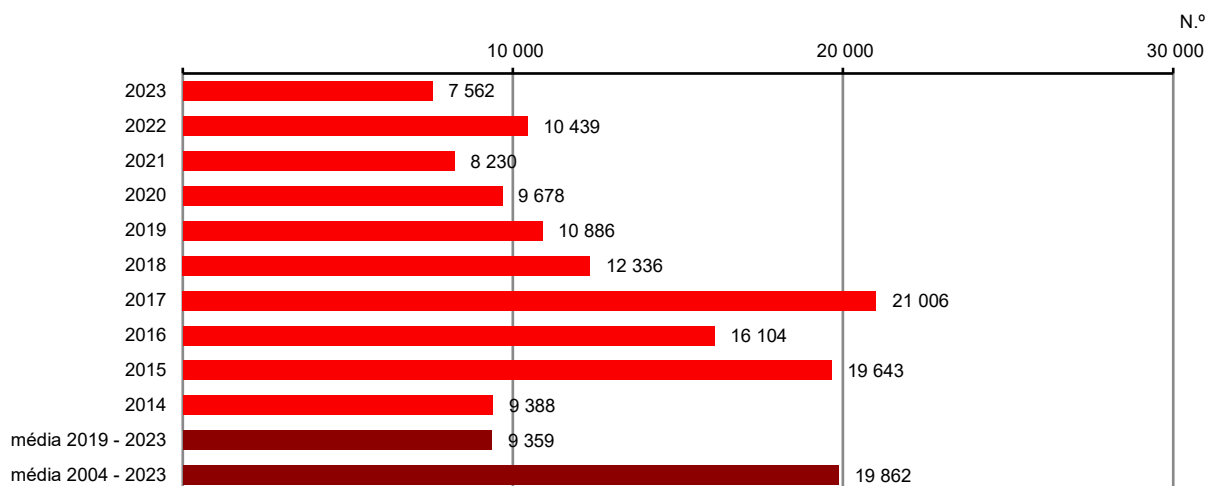
- Produção de carne (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de carnes; Anual
- Produção de banha de porco (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de miudezas de reses (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de leite (l) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de leite; Anual
- Produção de leite (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de leite; Anual
- Produção de queijo (t) por Tipo de queijo; Anual
- Produção de manteiga (t); Anual
- Produção de ovos (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de ovos; Anual
- Produção de mel (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de cera (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de lã (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Leite recolhido (l) por Local de origem (NUTS - 2024) e Tipo de leite (Recolhido); Anual
- Leite recolhido (t) por Local de origem (NUTS - 2024) e Tipo de leite (Recolhido); Anual
- Produtos lácteos (t) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Efectivo bovino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Categoria (efectivo bovino); Semestral
- Efectivo suíno (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Categoria (efectivo suíno); Anual
- Efectivo ovino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Categoria (efectivo ovino); Anual
- Efectivo caprino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Categoria (efectivo caprino); Anual
- Efectivo bovino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo bovino); Semestral
- Efectivo suíno (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo suíno); Anual
- Efectivo ovino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo ovino); Anual
- Efectivo caprino (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (efectivo caprino); Anual
- Cabeças de gado abatido e aprovado para consumo (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (gado abatido); Anual
- Peso limpo de gado abatido e aprovado para consumo (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (gado abatido); Anual
- Peso médio de gado abatido e aprovado para consumo (kg/ cabeça) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (gado abatido); Anual
- Aves e coelhos abatidos e aprovados para consumo (N.º) por Localização geográfica (Região agrária) e Categoria (aves e coelhos abatidos); Anual
- Peso limpo de aves e coelhos abatidos e aprovados para consumo (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (aves e coelhos abatidos); Anual
- Peso médio de aves e coelhos abatidos e aprovados para consumo (kg/ cabeça) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria (aves e coelhos abatidos); Anual



INCÊNDIOS

No ano de 2023 registaram-se 7 562 incêndios rurais, representando um decréscimo de 27,6 % face a 2022 e menos 19,2 % por comparação com a média do quinquénio (2019-2023). O ano de 2023 teve a particularidade de ser o ano com menor número de ignições nos últimos 20 anos (2004-2023), representando uma redução de 61,9% em relação à média assinalada para o período de referência (19 862 incêndios rurais).

FIGURA 3.1
Número de Incêndios rurais em Portugal

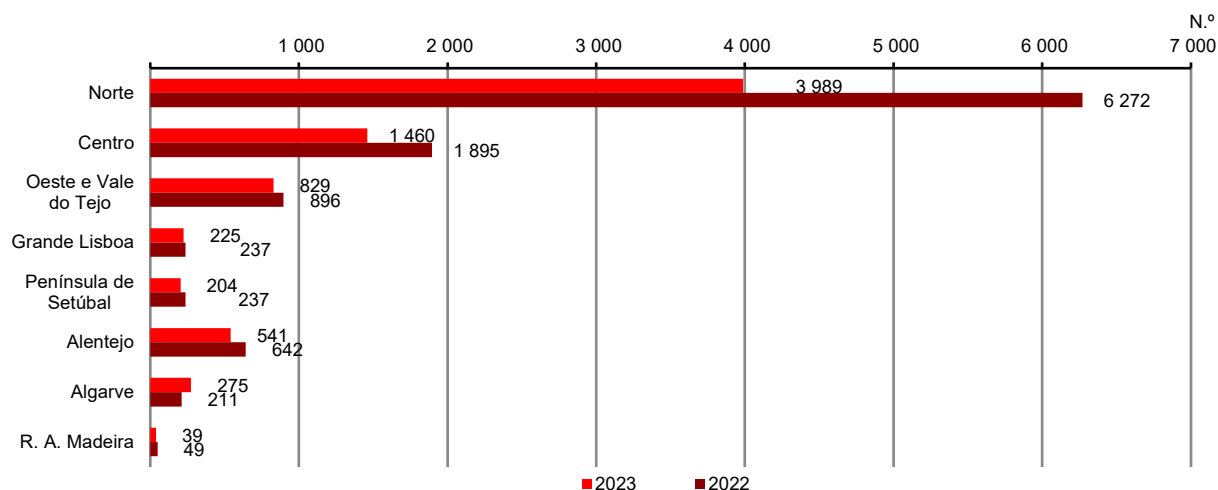


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

NOTA: No Continente a informação refere-se aos Incêndios rurais (compreende ocorrências que incluem áreas de povoamentos florestais, áreas de matos e/ou áreas agrícolas). Na RAM a informação refere-se apenas aos incêndios florestais (compreende ocorrências que incluem áreas de povoamentos florestais e áreas de matos). Toda a série de informação de dados foi revista em 2018 pelo ICNF. A localização do incêndio refere-se à origem do ponto de ignição.

Em 2023 verificamos que mais de metade dos incêndios rurais (52,8%) tiveram o seu ponto de início na região Norte, não obstante ter sido a região com a redução mais acentuada em número de ocorrências face ao ano anterior (menos 2 283 fogos rurais). O Centro manteve-se como a segunda região a testemunhar mais pontos de ignição (19,3%). No Continente só o Algarve contrariou a tendência geral de descida no número de ocorrências, tendo sofrido um incremento de 30,3% no número de fogos rurais, face a 2022.

FIGURA 3.2
Número de Incêndios rurais, por NUTS II



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

NOTA: No Continente a informação refere-se aos Incêndios rurais (compreende ocorrências que incluem áreas de povoamentos florestais, áreas de matos e/ou áreas agrícolas). Na RAM a informação refere-se apenas aos incêndios florestais (compreende ocorrências que incluem áreas de povoamentos florestais e áreas de matos). Toda a série de informação de dados foi revista em 2018 pelo ICNF. A localização do incêndio refere-se à origem do ponto de ignição.

A Região Autónoma da Madeira (R.A.M.) registou 39 incêndios em 2023, o que coloca o registo anual abaixo da média do quinquénio (2019-2023), representado uma redução de 20,4% face a 2022.

No último quinquénio (2019-2023) 79,9% dos municípios do Continente registaram em média entre 1 e 50 ignições de incêndio, sendo a região Centro a que mais contribui para essa categoria representando 31,1% da mesma seguindo-se o Norte (22,1%) e o Alentejo (20,7%). Durante 2023, em média, cada município continental testemunhou o início de 27 fogos rurais no seu território, o que representou uma redução de 27,6% por comparação com 2022.

A região Norte mantém a tendência de ser a região na qual os concelhos são o ponto de origem do maior número de incêndios rurais, sendo que os dez concelhos com mais deflagrações se encontram aí. O concelho de Ponte da Barca foi o único a exceder as duzentas deflagrações (215) ficando até distante das 46 ignições médias para os concelhos do Norte em 2023.

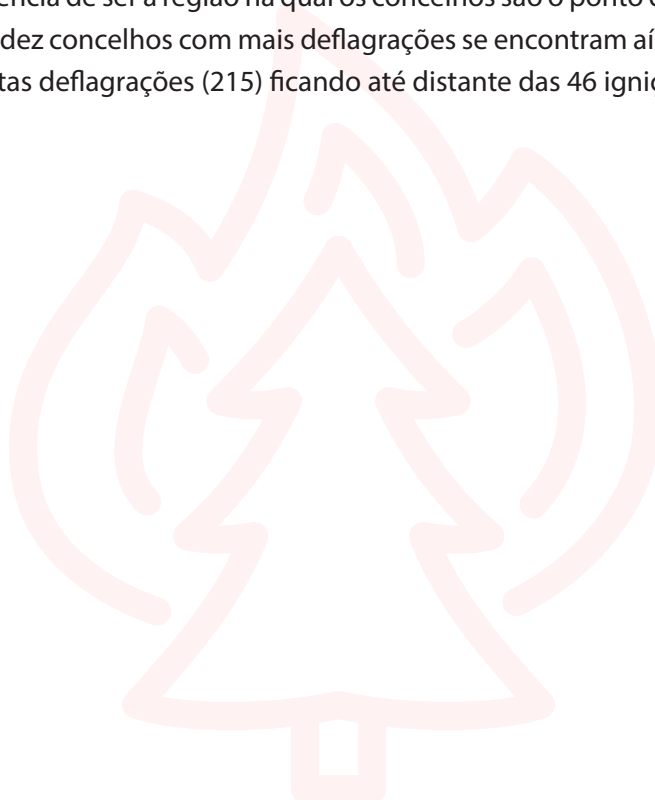
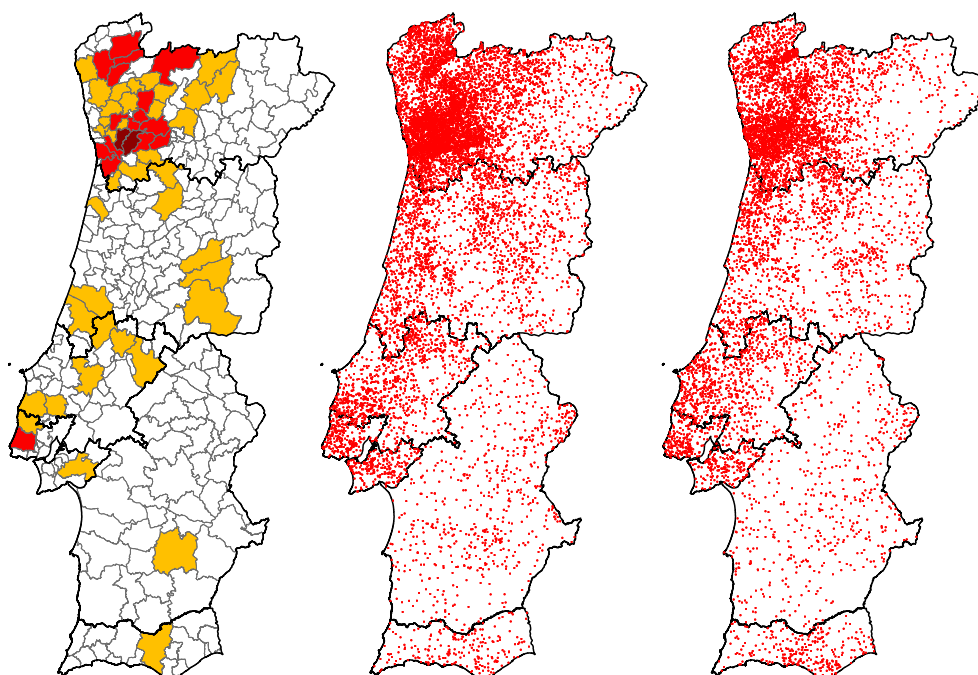


FIGURA 3.3
Número de Incêndios rurais, por município (Continente)

Nº incêndios	Média 2019 - 2023	2022	2023
0	-	1,1	0,4
1 - 50	79,9	77,3	83,8
51 - 100	13,7	13,3	11,5
101 - 200	5,8	6,5	4,0
201 - 417	0,7	1,8	0,4

% de municípios afetados



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

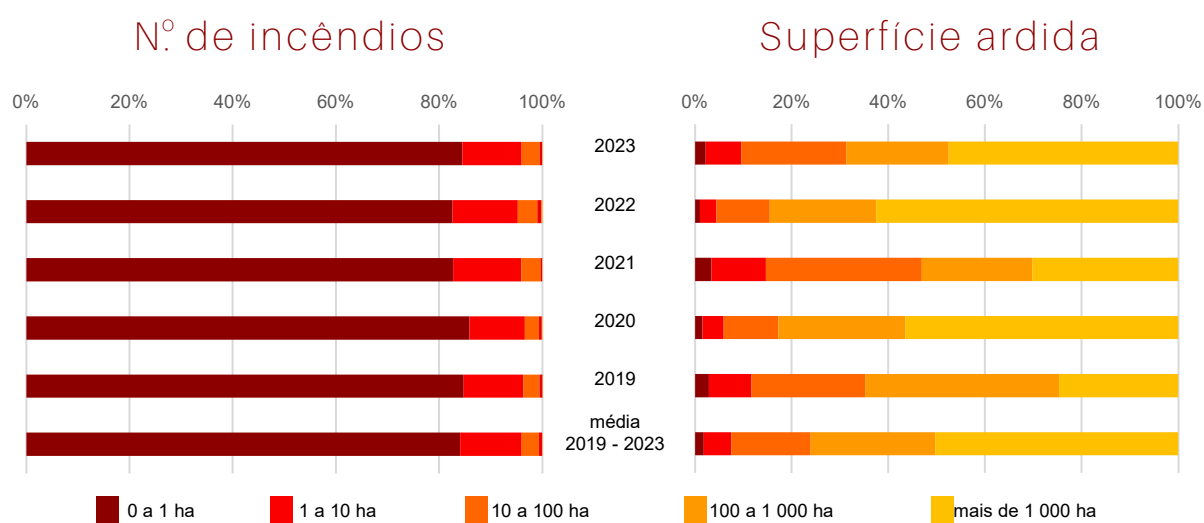
NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

Na R.A.M., o município da Ribeira Brava foi o mais fustigado em 2023 (20 ignições) contribuindo com 51,3% do total de fogos florestais sentidos no arquipélago. As ocorrências deste ano confirmaram a Ribeira Brava como o concelho mais afetado no quinquénio (2019-2023), com uma média de 16 incêndios rurais por ano.

A tipificação do número de incêndios por classe de área ardida no Continente em 2023, coincidiu quase integralmente com o comportamento observado no último quinquénio (2019-2023), em que as ocorrências com dimensão inferior a 1 hectare, os fogachos, predominaram, representando na média quinquenal 84,1% do total, seguidos da classe entre 1 e 10 hectares, com 11,9%.

No Continente só deflagraram 4 incêndios com dimensão superior a 1000 hectares (responsáveis por 16 384 ha queimados), bastante aquém da média (14,6) de incêndios dessa classe de dimensão dos últimos 5 anos. A distribuição da área ardida pelas classes de dimensão de incêndio, revelou que em 2023 os incêndios com dimensão até aos 100 ha contribuíram em quase 1/3 para o total de área ardida (31,3%), ao passo que na média quinquenal essas classes acercam-se dos 24% da área ardida. É de salientar que na década de 2014-2023, os 34 510 ha ardidos em 2023 representam um valor só superior aos 22 819 ha de 2014, bastante aquém da média de 112 454 ha.

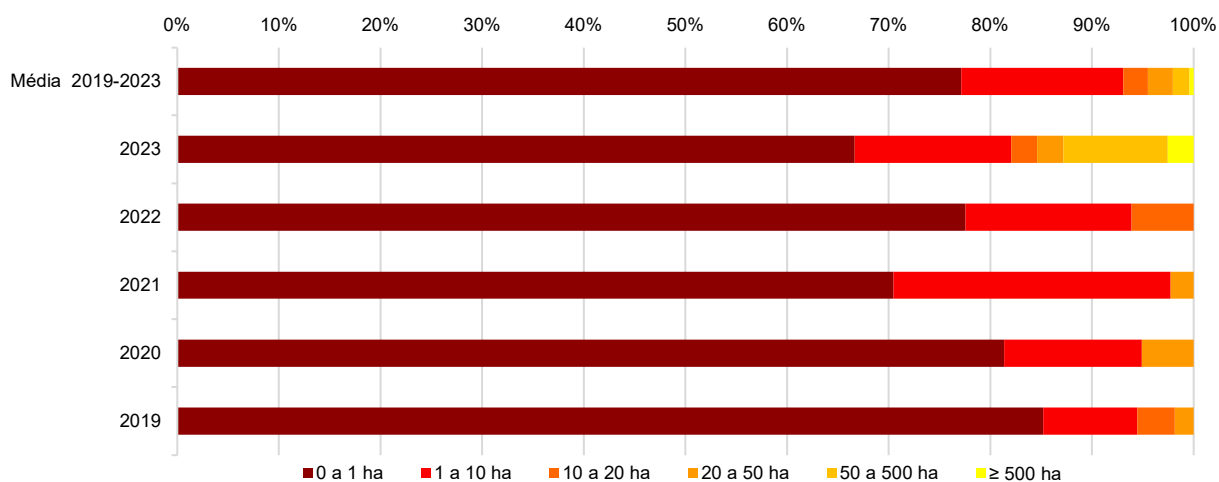
FIGURA 3.4.1
Incêndios rurais por classe de área ardida (Continente)



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

O ano 2023 representou para a R.A.M. o surgimento de fogos florestais de dimensões superiores a 50 ha, registando-se a ocorrência 5 incêndios nessas condições, entre os quais 1 que excedeu os 1000 ha. No entanto, a classe de dimensão de incêndio mais representativa correspondeu aos fogachos com menos de 1 ha de área ardida (66,7%) e, de forma inédita, as classes de dimensão de incêndios superiores a 50 ha passaram a ter peso, contribuindo com 12,8% do total de incêndios na região.

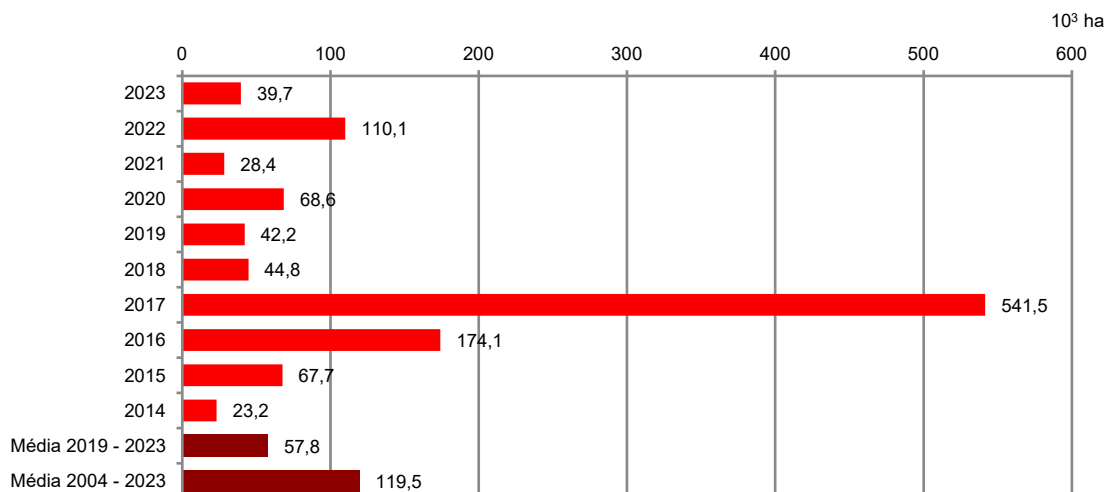
FIGURA 3.4.2
Incêndios por classe de superfície ardida (R. A. Madeira)



FONTE: Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

A superfície ardida em 2023 foi de 34,5 mil hectares no Continente e 5,2 mil hectares na R.A.M. (110,1 mil hectares e 0,09 mil hectares em 2022, respetivamente), o que coloca 2023 como o oitavo ano menos severo da última década (2014-2023), e afastado da área média ardida no último quinquénio (57,8 mil hectares).

FIGURA 3.5
Superfície ardida em Portugal

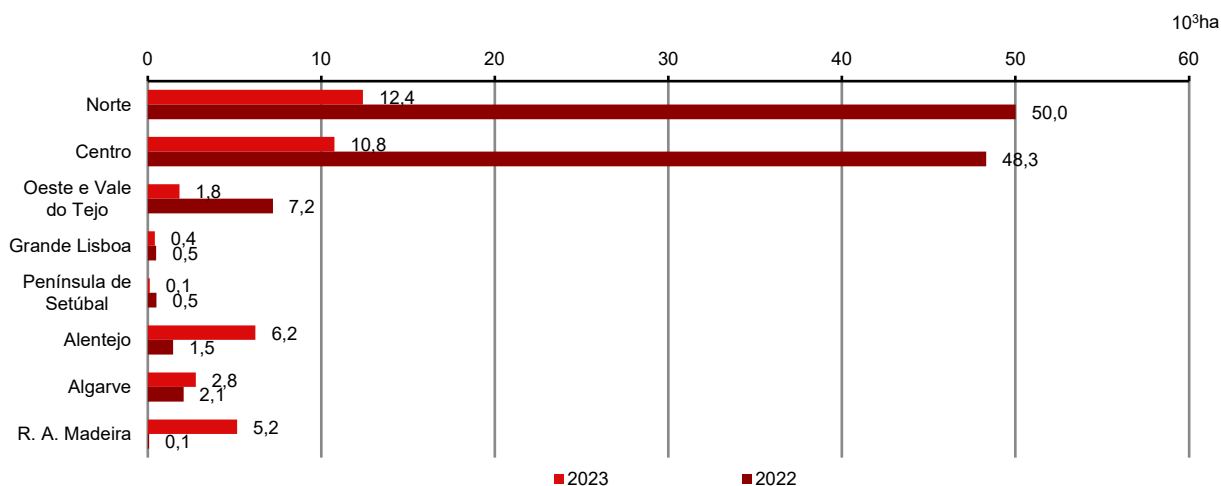


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

A região Norte registou a maior área ardida, com 12,4 mil ha, seguindo-se a região Centro com 10,8 mil ha. Estas regiões conjugadas contribuíram com 58,4% da área ardida, valor bastante distante dos 89,2% verificados no passado ano de 2022.

Nas antípodas desta tendência, encontram-se as regiões do Algarve (2,7 mil ha) e Alentejo (6,2 mil ha), que foram as únicas regiões do Continente a verificarem acréscimos de área ardida face a 2022, com o Alentejo a quadruplicar a área. A R.A.M. verificou um crescimento extraordinário de área ardida no ano 2023, que correspondeu a 60 vezes a área ardida em 2022.

FIGURA 3.6
Superfície ardida, por NUTS II

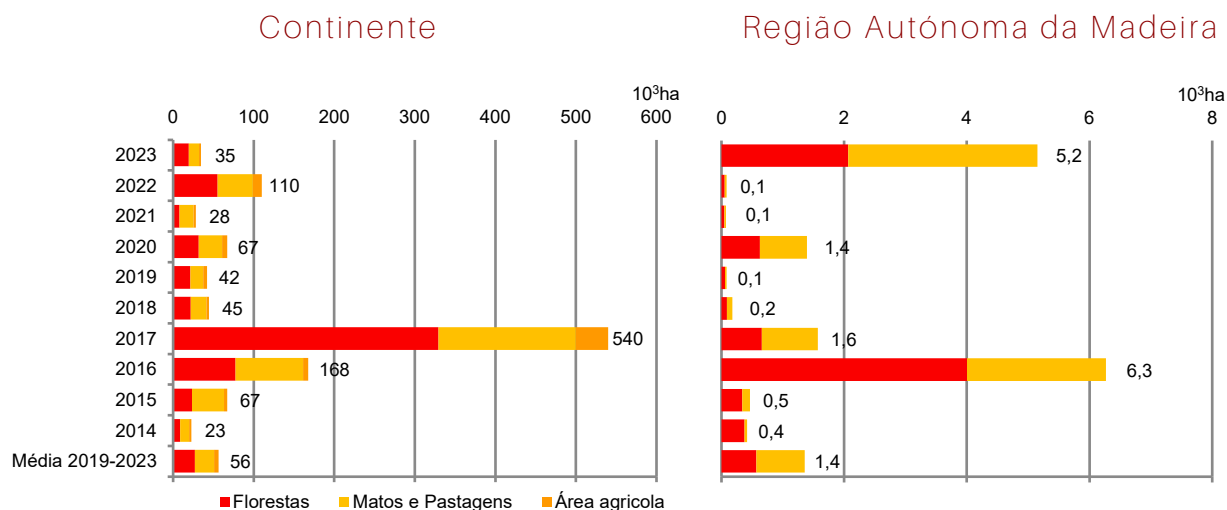


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

Em 2023, do total de superfície ardida no Continente, 56,3% era ocupada por floresta (50,2% em 2022), 37,6% por matos e pastagens (39,7% em 2022) e 6,1% por área agrícola (10,0% em 2022). Na R.A.M. foi a superfície de matos e pastagens que mais ardeu (59,9%), seguida da florestal com 40,1% (36,1% e 59,9% em 2022, respetivamente) e invertendo as proporções face ao ocorrido no ano transato.

No último quinquénio, tendo em consideração a área do último Inventário Florestal Nacional do ICNF e do Inventário Florestal da R.A.M., o ano 2023 foi o que registou maior proporção de espaços florestais ardidos na Madeira (8,4%), ao passo que em todo o território português se registou apenas 0,7% quando a média quinquenal foi de 0,9%.

FIGURA 3.7
Superfície Ardida por tipo de ocupação



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Dir. Regional de Florestas e Conservação da Natureza.

A grande maioria dos municípios do Continente (82,4%) teve mais que 1 hectare de superfície ardida em 2023, mas só 2,5% do total dos municípios (9,4% em 2022) foram afetados por áreas superiores a 1 000 hectares, totalizando 51,4% da superfície ardida (76,2% em 2022). Os municípios com áreas ardidas entre os 100 e os 1000 ha responderam por mais 39% da superfície ardida.

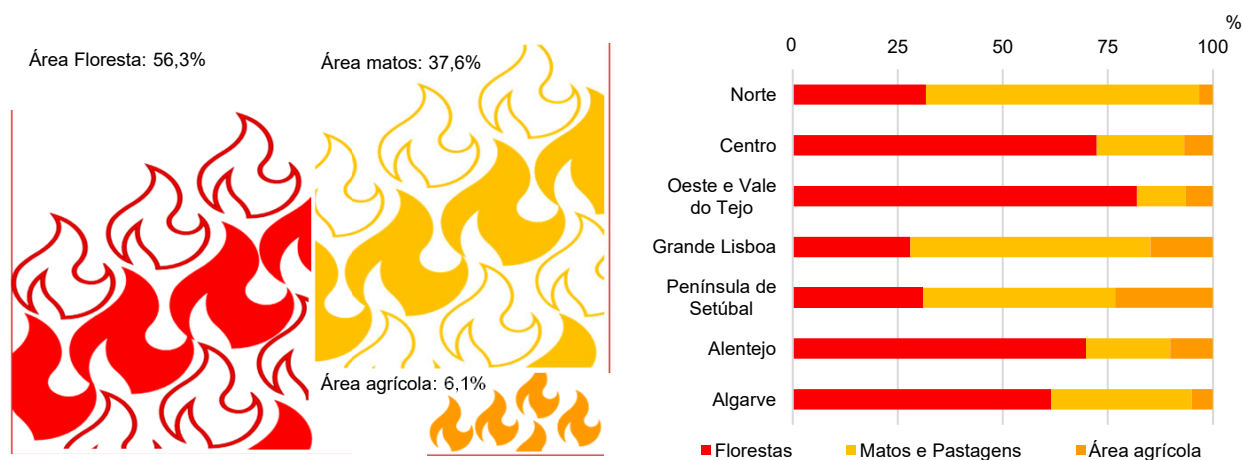
A grande maioria de área ardida de florestas (87,9%) concentrou-se em 32 municípios com classes de área ardida superiores a 100ha.

Odemira foi o município com mais área ardida do Continente (5 579 ha), da qual 73,8% eram povoamentos florestais, representando 21,2% da superfície florestal continental ardida. A maior extensão de matos e pastagens ardidos (1143 ha) ocorreu em Proença-a-Nova, que tomou a segunda posição no ranking dos municípios por área ardida.

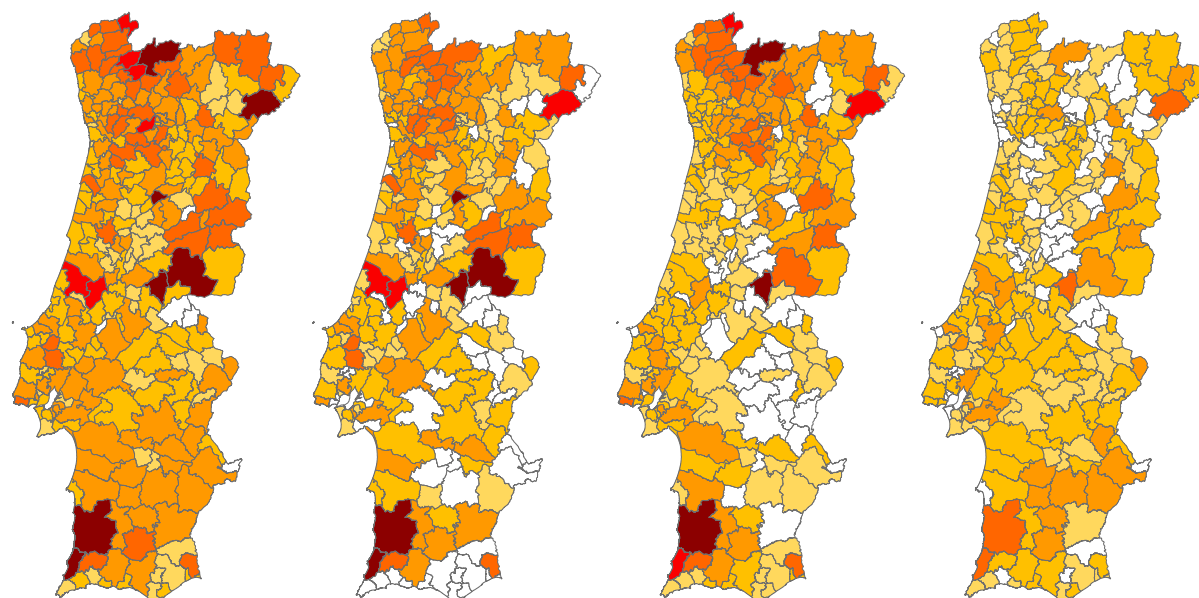


FIGURA 3.8
Representação da área ardida por tipo de superfície no Continente
2023

CONTINENTE



NUTS II



Classe área ardida	Total	Florestas	Matos e pastagens	Agrícola
Sem área	1,8	21,9	14,4	20,5
0 - 1	15,8	20,5	25,9	36,3
1-10	30,6	21,6	29,5	32,4
10 - 100	32,7	24,5	19,1	9,4
100 - 500	14,4	8,6	9,0	1,4
500 - 1 000	2,2	1,1	1,1	0,0
> 1 000	2,5	1,8	1,1	0,0

ha

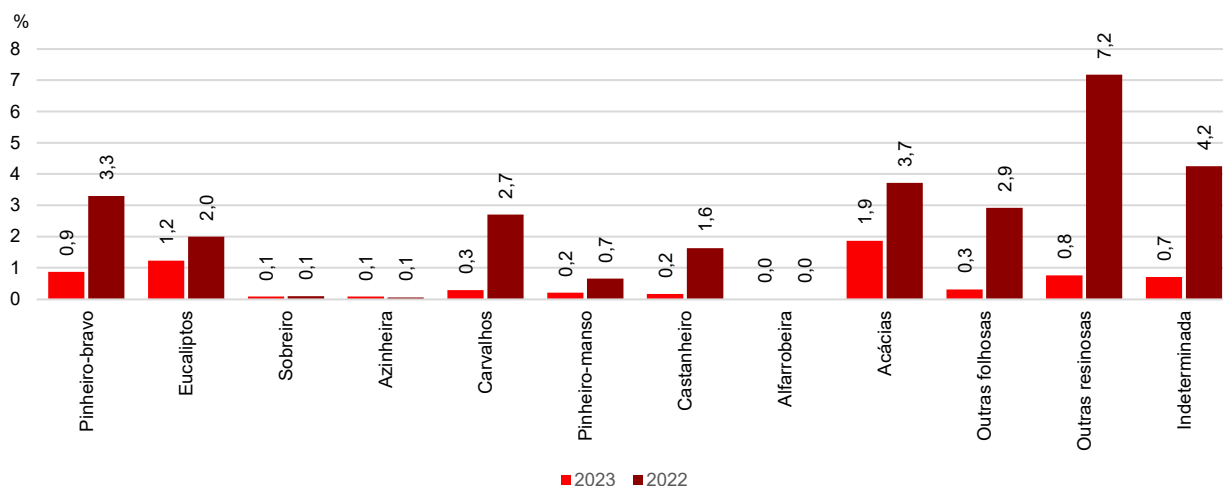
% de municípios afetados

FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

A superfície ardida de floresta no Continente correspondeu a 0,6% desta ocupação do solo, correspondendo a uma significativa redução de área (-64,9%) comparativamente a 2022. Analisando a área de povoamentos florestais ardidos por área da espécie em 2023, destacou-se o eucalipto com 1,2% da sua área ardida (2,0% em 2022), o pinheiro-bravo com 0,9% (3,3% em 2022), e os carvalhos com 0,3% (2,7% em 2022).

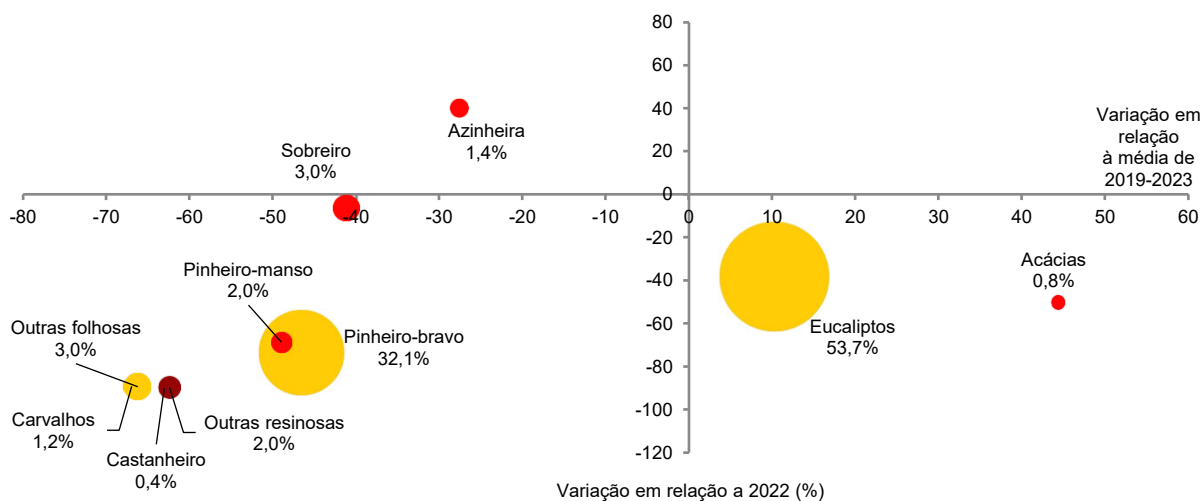
FIGURA 3.9
Proporção da superfície ardida por espécie (Continente)



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A espécie florestal com maior superfície ardida, causada pelos incêndios de 2023, foi o eucalipto, com 53,7% do total da superfície ardida de povoamentos florestais, isto embora tenha sofrido uma redução de 62% face a 2022. Seguiu-se o pinheiro-bravo, com 32,1% e aproximadamente menos de um quarto da área ardida comparativamente ao ano anterior e metade face ao quinquénio. Os sobreiros e as outras folhosas contribuíram em igualdade com 3% da área florestal ardida cada. Só a azinheira teve um incremento de área ardida em relação ao ano de 2022, aumentando a superfície em 40%.

FIGURA 3.10
Superfície Ardida de povoamentos florestais por espécie (Continente)



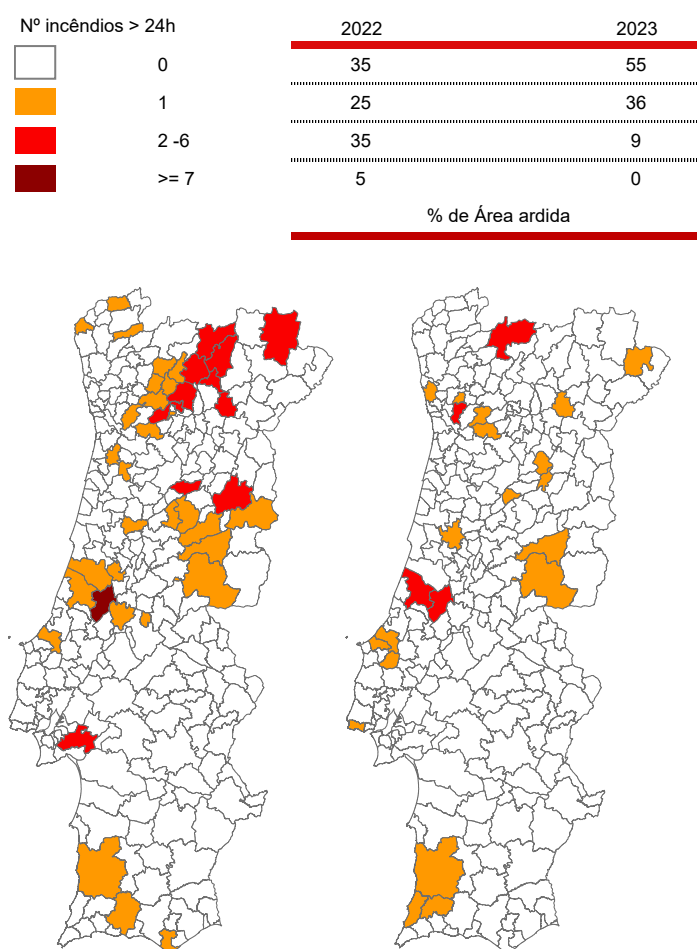
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

*Dimensão do globo representa a área ardida de cada espécie florestal em 2022.

Na R.A.M. a espécie florestal mais afetada pelos incêndios foi o eucalipto, correspondendo a 35,3% do total da área ardida na região, seguida do pinheiro-bravo (34,5%), e das áreas florestais de mistas de Laurissilva (25,0%). A enorme expansão de área florestal ardida em 2023 provocou incrementos muito significativos em todas as espécies florestais comparando com o ano anterior.

No universo de 7 523 incêndios registados no Continente em 2023, houve 29 ocorrências com uma duração superior a 24 horas (61 em 2022), responsáveis por 45,3% da área ardida (65,4% em 2022). A região Norte registou 11 incêndios com esta duração, seguida do Centro, com 9 ocorrências deste tipo, sendo que nestas regiões se incluem os concelhos de Montalegre e de Leiria respetivamente, ambos com maior número de fogos superiores a 24 horas (3).

FIGURA 3.11
Incêndios com duração superior a 24 horas e representação da área ardida (Continente)

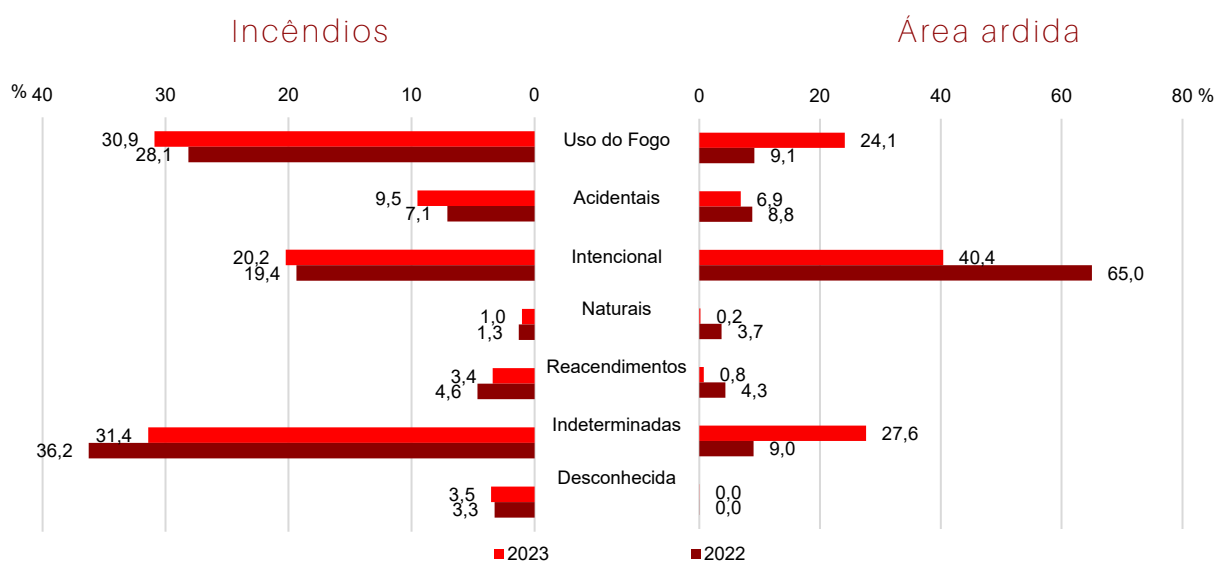


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

Em 2023 apuraram-se 65,1% das causas de incêndio (60,5% em 2022), identificando-se o motivo para 72,3% da superfície ardida.

A causa conhecida mais representativa, em termos de extensão de área ardida foi a intencional, com 20,2% do número total de incêndios, responsável por 40,4% do total da área ardida (65,0% em 2022). A causa mais frequente foi o uso do fogo, onde se incluem as queimadas de sobrantes agrícolas e florestais, contabilizando 30,9% dos incêndios (24,1% da superfície total ardida). Seguiram-se as causas acidentais (9,5%), os reacendimentos (3,4%), e por último as causas naturais com 1,0%.

FIGURA 3.12
Incêndios por causa (Continente)



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

NOTA: A localização do incêndio reporta-se à origem do ponto de ignição.

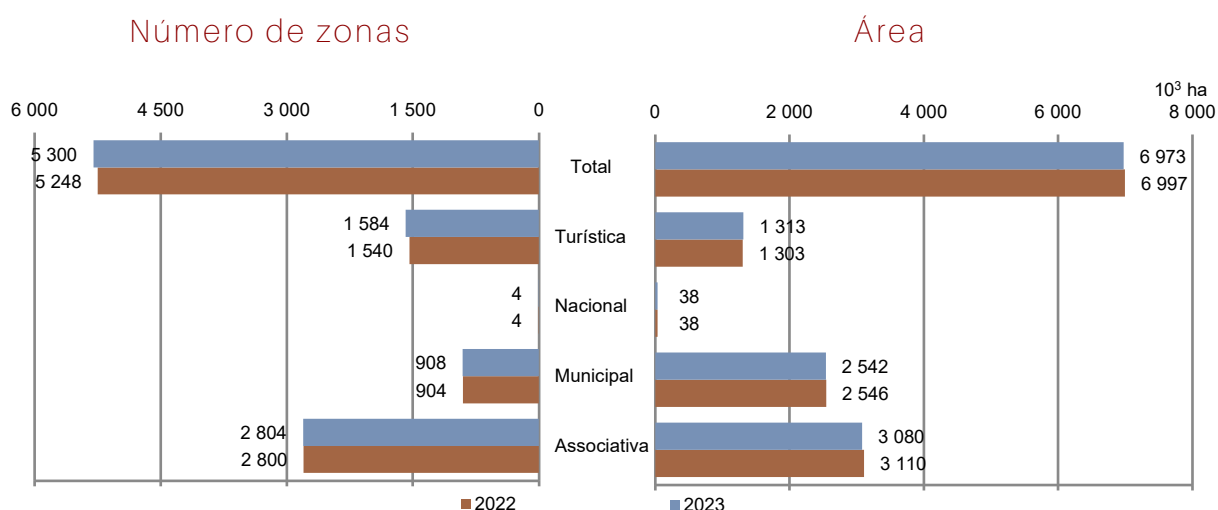


Caça

A classificação das zonas de caça é feita consoante a natureza da respetiva entidade gestora ou do fim a que se destina: Turística quando gerida por entidades que tenham por objetivo a exploração económica dos recursos cinegéticos; Nacional se governada pelo Estado ou a quem este transferir a gestão; Municipal nas situações em que é administrada por autarquias ou associações de caçadores com vista a proporcionar o exercício organizado da caça, a um número maximizado de caçadores com condições de acesso especial e Associativa, quando gerida por associações ou clubes de caçadores.

Em 2023, existiam 5 300 zonas de caça distribuídas por 6 973 mil hectares, no território de Portugal Continental. Embora, face ao ano anterior, tenha havido um incremento de 52 espaços de caça, verificou-se um decréscimo de 23 725 ha de área de caça, correspondente a uma redução de 0,3%.

FIGURA 3.13
Zonas de caça por tipo de zona



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

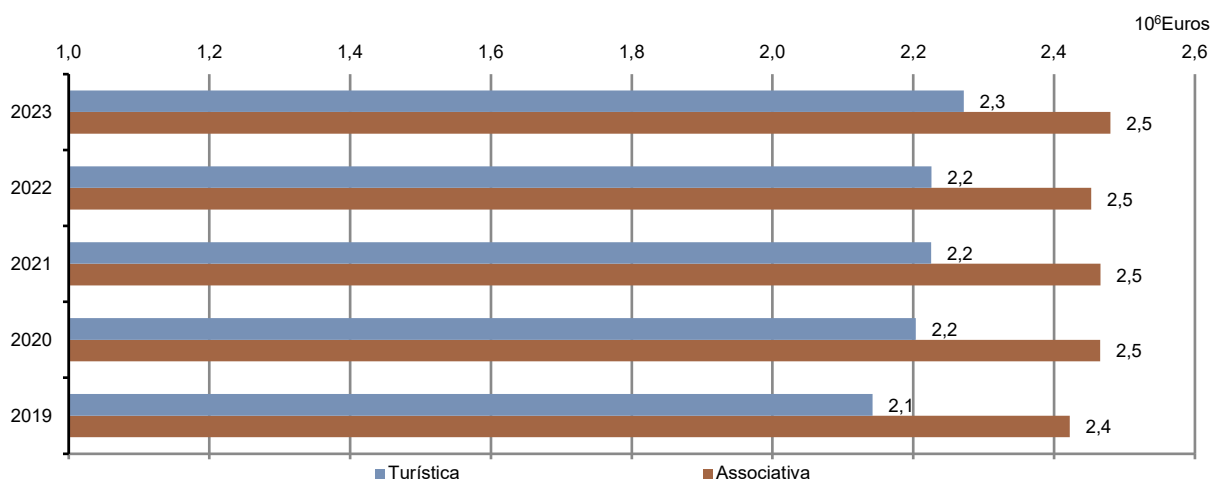


As zonas dedicadas à caça turística foram as grandes responsáveis pelo aumento do número de espaços de caça (+44), sendo que as zonas de caça associativa e de caça municipal contribuíram com 4 novos espaços cada. As zonas de caça associativa mantêm-se como as mais representativas em número (52,9%) e em área, apesar de terem sofrido uma redução de 29,5 mil hectares, fixando-se em 44,2% da área total de caça em Portugal Continental. As zonas de caça municipal (2 542 mil ha) sucedem às zonas de caça associativa no contributo em área, mas só representam 17,1% do número total. Seguem-se as zonas de caça turística com 18,8% da área total e 29,9% do número de zonas. As zonas de caça nacional são aquelas com maior dimensão média (9,5 mil ha).

A atividade da caça em zona associativa ou turística implica o pagamento de taxas anuais ao abrigo da Portaria n.º 431/2006, de 3 de maio, alterada pela Portaria n.º 327/2018 de 17 de dezembro. A taxa anual devida pelas concessões de caça (zonas de caça associativas e turísticas) destina-se a pagar uma exclusividade de utilização (do recurso caça) ao Estado que a concede às respetivas entidades gestoras. Esta taxa é calculada por hectare de área concessionada e é diferenciada consoante o tipo de zona, pagando as zonas associativas metade da taxa devida pelas turísticas.

A receita gerada por esta taxa em 2023 foi de 4,8 milhões de euros (+1,6% de receita face a 2022), sendo 52,2% proveniente das zonas associativas e 47,6% das zonas turísticas.

FIGURA 3.14
Taxas Anuais por tipo de Zona de caça

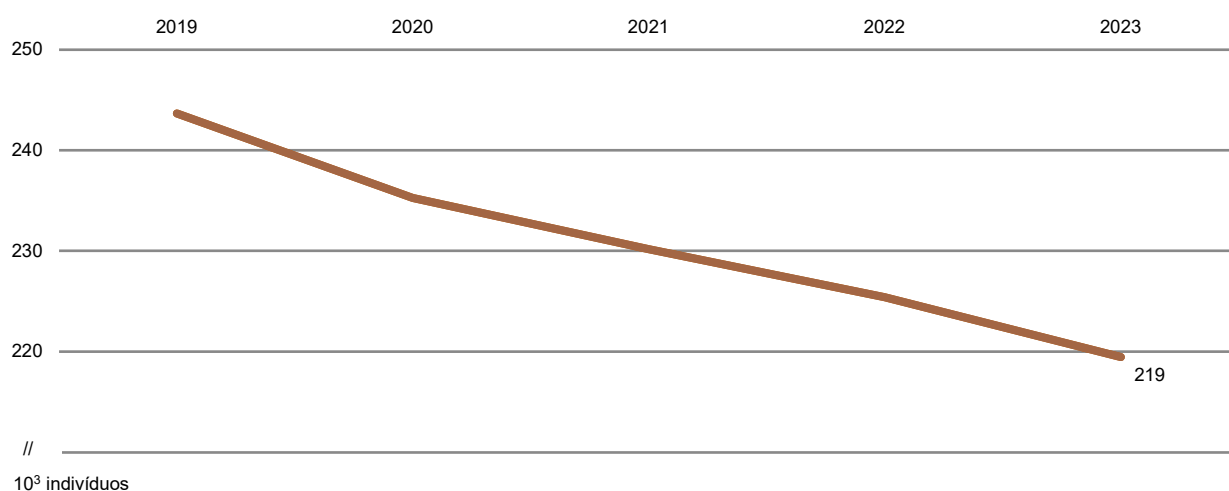


FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

O número de caçadores registados engloba todos os indivíduos detentores de carta de caçador, independentemente de terem ou não tirado a licença de caça. Esta carta deverá ser renovada anualmente, mediante o pagamento de uma taxa específica. No Decreto-Lei 24/2018¹² é agora mencionada a afetação de parte das receitas provenientes das licenças de caça ao Fundo Florestal Permanente, por forma a garantir o financiamento da gestão correta e racional dos recursos cinegéticos, com vista ao desenvolvimento e valorização do mundo rural.

Em 2023, contabilizaram-se 219 459 caçadores, verificando-se um decréscimo de 2,6% face ao ano anterior, que resultou de menos 5 938 indivíduos registados. Esta diminuição do número de caçadores registados incidiu sobretudo em indivíduos com idade entre os 31 e 40 anos (-6,7%) e entre os 51 e 60 anos (-4,3%), sendo que entre os 31 e os 70 anos perderam-se 6 511 caçadores. Por oposição, o número de caçadores aumentou sobretudo nos escalões mais jovens: até aos 20 anos (+15,5%) e no escalão etário dos 21 aos 30 anos (+3,7%).

FIGURA 3.15
Caçadores registados



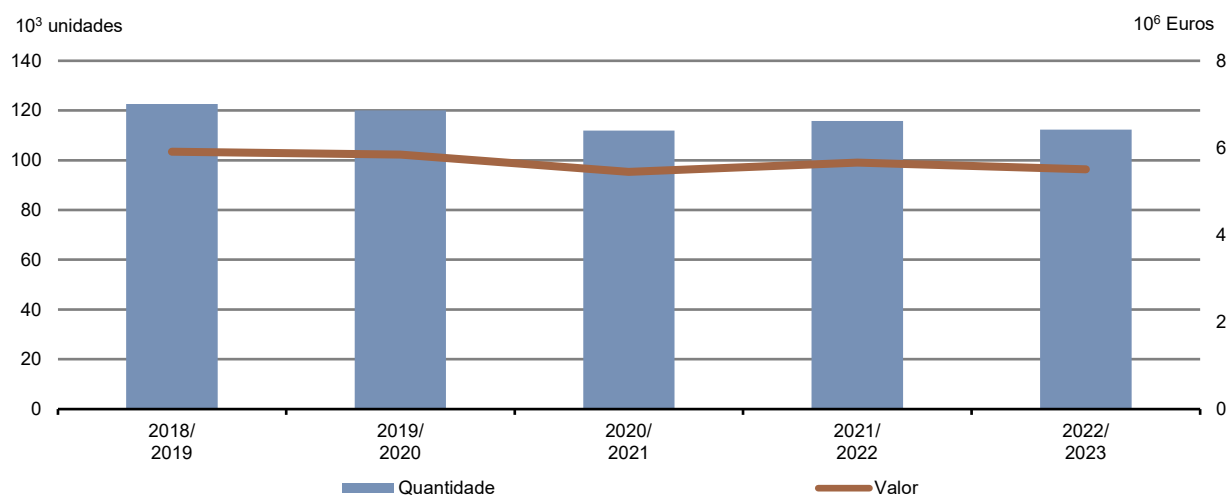
FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

¹² Altera o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável.

As licenças de caça emitidas pelo ICNF permitem o exercício da atividade da caça em território determinado e para uma época venatória específica. Para cada época deverá ser feita a atualização da licença, mediante o pagamento de uma taxa, variável consoante o tipo de licença pretendido.

As 112 285 licenças de caça emitidas na época venatória 2022/2023 (115 726 em 2021/2022), corresponderam a um decréscimo de 3,0%, gerando uma receita de 5,5 milhões de euros, inferior em 2,8% à de 2021/2022.

FIGURA 3.16
Licenças de caça emitidas



FONTE: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

PRINCIPAIS INDICADORES

- Incêndios rurais (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Superfície ardida (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de superfície ardida; Anual
- Proporção de superfície ardida (do incêndio rural ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Superfície florestal (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Espécie florestal; Decenal
- Superfície ardida (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Espécie florestal; Anual
- Proporção de espaços florestais ardidos (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Proporção de superfície ardida (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de superfície ardida; Anual
- Proporção de espaços florestais (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Decenal
- Espaços florestais (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Decenal
- Incêndios rurais (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de causa de incêndio; Anual
- Superfície ardida (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de causa de incêndio; Anual
- Incêndios rurais (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Dimensão do incêndio; Anual
- Superfície ardida (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Dimensão do incêndio; Anual
- Caçadores registados (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Grupo etário; Anual
- Zonas de caça (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de zona de caça; Anual
- Zonas de caça (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de zona de caça; Anual
- Produção de resina nacional à entrada da fábrica (t) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Produção de resina nacional à entrada da fábrica (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Preço médio da resina nacional à entrada da fábrica (€/ kg) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual
- Preço médio da resina nacional à entrada da fábrica (€/ kg) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual
- Produção de resina nacional à entrada da fábrica (€) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual
- Produção de resina nacional à entrada da fábrica (t) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual





4

AGRICULTURA E AMBIENTE

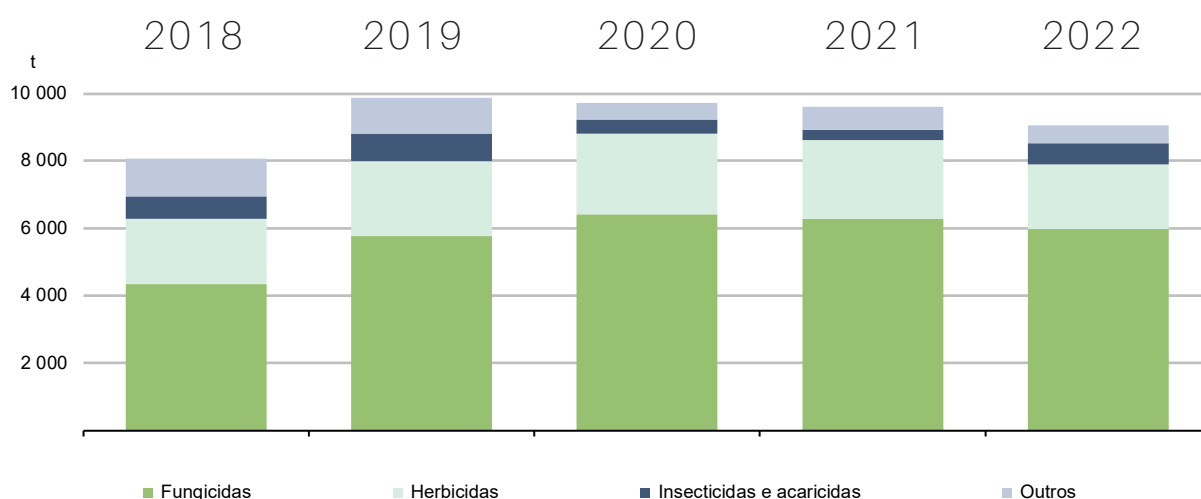
PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

Em 2022, foram vendidas 9,1 mil toneladas de substâncias ativas presentes em produtos fitofarmacêuticos, correspondente a uma redução de 5,7% face a 2021. Para este decréscimo contribuiu a diminuição das vendas de glifosato (-22,0% face a 2021) que em 2022 concentrou 75% do total das vendas de herbicidas, representado 15,8% do total das vendas de produtos fitofarmacêuticos. De referir que no final do ano de 2023, a Comissão Europeia recomendou a prorrogação da utilização de glifosato por mais dez anos. No entanto, em 2022, as empresas e o setor produtivo ainda sem conhecimento da prorrogação, retraíram-se na aquisição deste produto, de forma a evitar obsoletos no circuito e na produção.

A análise à estrutura de vendas das substâncias ativas permite destacar o grupo dos fungicidas, representando em 2022, 66,0% do volume total de vendas (65,3% em 2021), seguido dos herbicidas com 21,0% (24,5% em 2021). O terceiro grupo com mais vendas registadas foram os inseticidas e acaricidas com 7,1% (3,0% em 2021). Os “outros produtos fitofarmacêuticos” (moluscicidas, reguladores de crescimento e outros produtos para a proteção de plantas) foram o grupo com menos vendas registadas, 5,8% do total que compara com 7,2% em 2021.

As vendas de inseticidas mais que duplicaram em 2022, aumentando 120,2%, retomando valores normais, após o mínimo registado em 2021. O forte crescimento das vendas de óleos minerais justifica esta evolução positiva. Concretamente, em 2022, a venda destas substâncias ativas concentrou 76,5% (48,4% em 2021) das vendas deste grupo. O acentuado crescimento das vendas destes óleos (+ 248,0%) deveu-se ao facto de ser um produto muito utilizado em agricultura biológica. Acrescente-se, que ao contrário do que sucedeu em 2021, as condições meteorológicas em 2022 aumentaram a pressão das pragas sobre as culturas, facto que contribuiu para o crescimento da aplicação deste produto.

FIGURA 4.1
Venda de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função
(2018-2022)

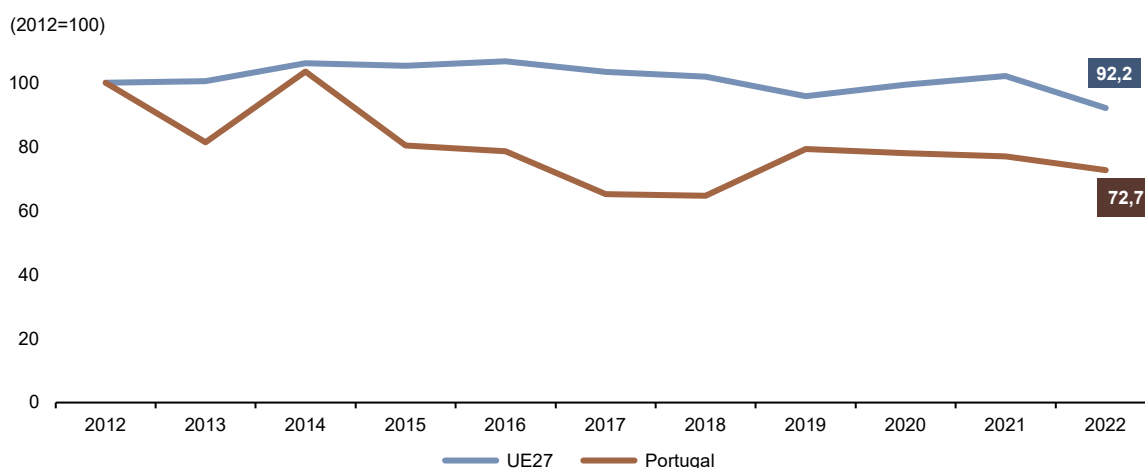


FONTE: Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

O enxofre, substância ativa de toxicidade reduzida, foi responsável por 56,0% (54,1% em 2021) do volume de vendas dos fungicidas e por 36,9% do volume total de produtos fitofarmacêuticos (35,7% em 2021). Este aumento de vendas de enxofre poderá estar relacionado com o facto de em março de 2022, terem sido registados valores de precipitação acima do normal, num período temporal em que se realizam a maioria das aplicações de enxofre (de março a julho).

A evolução das vendas dos produtos fitofarmacêuticos na UE27 e em Portugal apresenta uma tendência decrescente. No entanto, o desempenho de Portugal afigura-se mais positivo do ponto de vista ambiental, posicionando-se sempre abaixo da média da UE27, evoluindo a uma taxa de variação média anual de -3,1%, enquanto na UE27 esta evolução foi de -0,8%.

FIGURA 4.2
Evolução das vendas de produtos fitofarmacêuticos em Portugal e na UE-27
(2012-2022)



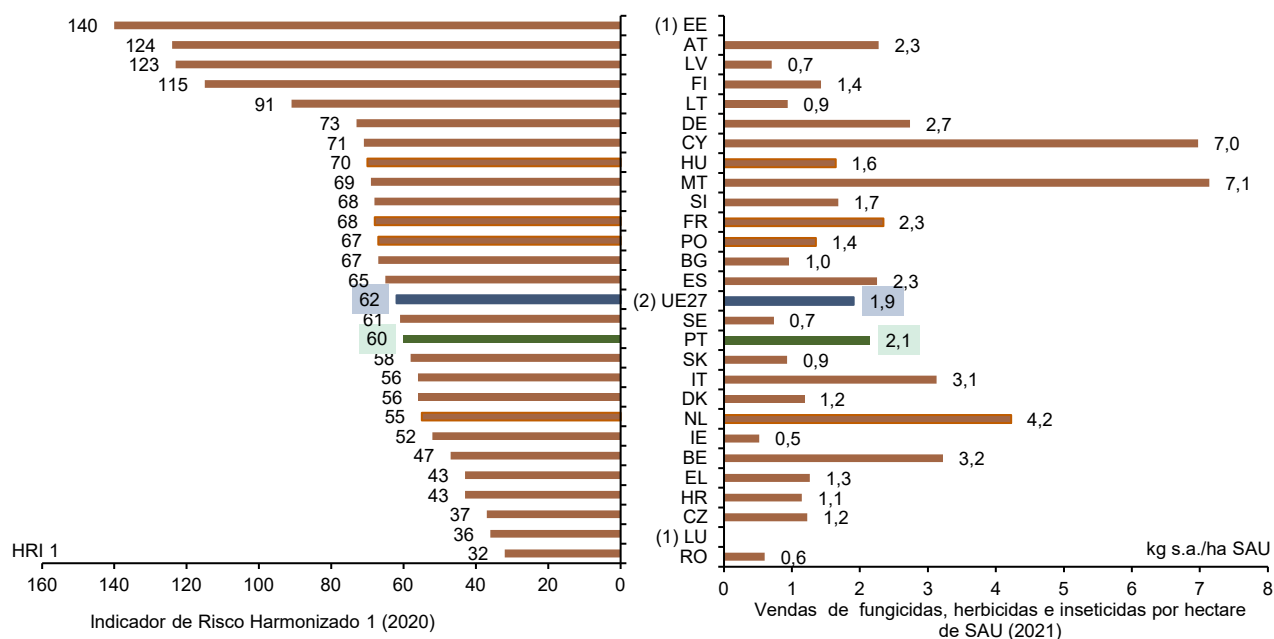
FONTE: Eurostat.



Desde 2012 até 2021, o IRH1¹³ já decresceu 41,7% em Portugal, redução mais intensa que a verificada na UE27 (-36,7%).

No ano de 2022, Malta, Chipre e Países Baixos foram os Estados-Membros que apresentaram maior quantidade vendida de substância ativa dos principais grupos de pesticidas, por hectare de SAU. Portugal, com 2,1 kg s.a./ha SAU desceu para o décimo lugar do ranking da UE27 (8.º lugar em 2021), posicionando-se acima da média da UE27 (1,9 kg s.a./ha SAU).

FIGURA 4.3
Vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas por hectare de SAU (2022) e
Indicador de Risco Harmonizado 1 (2021) nos EM da UE27



(1) Dados de vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas não disponíveis para o período em análise

(2) Não inclui as vendas de fungicidas, herbicidas e inseticidas da Estónia, Luxemburgo e Malta (dados não disponíveis para o período em análise)

FONTE: Eurostat.

¹³ Indicador de Risco Harmonizado 1 (IRH1) é calculado com base nas quantidades de substâncias ativas de produtos fitofarmacêuticos, tendo por base de referência (100) a média do período 2011-2013. Este indicador está subdividido em 4 grupos de substâncias de acordo com a sua perigosidade, contribuindo cada grupo com o coeficiente de risco para o cálculo ponderado do indicador. O cálculo de Indicadores de Risco Harmonizados associado ao uso dos produtos fitofarmacêuticos foi definido pela Diretiva (UE) 2019/782 da Comissão.

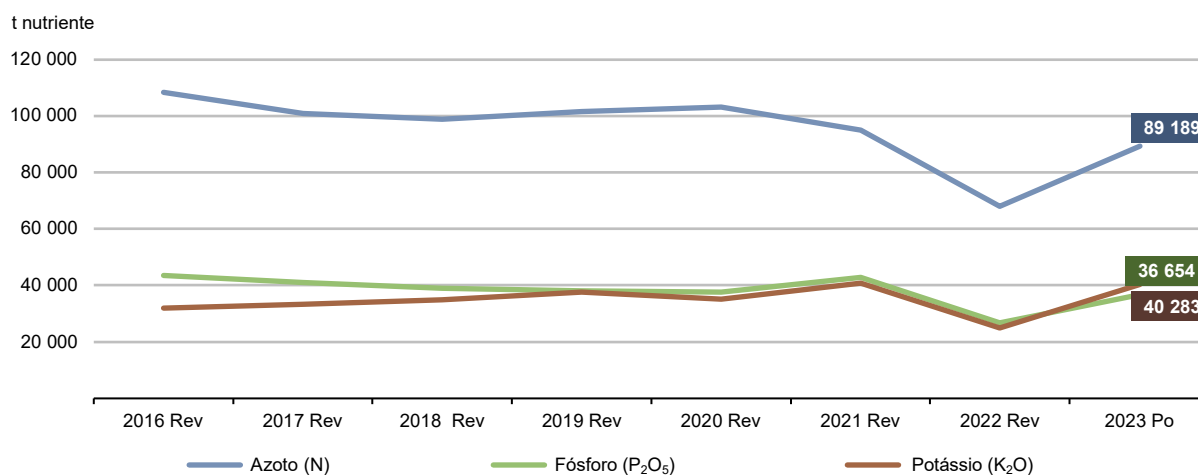
CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES

O consumo aparente de fertilizantes, expresso em macronutrientes Azoto (N), Fósforo (P_2O_5) e Potássio (K_2O), ascendeu em 2023 às 166 mil toneladas (120 mil toneladas em 2022), refletindo um acréscimo de 38,6% face ao ano anterior. Esta evolução sucede a um ano marcado por uma baixa significativa no consumo de fertilizantes (-32,9% face a 2021), como reflexo do aumento do preço destes produtos (+89,8%, face a 2021).

A representatividade dos macronutrientes nos fertilizantes permite evidenciar o azoto, macronutriente com maior expressão no total do consumo aparente de fertilizantes com 53,7% em 2023 (56,8% em 2022), seguido do potássio com 24,2% (20,8% em 2022) e por último do fósforo com 22,1% (22,4% em 2022).

Entre 2016 e 2023, o consumo de fertilizantes diminuiu a uma taxa média anual de 1,5%. Para o mesmo período, a utilização de azoto e fósforo seguiu a mesma tendência (-2,8% e -2,4%, respetivamente), enquanto a utilização de potássio cresceu a um ritmo médio anual de 3,3%.

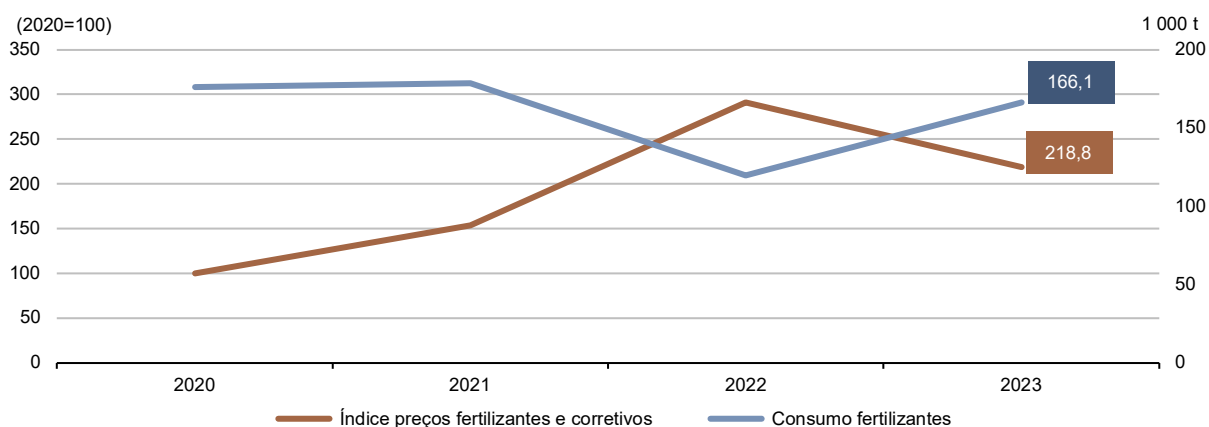
FIGURA 4.4
Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos na agricultura (2015-2023)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

A evolução do consumo aparente dos fertilizantes inorgânicos entre 2021 e 2023 é maioritariamente justificada pelos preços dos fertilizantes. Em 2022, o índice de preços dos fertilizantes e corretivos aumentou 89,8% e o consumo aparente destes produtos reduziu-se em 32,9%; já em 2023, o índice de preços baixou 24,8% enquanto o consumo aparente aumentava 38,6%.

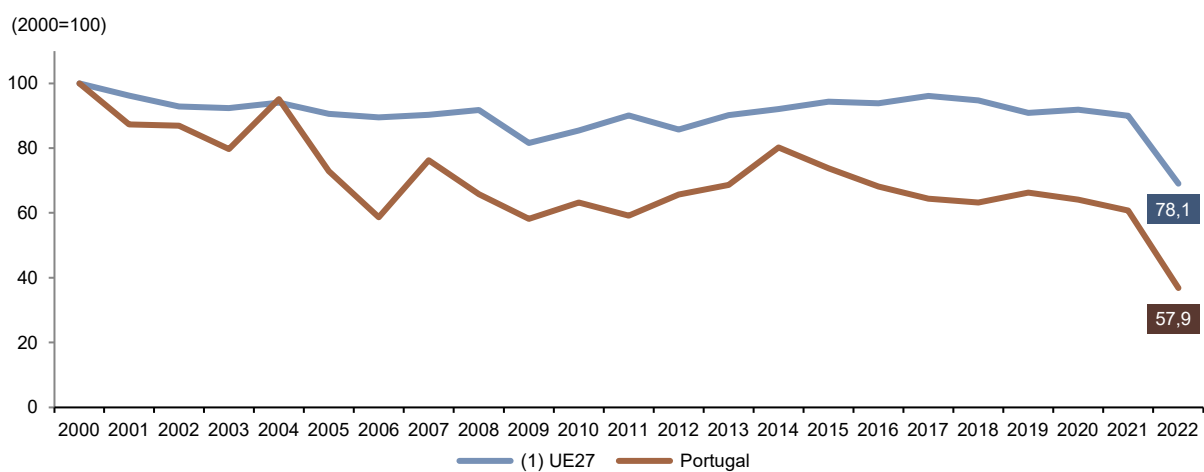
FIGURA 4.5
Índice de preços dos fertilizantes e corretivos e consumo total de fertilizantes
(2020-2023)



FONTE: INE, I. P., Índice de Preços na Agricultura e Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Na UE27, a quantidade de fertilizantes minerais disponível para consumo reduziu-se a um ritmo médio anual de 1,7% entre 2000 e 2022, enquanto em Portugal a variação negativa anual foi mais acentuada (-4,4%). O consumo aparente de fertilizantes registado em Portugal em 2022 foi 63,1% inferior ao contabilizado no início da série temporal, enquanto na UE27 esta redução ficou-se pelos 30,9%.

FIGURA 4.6
Evolução do consumo de fertilizantes minerais em Portugal e na UE27
(2000-2022)

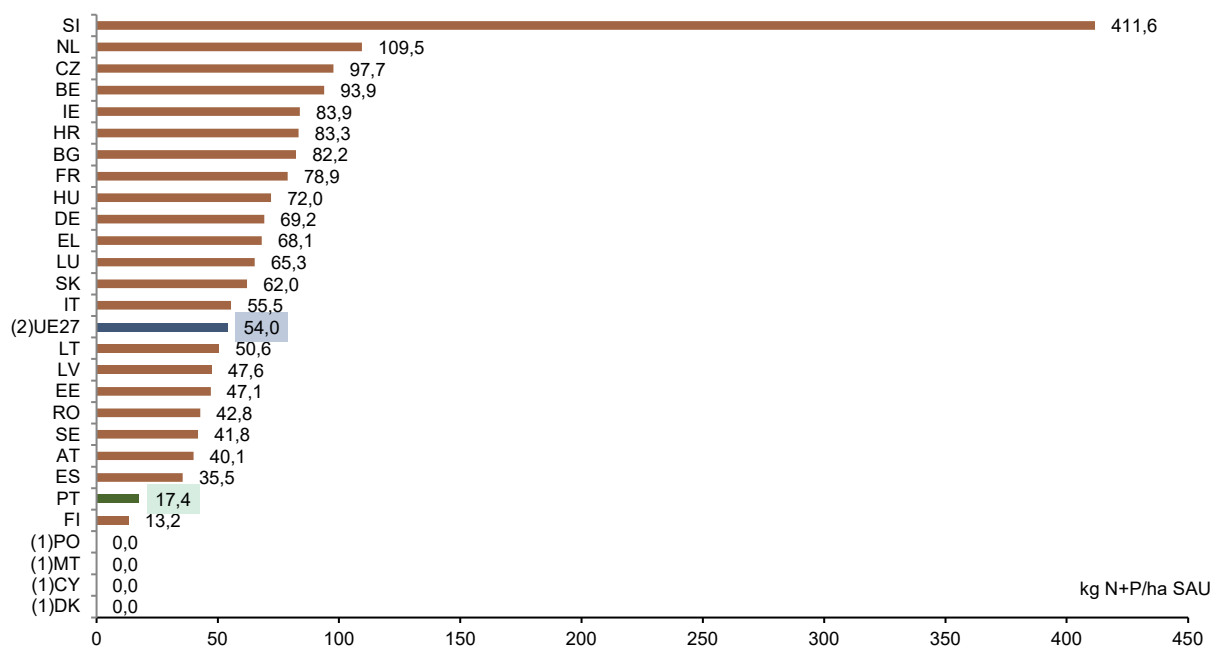


(1) Não inclui o consumo de fertilizantes do Chipre e Malta de 2020 a 2022, da Dinamarca e Polónia no ano de 2022.

FONTE: Eurostat.

Em 2022, Portugal foi um dos países com menor consumo de fertilizantes minerais (azoto e fósforo) por hectare de SAU da UE27, com um consumo que foi menos de metade da média da UE27.

FIGURA 4.7
Consumo de fertilizantes minerais por hectare de SAU nos EM da UE27
(2022)



(1) Dados não disponíveis para o período em análise

(2) Não inclui o consumo de fertilizantes do Chipre, Grécia, Malta e Polónia (dados não disponíveis para o período em análise)

FONTE: Eurostat.

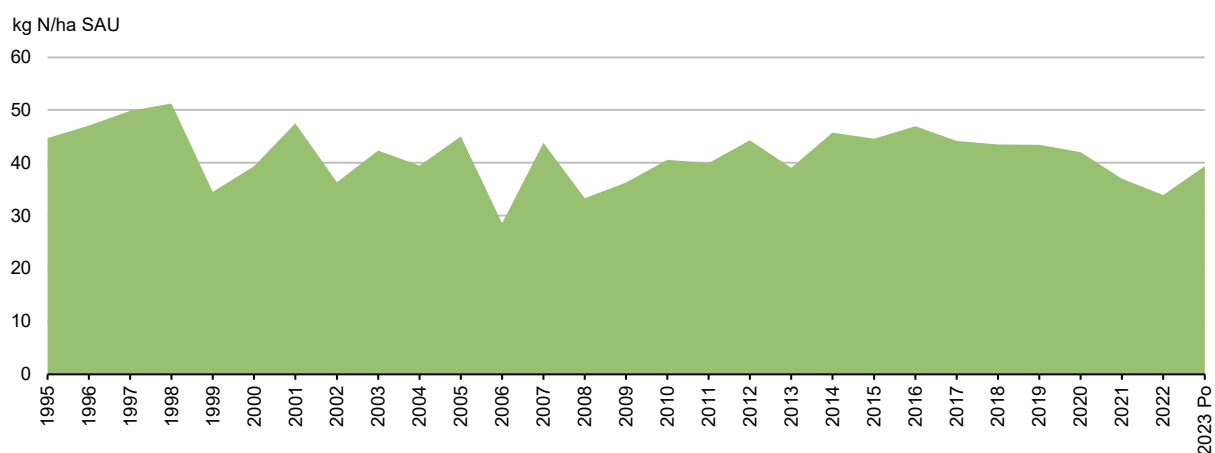


BALANÇO DE NUTRIENTES

Balanço do azoto

O balanço bruto do azoto no solo foi de 155 mil toneladas de N em 2023 (133 mil toneladas de N em 2022), equivalente a 39 kg N/ha SAU (34 kg N/ha SAU em 2022). Face a 2022, o balanço bruto deste macronutriente aumentou 16,0%.

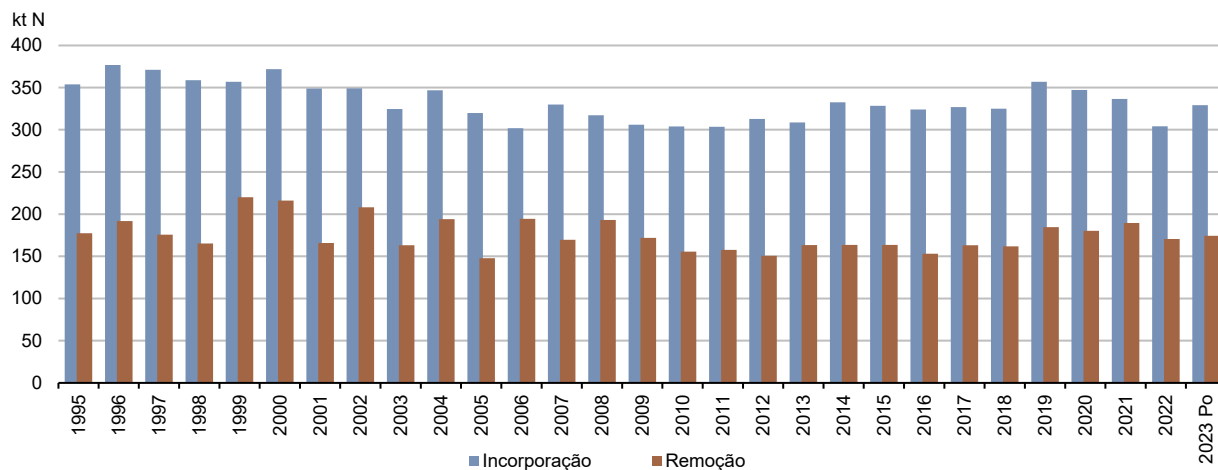
FIGURA 4.8
Balanço de azoto por superfície agrícola utilizada
(1995-2023)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Esta evolução justifica-se pelo aumento em 8,3% da incorporação deste nutriente no solo face a 2022 (+25,1 mil toneladas de azoto), que resultou sobretudo da maior incorporação de fertilizantes inorgânicos no solo (+30,9%).

FIGURA 4.9
Incorporação e remoção de azoto do solo
(1995-2023)



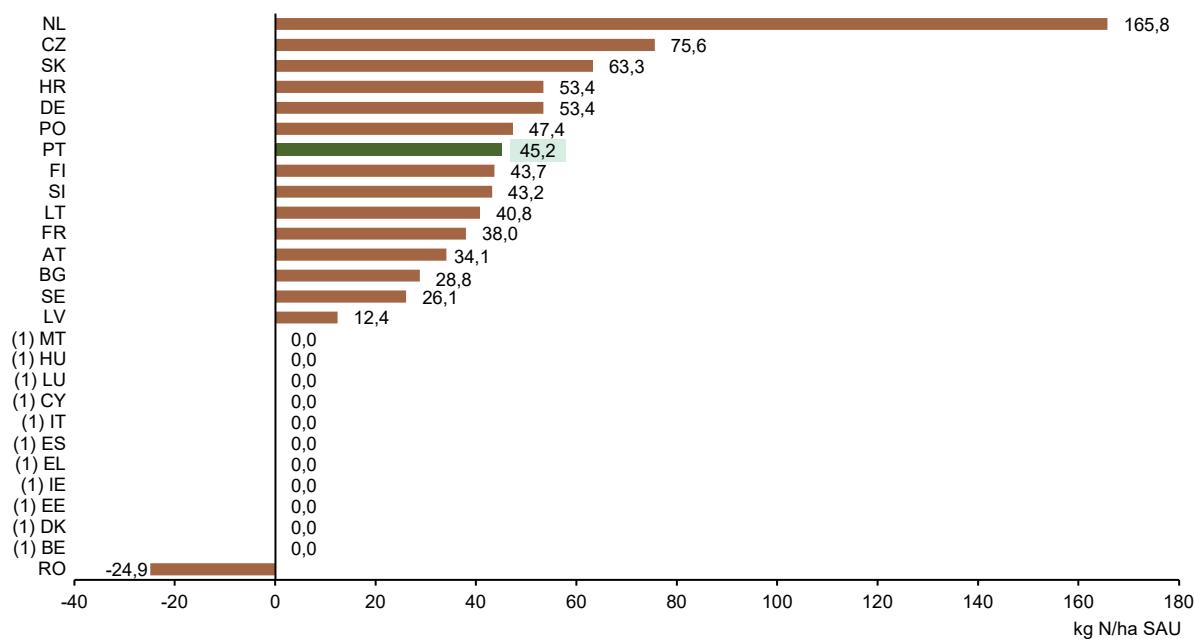
FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Em 2023, há a assinalar um aumento da remoção de azoto do solo na ordem dos 2,2% (mais 3,8 mil toneladas face a 2022). O ano de safra na azeitona para azeite, contribuiu decisivamente para o aumento da remoção de azoto pelas culturas permanentes (+8,1%, correspondente a +3,7 mil toneladas de azoto relativamente ao ano anterior).

O Eurostat tem publicado o balanço bruto de azoto até ao ano de 2019, com dados para 16 dos 27 EM. Portugal, com 45,2 kg N/ha SAU, situava-se em 7.º lugar no ranking da UE27. A Roménia foi o único país a apresentar um resultado negativo do balanço bruto de azoto (-24,9 kg N/ha SAU). No extremo oposto, os Países Baixos foram o país com maior excedência (165,8 kg N/ha SAU), seguido da Chéquia (75,6 kg N/ha SAU).



FIGURA 4.10
Balanço bruto de azoto por hectare de SAU na UE27
(2019)



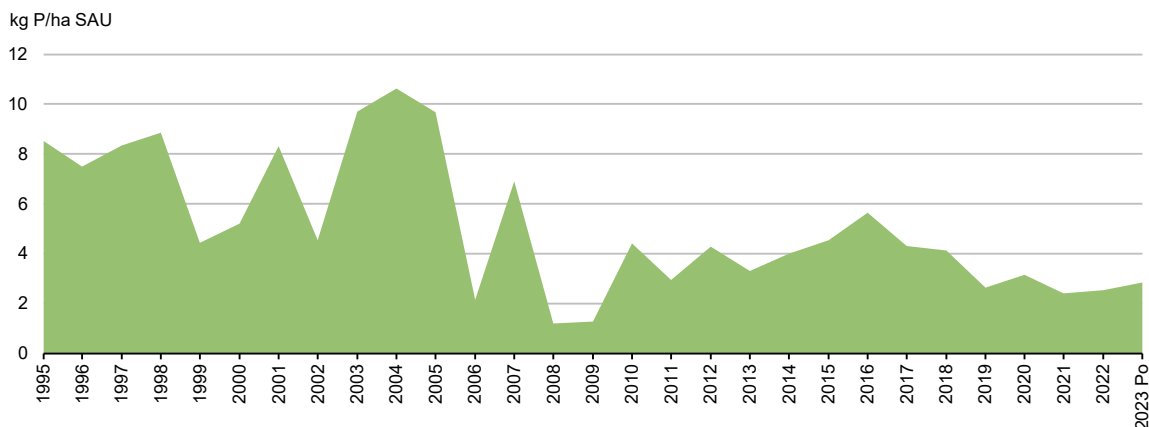
(1) Dados não disponíveis para o período em análise

FONTE: Eurostat.

Balanço do fósforo

Em 2023, o balanço bruto de fósforo foi de 11,3 mil toneladas (10,0 mil toneladas em 2022), equivalente a 2,8 kg P/ha SAU (2,5 kg P/ha SAU em 2022). Relativamente a 2022, o balanço deste macronutriente cresceu 12,3%.

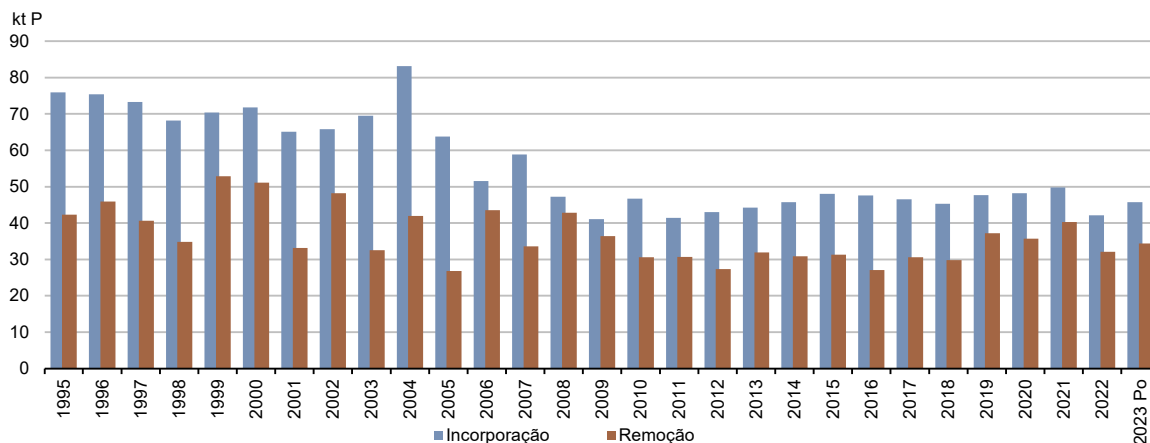
FIGURA 4.11
Balanço de fósforo por superfície agrícola utilizada
(1995-2023)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

O crescimento do balanço do fósforo em 2023 face a 2022 (+8,4%), deveu-se ao aumento da incorporação de fósforo pelos fertilizantes inorgânicos (+35,7% face a 2022).

FIGURA 4.12
Incorporação e remoção de fósforo do solo
(1995-2023)



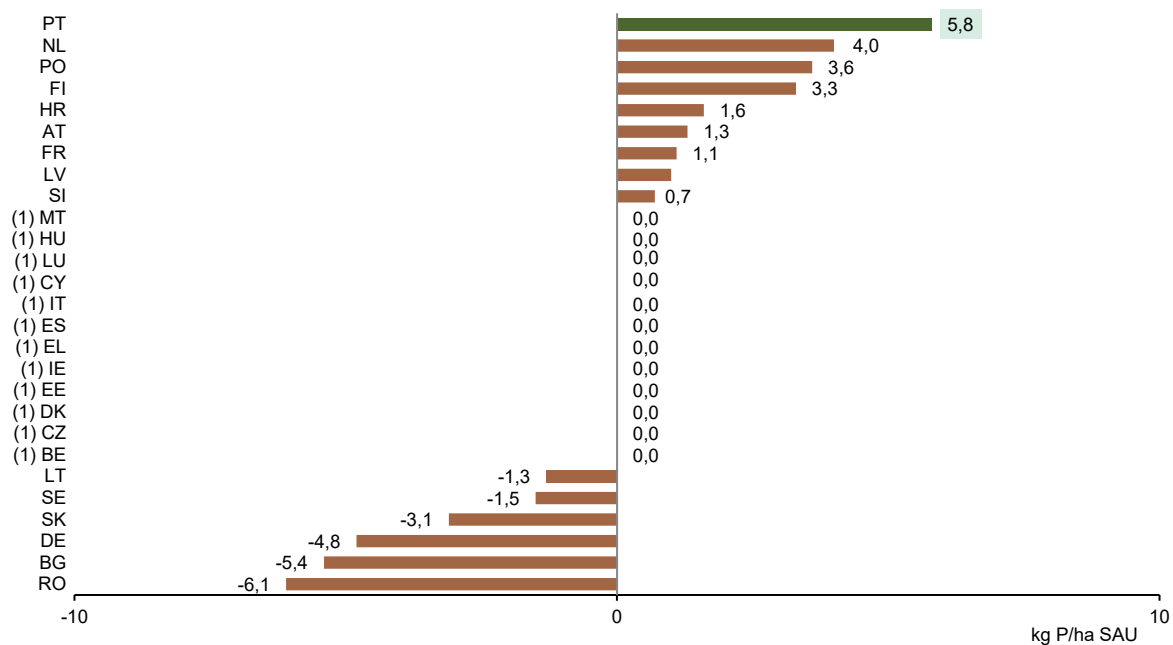
FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

À semelhança do verificado no azoto e maioritariamente pela mesma razão, a remoção de fósforo aumentou 7,2%, com evidência para a remoção pelas culturas permanentes (+43,0% face a 2022, equivalente a 2,6 mil toneladas de P).

O Eurostat tem publicado o balanço bruto de fósforo até ao ano de 2019, com dados apenas para 15 dos 27 EM. Dos EM com dados publicados, nove apresentam excedência, sendo Portugal o país com o maior resultado positivo (5,8 kg P/ha SAU). Os restantes seis EM apresentam resultados negativos, sendo o resultado mais baixo o da Roménia (-6,1 kg P/ha SAU).



FIGURA 4.13
 Balanço bruto de fósforo por hectare de SAU na UE27
 (2019)



(1) Dados não disponíveis para o período em análise

FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.



EMISSÕES AGRÍCOLAS DE AMONÍACO E DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

Amoníaco

O amoníaco (NH_3) é um gás altamente reativo e solúvel, originário de fontes naturais e antropogénicas, que contribui para a poluição atmosférica e é a causa de chuvas ácidas.

A agricultura é a principal atividade emissora deste gás, gerado pela degradação e volatilização da ureia, adubos, lamas, produção e aplicação de fertilizantes e queima de biomassa. Paralelamente existe um conjunto de fontes não agrícolas também emissoras de amoníaco, como os conversores catalíticos em carros a gasolina, aterros sanitários, esgotos, compostagem de materiais orgânicos, combustão, indústria e mamíferos selvagens e aves.

As fontes de emissões de amoníaco na atividade agrícola consideradas nos cálculos são:

- Gestão do estrume e chorume gerados pelo efetivo animal pecuário;
- Aplicação de fertilizantes inorgânicos (inclui a ureia);
- Estrume e chorume do efetivo animal pecuário aplicado no solo;
- Lamas tratadas aplicadas ao solo;
- Outros fertilizantes orgânicos aplicados ao solo (incluindo composto);
- Dejetos depositados no solo pelo efetivo animal em pastoreio;
- Queima dos resíduos de colheita.

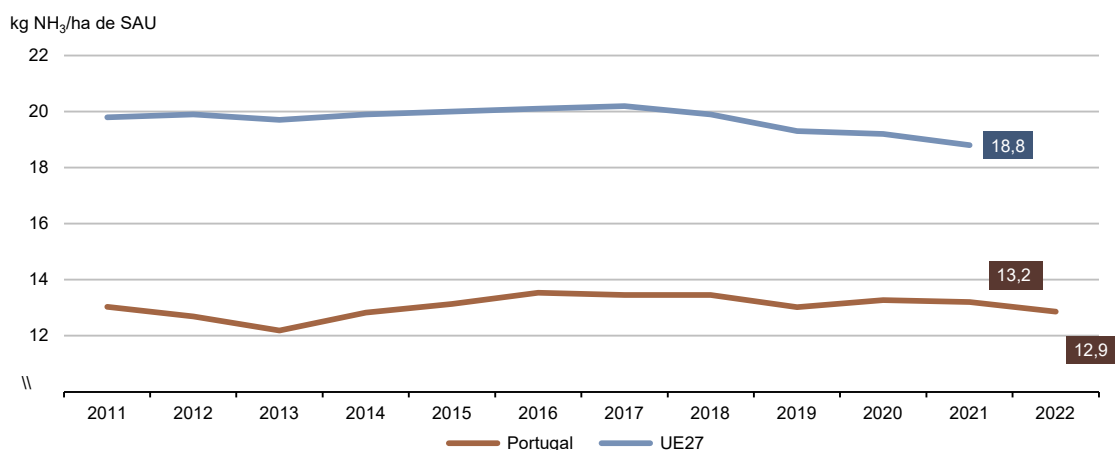
Em 2022 a atividade agrícola foi responsável por 50,6 Gg de emissões de amoníaco, equivalente a 12,9 kg de emissões de NH_3 /ha SAU (13,2 kg de emissões de NH_3 /ha SAU em 2021). Relativamente a 2021, as emissões de NH_3 /ha SAU diminuíram 2,6%.

A diminuição de 3,7% nas emissões totais de NH_3 na agricultura, entre 2021 e 2022, resultou principalmente da diminuição de aplicação de fertilizantes inorgânicos azotados. Esta fonte de emissões representou em 2022, 5,4% do total de emissões de NH_3 pela atividade agrícola (8,3% em 2021).

Das fontes acima mencionadas, as que mais contribuíram para as emissões de NH_3 na atividade agrícola foram “Estrume e chorume do efetivo animal pecuário aplicado no solo” com 25,1% e “Dejetos depositados no solo pelo efetivo animal em pastoreio” com 21,0%. Estas fontes também tiveram uma redução face a 2021, de 0,7% e 1,4%, respetivamente.

Na UE27, a taxa de variação média anual das emissões de NH_3 /ha SAU entre 2011 e 2021 (último ano com informação disponível para o agregado UE27), foi de -0,5%. Em Portugal, para o mesmo período, a evolução deste indicador foi de 0,1%. Ainda assim em média para o período em análise, a UE27 regista mais de 7,0 kg de emissões de NH_3 /ha SAU, comparativamente a Portugal.

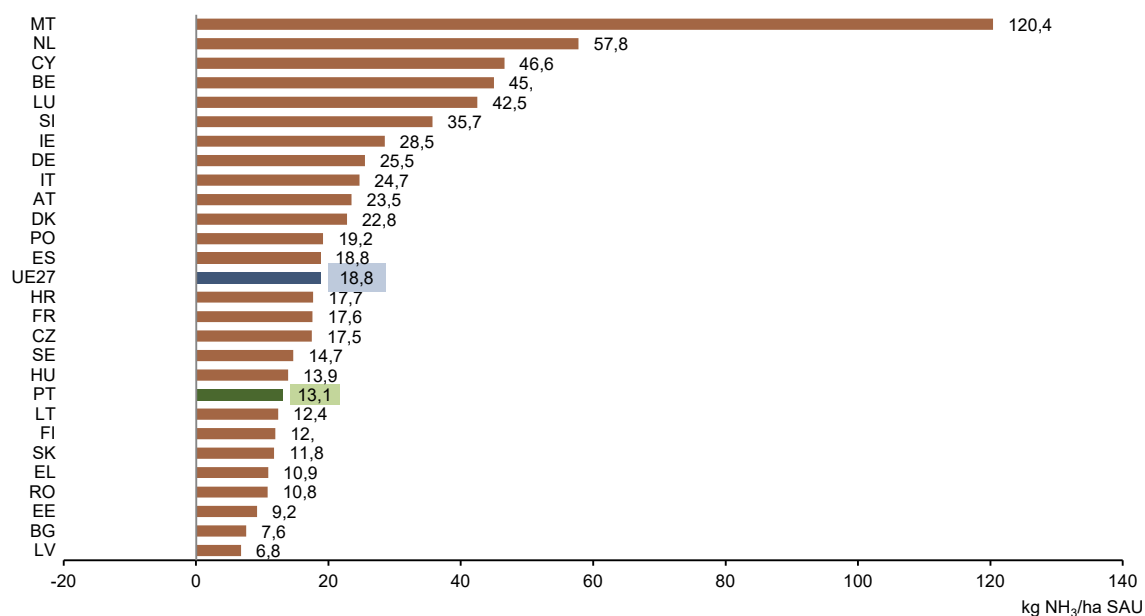
FIGURA 4.14
Emissões de amoníaco por superfície agrícola utilizada em Portugal
(2011 - 2022) e na UE27 (2011 - 2021)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais.

Em 2021, Portugal manteve-se o nono país da UE27 com menores quantidades de NH₃/ha SAU emitidas para a atmosfera, estando abaixo da média dos 27. O EM com maiores emissões foi Malta e com menores a Letónia.

FIGURA 4.15
Emissões de amoníaco na UE27
(2021)



FONTE: Eurostat

Gases com efeito de estufa

Os principais gases com efeito de estufa são o dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4), o óxido de azoto (N_2O), os hidrofluorcarbonetos (HFCs), os perfluorocarbonetos (PFCs), o hexafluoreto de enxofre (SF_6) e o trifluoreto de azoto (NF_3).

As atividades agrícolas geram emissões de gases com efeito de estufa (GEE) a partir de uma diversidade de fontes. As fontes e os respetivos gases considerados no cálculo destas emissões na atividade agrícola são:

- Fermentação entérica (emissões de CH_4);
- Gestão do estrume (emissões de CH_4 e N_2O);
- Solos agrícolas (emissões de N_2O);
- Cultura do arroz (emissões de CH_4);
- Queima de resíduos agrícolas no campo (emissões de CH_4 e N_2O);
- Calagem, aplicação de ureia e outros fertilizantes contendo carbono (CO_2).

Em 2022 a atividade agrícola foi responsável por 6,9 milhões de toneladas de emissões de GEE (eq. CO_2), o que corresponde a 1,8 toneladas de emissões de GEE (eq. CO_2)/ha SAU (redução de 3,1% face a 2021).

Esta redução deve-se ao decréscimo de 11,3% das emissões face a 2021, na fonte solos agrícolas (emissões de N_2O). Esta fonte corresponde a 24,7% do total das emissões de GEE na agricultura. A principal fonte de emissão destes gases é a fermentação entérica (emissões de CH_4 e N_2O), responsável, em 2022, por 57,8% do total das emissões, que face a 2021, registou uma redução de 1,3%.

A redução das emissões diretas e indiretas de N_2O nos solos agrícolas deveu-se sobretudo à diminuição da aplicação de fertilizantes inorgânicos, que em 2022 geraram uma redução de 38,1% das respetivas emissões, em comparação com 2021. As emissões relacionadas com a aplicação dos fertilizantes inorgânicos nos solos agrícolas, representaram 13,3% do total das emissões diretas e indiretas de N_2O em 2022.

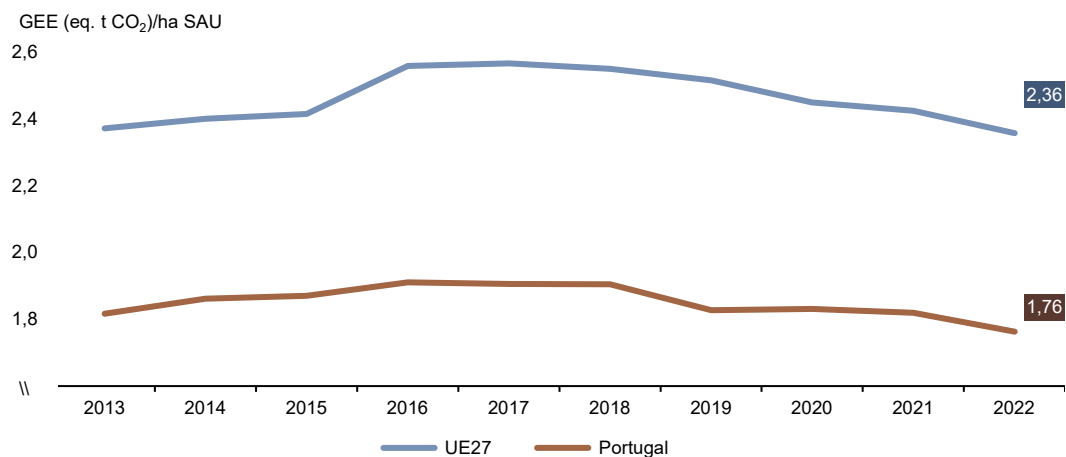
A principal categoria referente às emissões de N_2O dos solos agrícolas, em 2022, foram as emissões associadas à deposição de fezes e urinas pelo efetivo animal pastoreado, com 46,5% do total, com uma diminuição face a 2021 de 1,3%.

Os fertilizantes orgânicos¹⁴ são também uma fonte importante, representando 12,1%, e os resíduos de culturas 8,7% das emissões de N_2O dos solos agrícolas, com diminuição das emissões, em 2022 em comparação com 2021, de 1,3% e 9,7%, respetivamente.

Entre 2013 e 2022, na UE27, a taxa de variação anual das emissões de GEE na atividade agrícola foi de -0,1%. Para o mesmo período em Portugal verificou-se uma taxa de variação anual de -0,3%.

¹⁴ As lamas tratadas e os compostos resultantes do tratamento de resíduos sólidos urbanos não estão aqui incluídos.

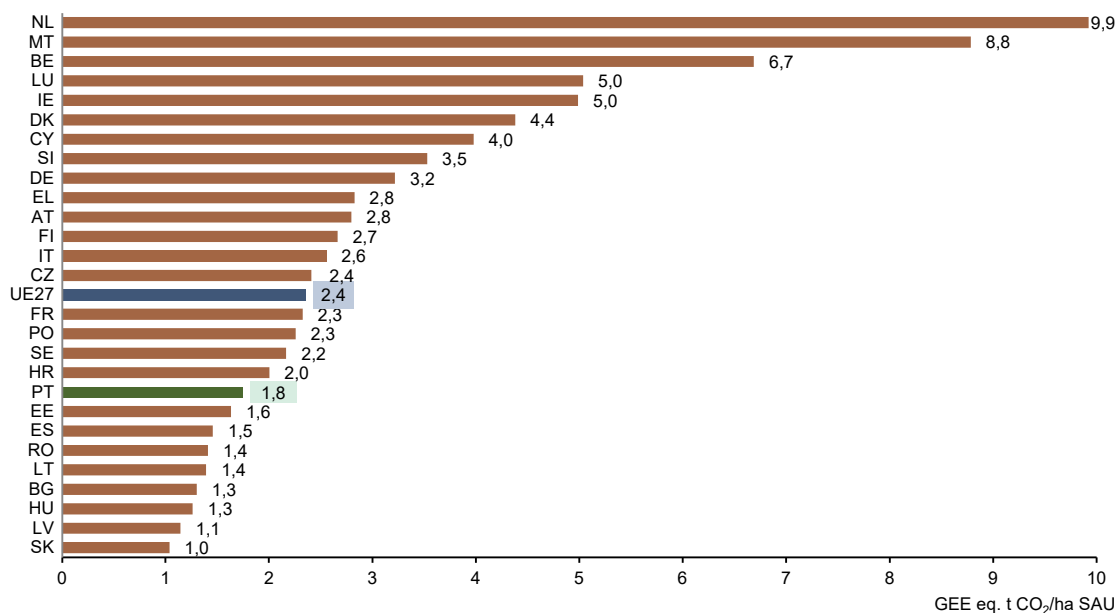
FIGURA 4.16
Emissões de GEE por superfície agrícola utilizada em Portugal e na UE-27
(2013-2022)



FONTE: Eurostat

Em 2022, Portugal era o nono país da UE27 com menores quantidades de emissões de GEE/ha SAU, estando abaixo da média dos 27. O EM com maiores emissões foi os Países Baixos e menores a Letónia.

FIGURA 4.17
Emissões de GEE na UE27
(2022)



FONTE: Eurostat

CONSUMO DE ENERGIA

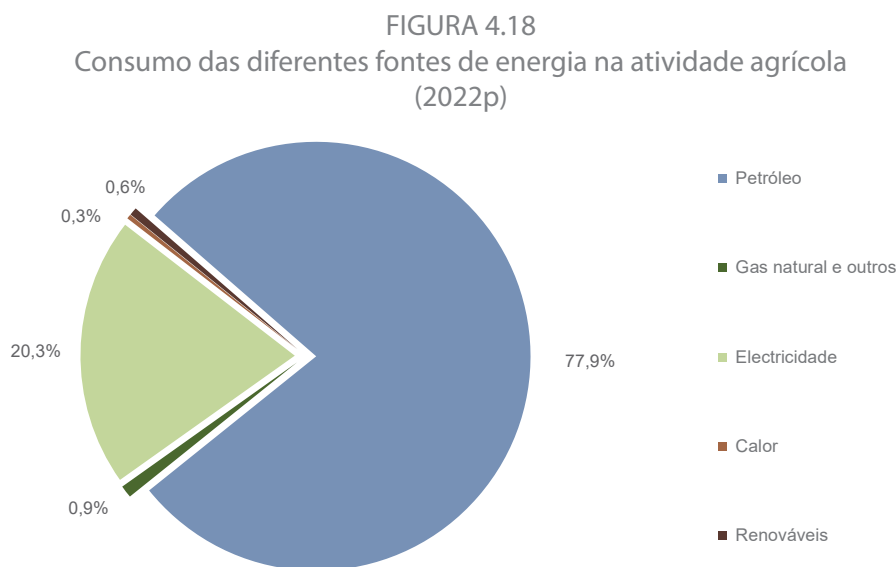
O balanço energético na atividade agrícola atingiu 16,4 milhões de GJ em 2022, o que traduz uma redução de 7,0% relativamente a 2021. Em Portugal, para o período 2000 a 2022, a evolução da taxa de variação anual foi de 0,8%.

O petróleo é a principal fonte de energia na atividade agrícola em 2022, correspondendo-lhe 60,7% do fornecimento total, seguindo-se a eletricidade com 15,8%. O petróleo é usado principalmente nas máquinas agrícolas e tratores e a eletricidade no consumo fixo. Ambas as fontes de energia tiveram uma redução de 4,4% e 11,6%, respetivamente face a 2022.

A redução do consumo de petróleo na agricultura deveu-se ao aumento dos preços em 2022, face a 2021. De acordo com a DGEG, o preço de venda ao público do gasóleo colorido e marcado¹⁵, no final de 2022 registou um aumento de 18,5%, face ao final do ano de 2021.

A DGEG disponibiliza os preços de comercialização de energia para os setores doméstico e industrial. Nesses setores ocorreu um aumento dos preços de 2022 face a 2021, em praticamente todas as potências. Esse aumento, também se refletiu no setor agrícola, sendo uma das causas para a diminuição do consumo da energia na atividade agrícola.

De referir que as energias renováveis têm ainda uma baixa expressão no fornecimento de energia, sendo em 2022, de 0,6%. No entanto, têm vindo a aumentar, pois em 2022 face a 2021, ocorreu um crescimento de 24,1%.

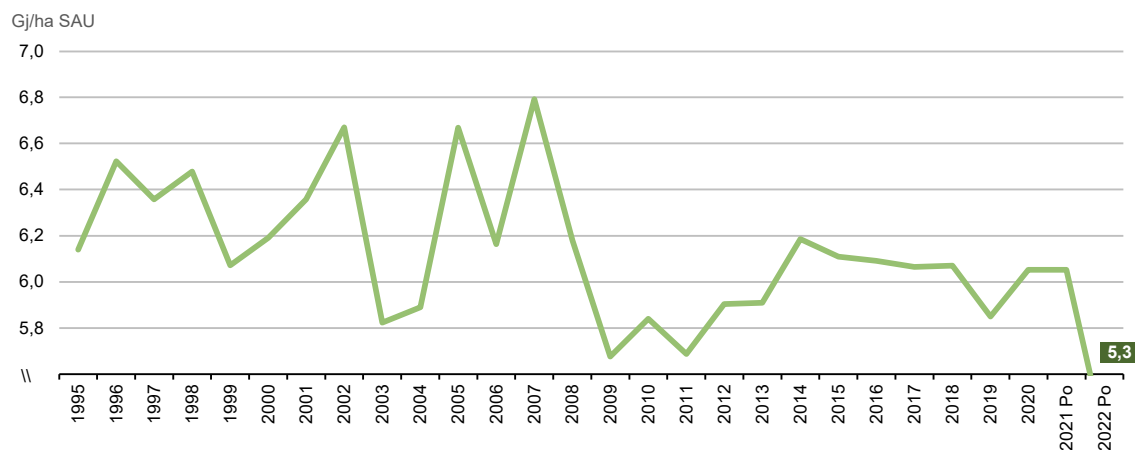


FONTE: Direção Geral de Energia e Geologia

¹⁵ Benefício fiscal que abrange os tratores e máquinas agrícolas associados à atividade agrícola, Portaria 50/2020, de 27 de fevereiro.

O consumo de energia por hectare de SAU¹⁶ em 2022 (5,3 GJ) decresceu 12,0% em comparação com o ano anterior, em linha com a diminuição do consumo de petróleo e de eletricidade, mas também com a diminuição do consumo de fertilizantes. Apesar dos máximos registados na primeira década deste século, a taxa de variação média anual, entre 1995 e 2021, foi de 0,8%.

FIGURA 4.19
Consumo de energia por hectare de SAU
(1995 -2022)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas dos Indicadores Agro-ambientais

¹⁶ No cálculo do consumo de energia por hectare de SAU é considerado o consumo direto (inclui todas as fontes de energia utilizadas na atividade agrícola) mais o consumo associado ao teor de energia necessário para produzir adubos inorgânicos elementares de N e P₂O₅ e mistos com N e P₂O₅.

PRINCIPAIS INDICADORES

- Quantidades vendidas de produtos fitofarmacêuticos por superfície agrícola utilizada (substância activa - kg/ ha) por Tipo de função; Anual
- Indicador de risco harmonizado 1 do uso de pesticidas (IRH1) (-) por Localização geográfica; Anual
- Indicador de risco harmonizado 2 do uso de pesticidas (IRH1) (-); Anual (1)
- Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos por superfície agrícola utilizada (kg/ ha); Anual
- Balanço do azoto por superfície agrícola utilizada (kg/ ha); Anual
- Balanço do fósforo por superfície agrícola utilizada (kg/ ha); Anual
- Emissões agrícolas de amoníaco por superfície agrícola utilizada (kg NH₃/ ha); Anual
- Emissões agrícolas de gases com efeito de estufa por superfície agrícola utilizada (kg CO₂eq/ ha); Anual
- Consumo de energia por superfície agrícola utilizada (GJ/ ha); Anual

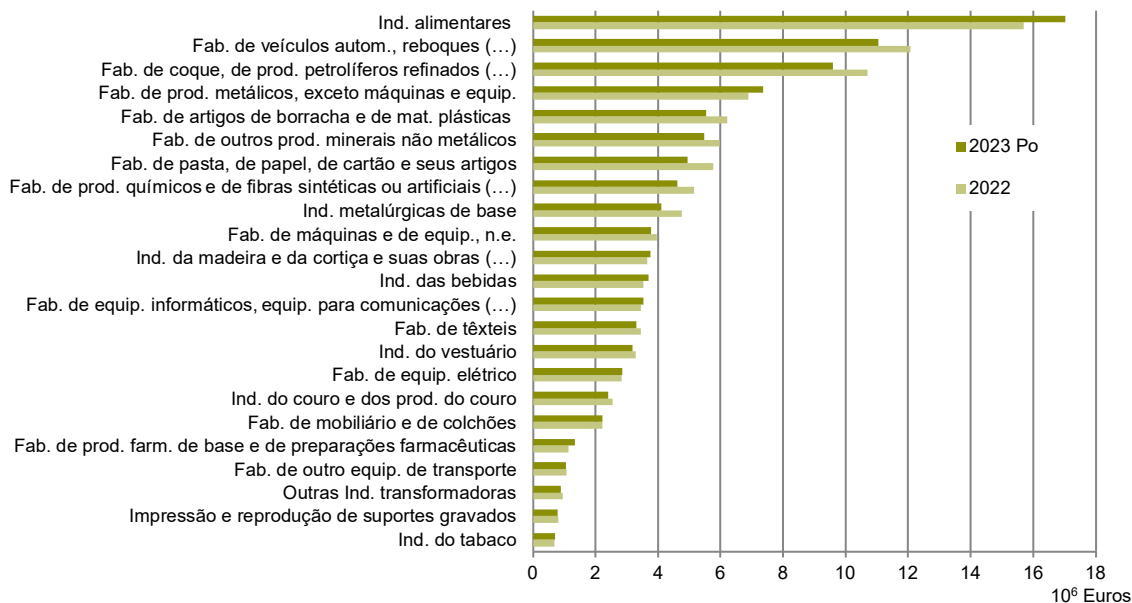




5 INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DAS BEBIDAS E DO TABACO



FIGURA 5.1
 Valor de vendas das Indústrias Transformadoras
 2022 e 2023 Po

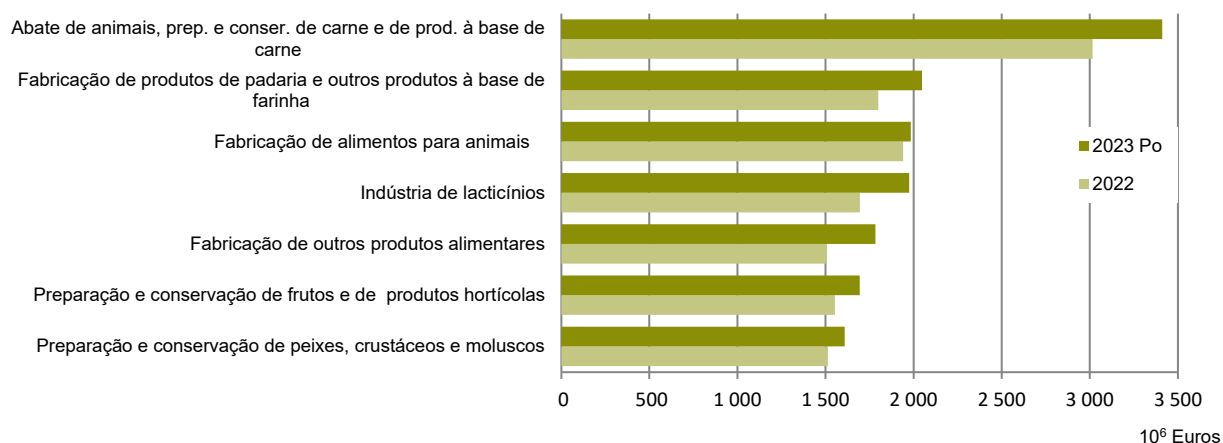


FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

NOTA: Inclui div. 10 a 32.

Segundo os resultados provisórios para 2023 do Inquérito Anual à Produção Industrial, o valor de vendas das Indústrias Alimentares atingiu 17,0 mil milhões de euros, mais 1,3 mil milhões de euros face a 2022. O posicionamento estrutural, relativamente ao total da Indústria Transformadora, manteve-se, continuando a indústria alimentar a ser a principal atividade da produção industrial nacional com 16,5% do total das vendas em 2023 (14,7% em 2022).

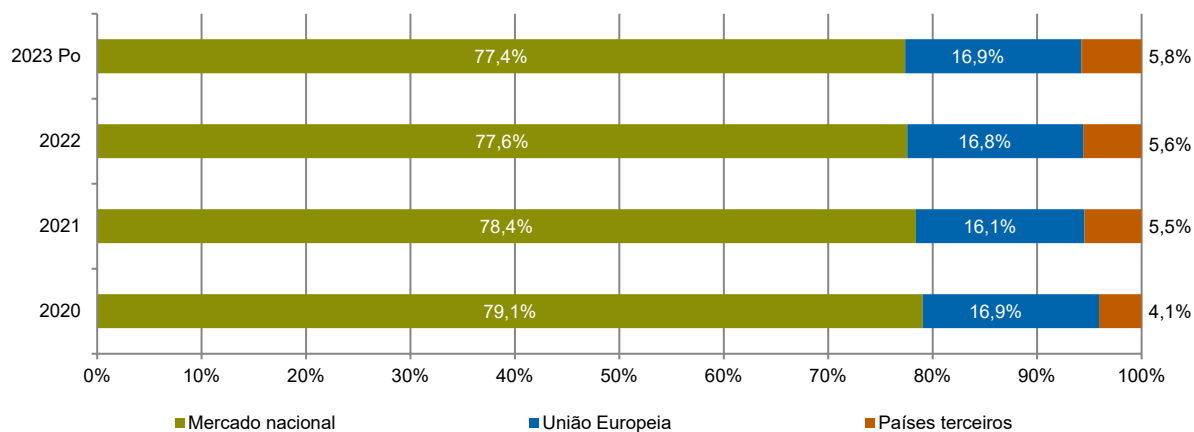
FIGURA 5.2
Valor de vendas das Indústrias Alimentares
2022 e 2023 Po



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

A atividade de “Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” foi a que gerou maior valor de vendas em 2023, correspondendo a 20,0% do total das indústrias alimentares (19,2% em 2022), seguida da “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” com 12,0% (11,5% em 2022).

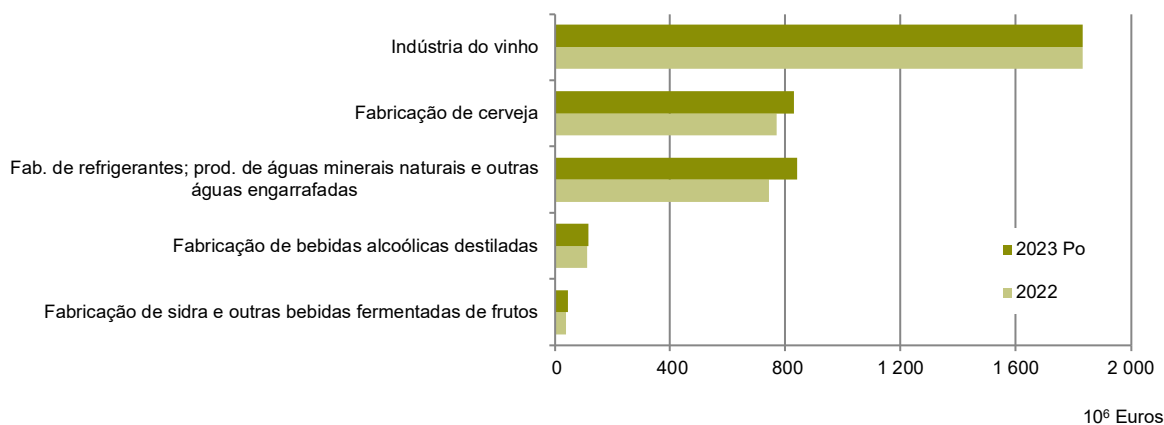
FIGURA 5.3
Valor de vendas das Indústrias Alimentares por mercados



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

A análise à distribuição do valor de vendas por mercados revela que o mercado nacional se mantém como principal destino da produção das Indústrias Alimentares. Em 2023, a sua contribuição para o valor total de vendas foi 77,4% (77,6% em 2022). O mercado da União Europeia, com um peso de 16,9%, registou um acréscimo de 0,1 p.p. face a 2022. Os Países Terceiros representaram 5,8% do total das vendas, um aumento de 0,2 p.p. face ao ano anterior.

FIGURA 5.4
Valor de vendas das principais Indústrias das Bebidas
2022 e 2023 Po

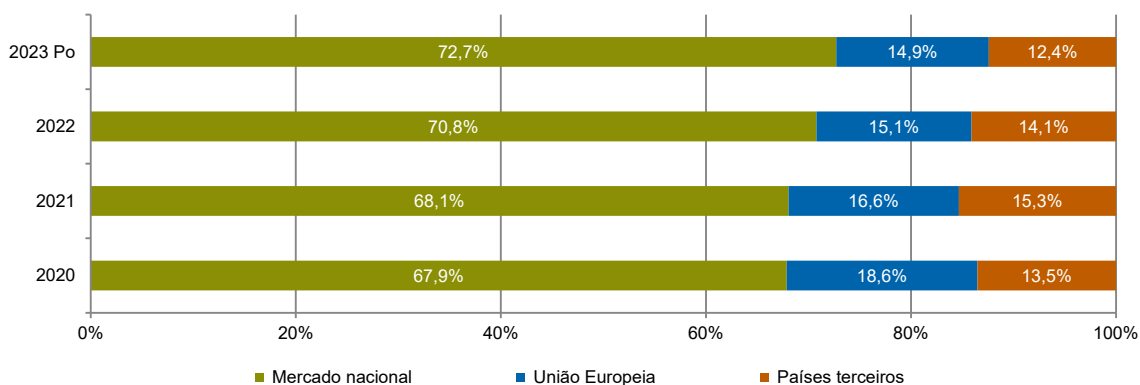


FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

A indústria das bebidas faturou 3,7 mil milhões de euros em 2023, correspondendo a um acréscimo de cerca de 166 milhões de euros face a 2022. A “Indústria do vinho” contribuiu com 49,5% do total do valor de vendas (51,9% em 2022), seguindo-se “Fabricação de refrigerantes e produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas” com 22,8% (21,1% em 2022) e a “Fabricação de cerveja” com 22,5% (21,8% em 2022).

À exceção da “Indústria do vinho”, os acréscimos, comparativamente com o ano anterior, foram transversais às restantes atividades da indústria das bebidas, salientando-se a “Fabricação de refrigerantes e produção de águas minerais naturais e de outras águas engarrafadas” que cresceu 97,1 milhões de euros e a “Fabricação de cerveja”, com mais 61,1 milhões de euros.

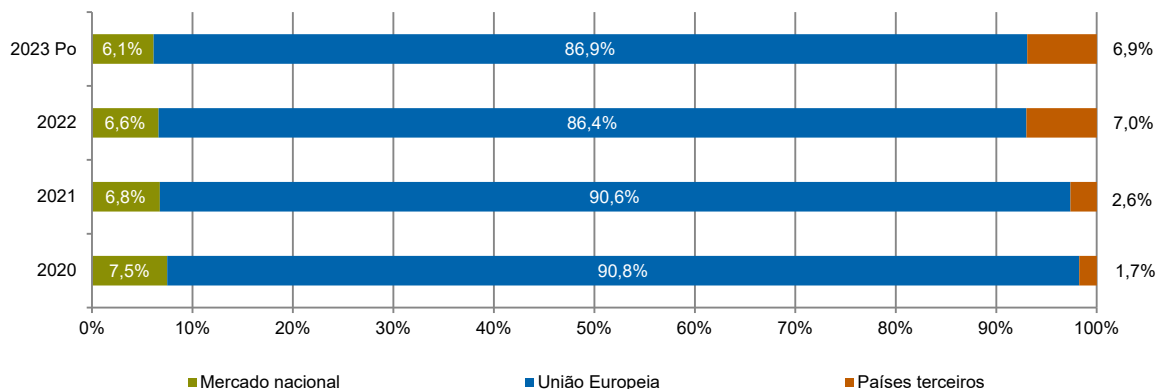
FIGURA 5.5
Valor de vendas da Indústria das Bebidas por mercados



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

Tal como nas Indústrias Alimentares, também na Indústria das Bebidas as vendas tiveram como principal destino o mercado nacional (72,7% do valor de vendas; +1,9 p.p. face a 2022), tendo diminuído no mercado externo: União Europeia com 14,9% (-0,2 p.p. face a 2022) e os Países Terceiros com 12,4% (-1,7 p.p. face a 2022).

FIGURA 5.6
Valor de vendas da Indústria do Tabaco por mercados



FONTE: INE I. P., Inquérito Anual à Produção Industrial

O valor de vendas obtido pela Indústria do Tabaco totalizou, em 2023, 707,4 milhões de euros, representando um crescimento de cerca de 7 milhões face a 2022 (+1,0%).

Em termos da distribuição por mercados, constata-se que 6,1% do valor de vendas em 2023 teve como destino o mercado nacional (-0,5 p.p. face a 2022) e que 86,9% das vendas se destinaram à União Europeia (+0,6 p.p. face a 2022). As vendas para os Países Terceiros representaram 6,9% do total em 2023 (-0,1 p.p. face a 2022).



PRINCIPAIS INDICADORES

- Produtos vendidos na indústria por Tipo de produto (Por CAE Rev. 3); Anual
- Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual
- Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual
- Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual
- Formação bruta de capital fixo (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual

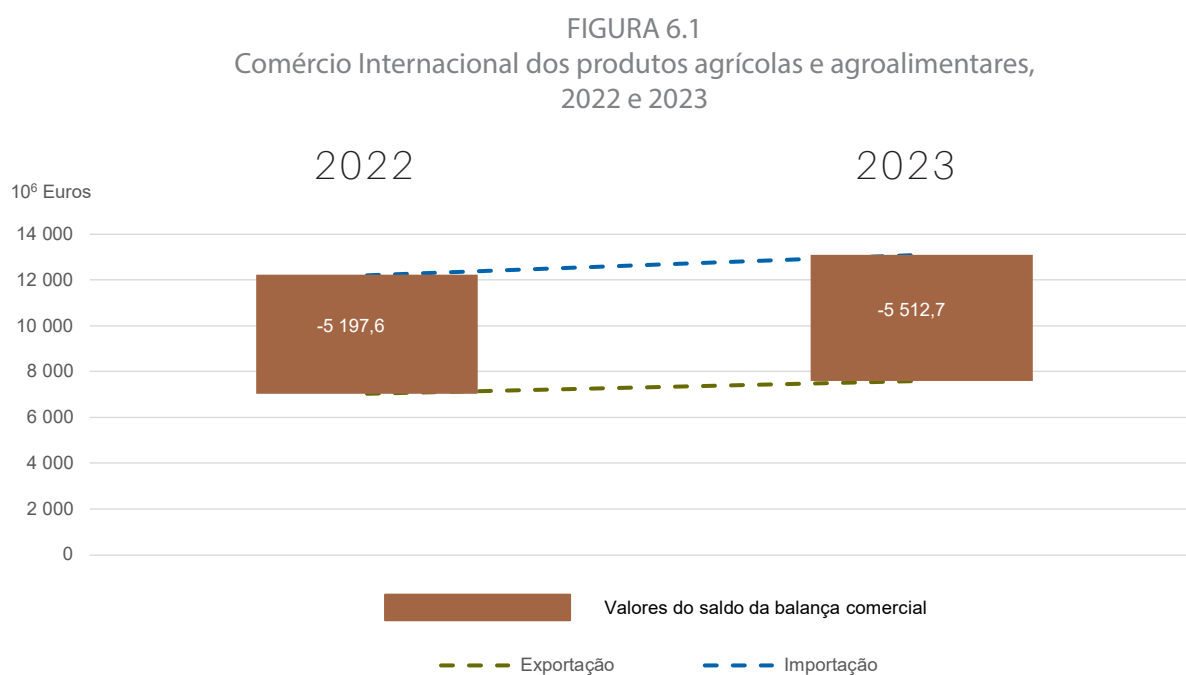




PRODUTOS AGRÍCOLAS E AGROALIMENTARES (exceto bebidas)

Saldo da Balança Comercial

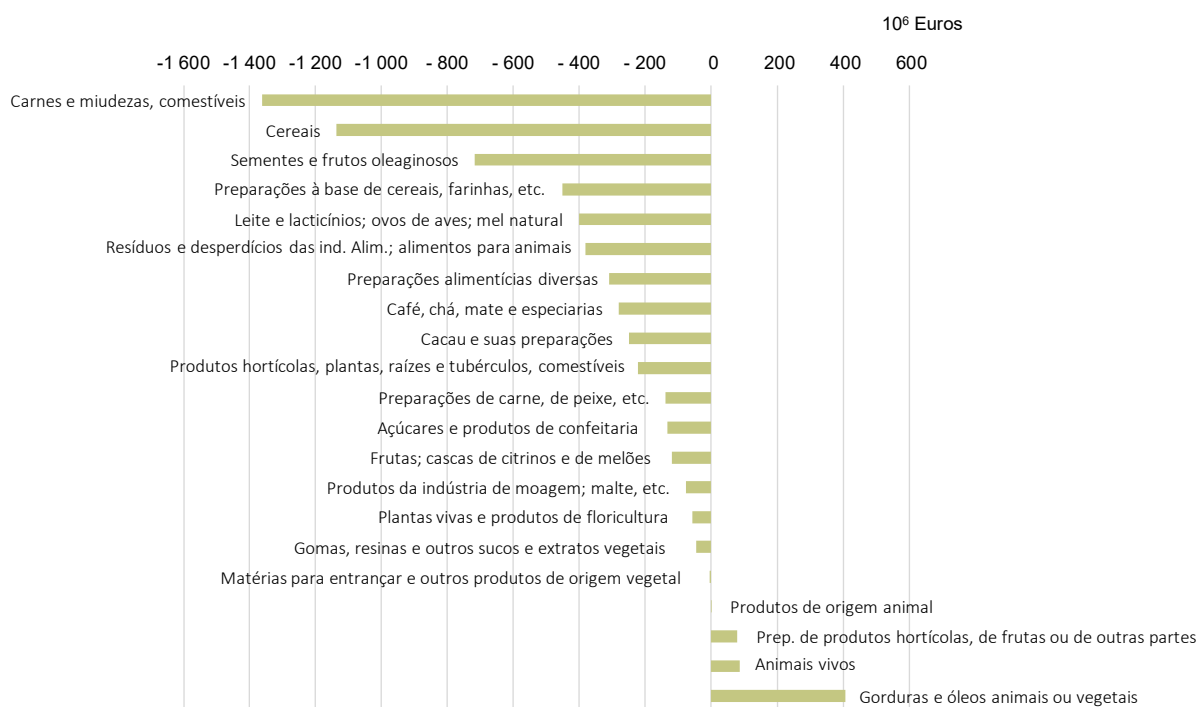
O défice da balança comercial dos *Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)* atingiu 5 512,7 milhões de euros em 2023, refletindo um agravamento de 315,1 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução desfavorável resultou de um aumento das importações (+880,8 milhões de euros) superior ao acréscimo das exportações (+565,7 milhões de euros) deste tipo de produtos.



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

As *Carnes e miudezas, comestíveis* foram o grupo que mais contribuiu para esta evolução, registando um aumento do défice de 121,8 milhões de euros em 2023, para 1 362,0 milhões de euros, sendo também o grupo de produtos com o maior défice no conjunto dos *Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)*, ultrapassando o grupo dos *Cereais*. Este último, muito embora tenha sido o grupo de produtos a registar o 2º maior défice (1 137,6 milhões de euros), foi o grupo com o 2º maior desagravamento face a 2022 (120,5 milhões de euros). Em sentido contrário, destaca-se o aumento de 186,4 milhões de euros no saldo do grupo de produto de *Sementes e frutos oleaginosos*, ainda assim com um défice de 717,1 milhões de euros, o 3º maior défice em 2023.

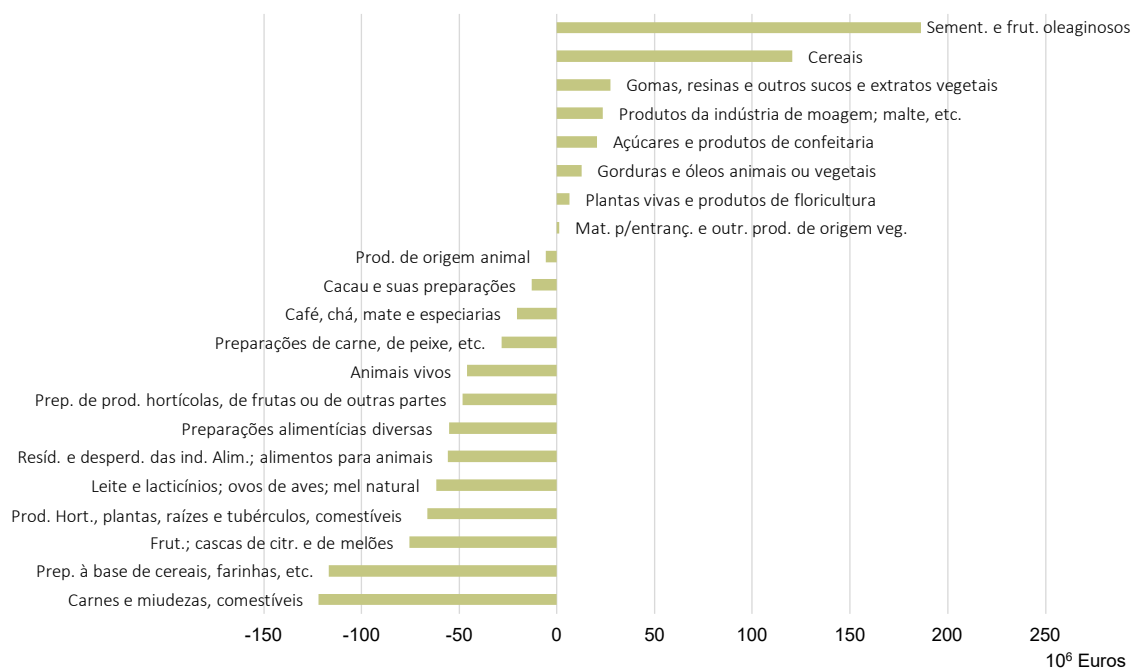
FIGURA 6.2
Saldo da Balança Comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares, 2023



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Em 2023, as *Gorduras e óleos animais ou vegetais* apresentaram o maior excedente, 406,5 milhões de euros (+12,8 milhões de euros, face a 2022). Destaque ainda para as *Preparações à base de cereais, farinhas, etc.*, grupo de produtos que registou o 4º maior défice, 450,6 milhões de euros, refletindo um agravamento de 116,6 milhões de euros – o 2º maior em 2023.

FIGURA 6.3
Variação anual do Saldo da Balança Comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares, 2022/2023



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Importações

As importações de *Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)* aumentaram 7,2% face ao ano anterior, atingindo 13 107,7 milhões de euros em 2023. Este aumento deveu-se, principalmente, aos *Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis* (+203,5 milhões de euros; +37,3%), às *Preparações à base de cereais, farinhas, etc.* (+162,2 milhões de euros; +20,2%) e *Carnes e miudezas, comestíveis* (+129,9 milhões de euros; +8,6%).



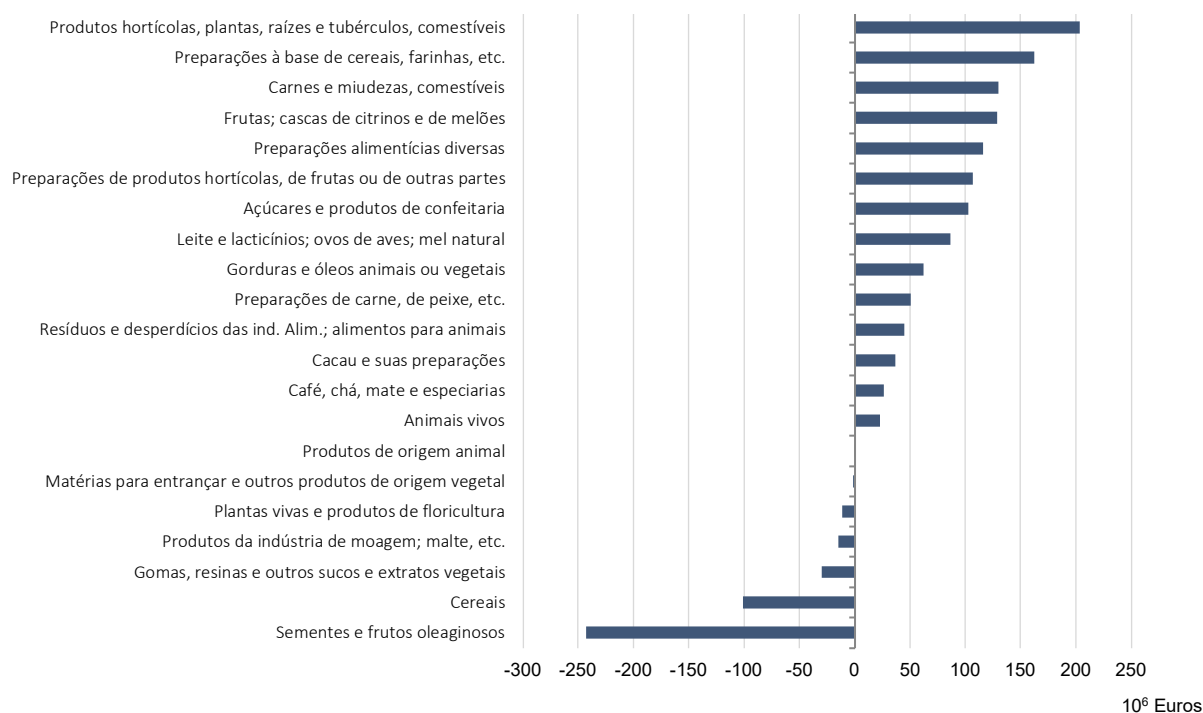
FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

As *Carnes e miudezas, comestíveis* continuaram a ser o principal grupo importado (com um peso de 12,5%; +0,2 p.p. face a 2022), destacando-se a *Carne de bovino* (50,9%), a *Carne de suíno* (21,5%) e a *Carne e miudezas – aves* (15,4%). Espanha manteve-se como principal fornecedor deste grupo de produtos (64,4%; -0,4 p.p.), com um aumento de 8,0%. Os Países Baixos continuaram a ser o 2º principal fornecedor (12,5%; sem alteração no peso face a 2022), seguindo-se a França (4,4%; +0,3 p.p.), que ultrapassou a Polónia (3,8%; -0,3 p.p.).

Os *Cereais* continuaram a ser o 2º principal grupo importado, tendo registado o 2º maior decréscimo absoluto face ao ano anterior (-100,8 milhões de euros), principalmente devido às transações de *Milho* (-140,7 milhões de euros, -19,6%). A Ucrânia foi o principal fornecedor de *Cereais* em 2023 (4º em 2022), com um peso de 19,3% (+12,3 p.p. face a 2022) e um crescimento de 154,6%, ultrapassando a França (17,7%; -0,6 p.p.), que se manteve como o 2º principal fornecedor, o Brasil (10,9%; -14,9 p.p.), que desceu de 1º para 3º principal fornecedor, e a Espanha (8,1%; -2,2 p.p.), que ocupou a 4ª posição.

As *Gorduras e óleos animais ou vegetais* foram o 3º principal grupo importado (9,0%; -0,1 p.p.) em 2023, tendo a Espanha mantido a posição de principal fornecedor deste grupo de produtos, embora tendo menor peso (75,6%; -3,7 p.p. face a 2022).

FIGURA 6.5
Variação anual das importações, 2022/2023



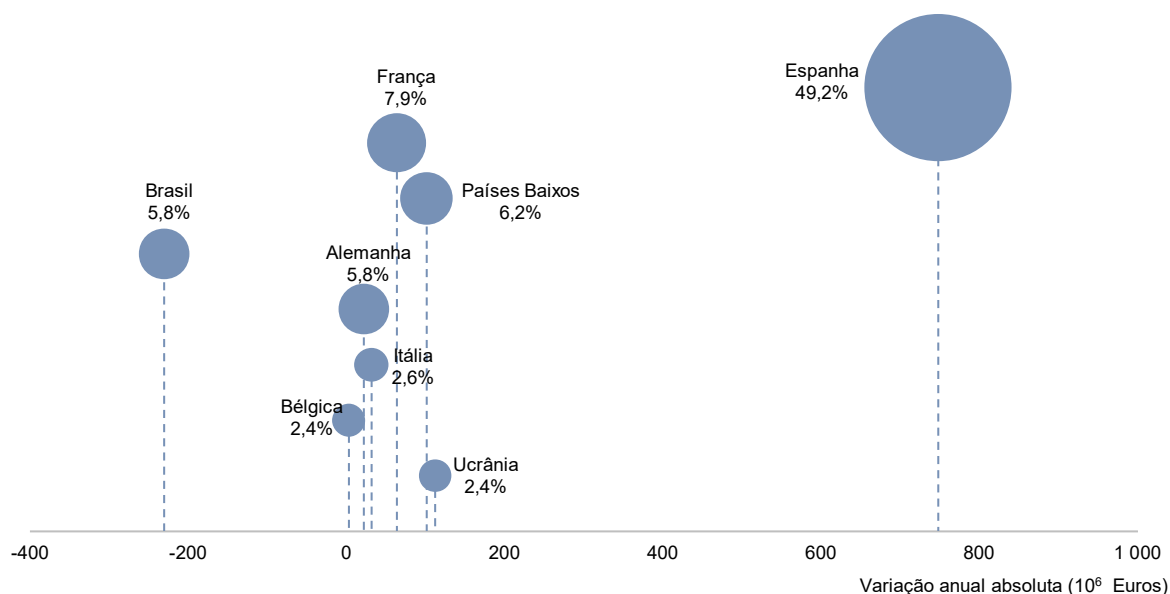
FORNTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

O maior aumento, em termos absolutos, registou-se nas importações de *Produtos agrícolas e agroalimentares* provenientes de Espanha (+747,3 milhões de euros, +13,1%), principalmente de *Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis* (+129,2 milhões de euros; +37,7%) e *Preparações à base de cereais, farinhas, etc.* (+115,4 milhões de euros; +24,6%), que se manteve como 3º principal grupo importado deste mercado (com um peso de 9,1%; +0,8 p.p.). As *Carnes e miudezas, comestíveis* mantiveram-se como principal grupo importado do país vizinho (16,5%; -0,8 p.p.), seguindo-se as *Gorduras e óleos animais ou vegetais* (13,9%; -1,7 p.p.).

De salientar também a Ucrânia, que registou o 2º maior acréscimo nas importações de *Produtos agrícolas e agroalimentares* (+111,6 milhões de euros; +55,0%), sobretudo de *Cereais* (+156,4 milhões de euros; 154,6%), nomeadamente *Milho e Trigo*.



FIGURA 6.6
 Importações de produtos agrícolas e agroalimentares
 por principais países, 2023



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da Importação de bens em 2023.

Em 2023, os países Intra-UE aumentaram o seu domínio como fornecedores de *Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)*, com um peso de 80,4% (+2,8 p.p. em relação ao ano anterior). Espanha manteve-se como principal fornecedor destes bens a Portugal (com um peso de 49,2%; +2,6 p.p. face a 2022), seguida da França, que passou da 3^a para a 2^a posição com um peso de 7,9% (-0,1 p.p.). Os Países Baixos passaram a 3^o principal fornecedor (6,2%; +0,4 p.p.), com um aumento de 14,2% face ao ano anterior, e o Brasil a 4.^o (5,8%; -2,3 p.p.), refletindo um decréscimo de 23,1% (-230,6 milhões de euros).



Exportações

As exportações de *Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)* aumentaram 8,0%, totalizando 7 595,0 milhões de euros em 2023. Para este acréscimo, contribuíram, principalmente, o grupo dos *Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis* (+137,2 milhões de euros; +35,3%) e o grupo dos *Açúcares e produtos de confeitaria* (+123,6 milhões de euros; +77,4%).



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

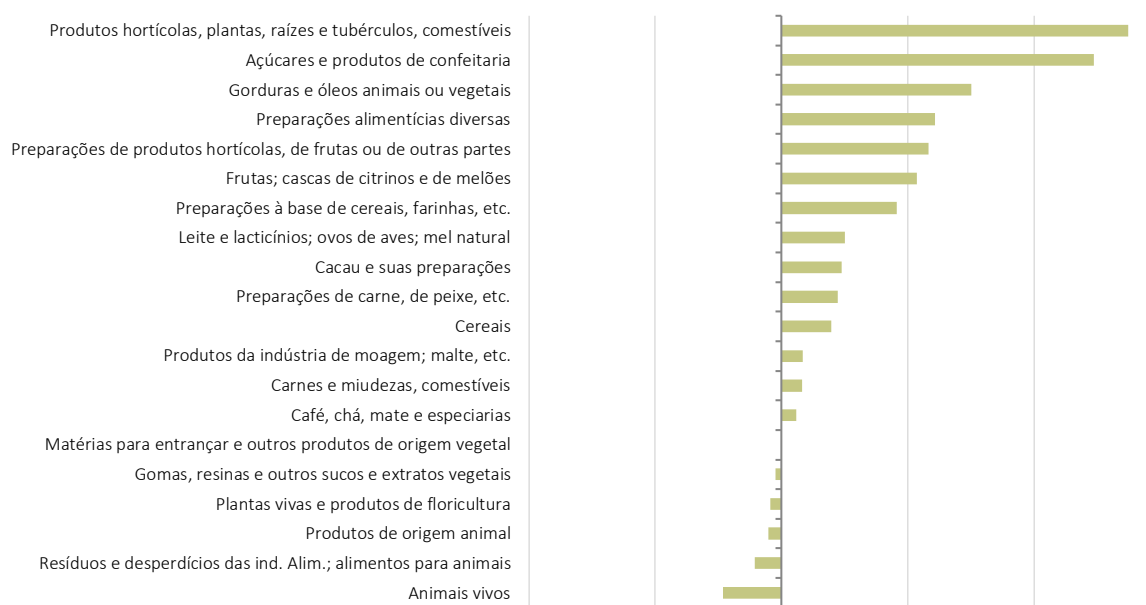
Os 3 principais grupos exportados mantiveram-se inalterados: as *Gorduras e óleos animais ou vegetais*, principal grupo exportado em 2023 (peso de 20,9%; -0,6 p.p.), seguindo-se as *Frutas, cascas de citrinos e de melões* (12,9%; -0,3 p.p.) e as *Preparações de produtos hortícolas* (8,9%; +0,1 p.p.).

As *Gorduras e óleos animais ou vegetais* registaram um acréscimo de 75,1 milhões de euros (+5,0%), destacando-se o *Azeite* (+68,0%; +6,4 p.p.), que aumentou 147,3 milhões de euros (+15,8%), sobretudo pela subida dos preços. Espanha reforçou a sua liderança como principal cliente (peso de 49,0%; +0,8 p.p. face a 2022), seguida do Brasil, 2º principal país de destino deste tipo de produtos (22,3%; +2,8 p.p. face a 2022).

As *Frutas, cascas de citrinos e de melões* foram, tal como no ano anterior, o 2º principal grupo exportado em 2023, destacando-se as *Frutas, frescas* (36,3%) com um aumento de 15,4% (+47,4 milhões de euros). Espanha manteve-se também como o principal cliente deste grupo de produtos (peso de 47,3%; -0,2 p.p. face a 2022).

As *Preparações de produtos hortícolas* mantiveram-se como 3º principal grupo exportado, destacando-se as exportações de *Tomates preparados ou conservados* (56,9%). Em relação ao ano anterior, não se observaram alterações nos principais países de destino: Espanha, Reino Unido e França, que, no seu conjunto, concentraram 43,6% das exportações deste grupo de produtos (+0,2 p.p. face a 2022).

FIGURA 6.8
Variação anual das exportações, 2022/2023



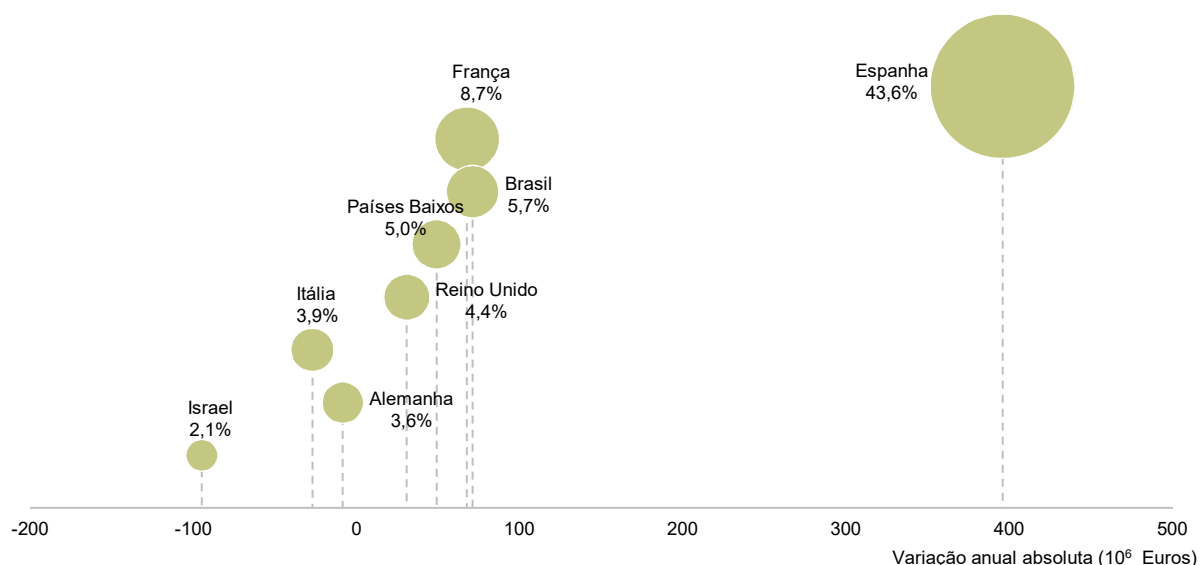
FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da Importação de bens em 2023.

O maior aumento ocorreu nas exportações de *Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis* (+137,2 milhões de euros; +35,3%), destacando-se as transações com Espanha (+49,4%), sobretudo de *Tomates, frescos ou refrigerados* e de *Produtos hortícolas, frescos ou refrigerados*.

O 2º maior aumento absoluto verificou-se nas exportações de *Açúcares e produtos de confeitaria* (+123,6 milhões de euros; +77,4%), também principalmente para Espanha (+54,1%), que se manteve como principal cliente neste grupo, com um peso de 72,7% (-11,0 p.p. face ao anterior).

FIGURA 6.9
Exportações de produtos agrícolas e agroalimentares por
principais países, 2023



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2023.

Os países Intra-UE reforçaram o seu domínio como destino das exportações portuguesas de *Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)*, totalizando um peso de 72,9% (+2,1 p.p. face a 2022).

As exportações para Espanha registaram o maior aumento (+395,6 milhões de euros, +13,6%), reforçando a sua posição como principal cliente das exportações nacionais destes produtos, com um peso de 43,6% (41,5% em 2022). Este aumento deveu-se, sobretudo, aos *Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis*, que aumentaram 84,8 milhões de euros (+49,4%), passando a ser o 3º principal grupo exportado para Espanha. Os grupos das *Gorduras e óleos animais ou vegetais e das Frutas; cascas de citrinos e de melões* continuaram a ser os 1º e 2º principais grupos de *Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)* exportados para o país vizinho.

A França, com um peso de 8,7% (+0,3 p.p. comparando com 2022), permaneceu como 2º principal país de destino, tendo aumentado 11,4% (+67,6 milhões de euros). O Brasil, com um peso de 5,7% (+0,5 p.p.), manteve a 3ª posição, tendo-se verificado um aumento de 19,4% nas exportações de *Produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas)* para este país, sobretudo devido às *Gorduras e óleos animais ou vegetais*. Os Países Baixos posicionaram-se, à semelhança do ano anterior, na 4ª posição, com um peso de 5,0% (+0,3 p.p. face ao ano anterior).

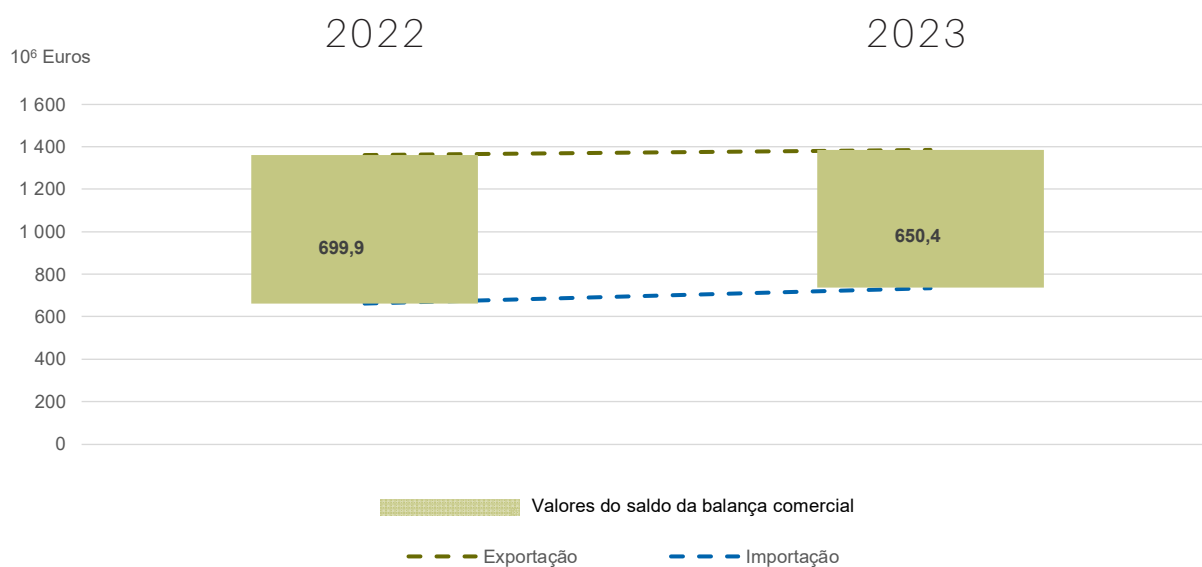


BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES

Saldo da Balança Comercial

Em 2023, o saldo da balança comercial das *Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres* apresentou um excedente de 650,4 milhões de euros (-49,5 milhões de euros; -7,1% face ao ano anterior). Esta redução deveu-se ao facto de as importações deste grupo de produtos terem registado um acréscimo superior ao aumento observado nas exportações (74,0 milhões de euros e 24,4 milhões de euros, respetivamente).

FIGURA 6.10
Comércio Internacional das Bebidas, 2022 e 2023

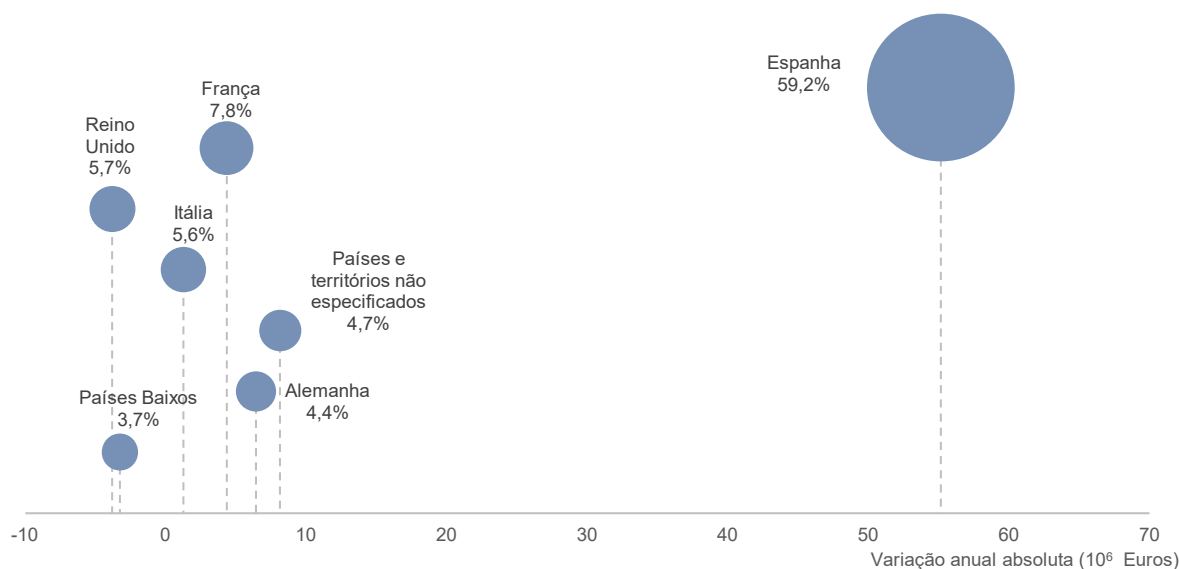


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Importações

As importações de *Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres* totalizaram 735,5 milhões de euros em 2023, o que corresponde a um acréscimo de 11,2% em relação ao ano anterior (+74,0 milhões de euros).

FIGURA 6.11
Importações de bebidas por principais países, 2023



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2023.

Para o aumento em relação ao ano anterior, contribuíram sobretudo as importações provenientes de Espanha (+55,1 milhões de euros; +14,5%), que se manteve como principal fornecedor destes produtos (59,2% do total; +1,7 p.p. que em 2022). A França e o Reino Unido, com pesos de 7,8% (-0,2 p.p.) e 5,7% (-1,2 p.p.), respetivamente, mantiveram-se como 2º e 3º principais fornecedores, apesar de o Reino Unido ter apresentado o maior decréscimo (-3,8 milhões de euros face a 2022).

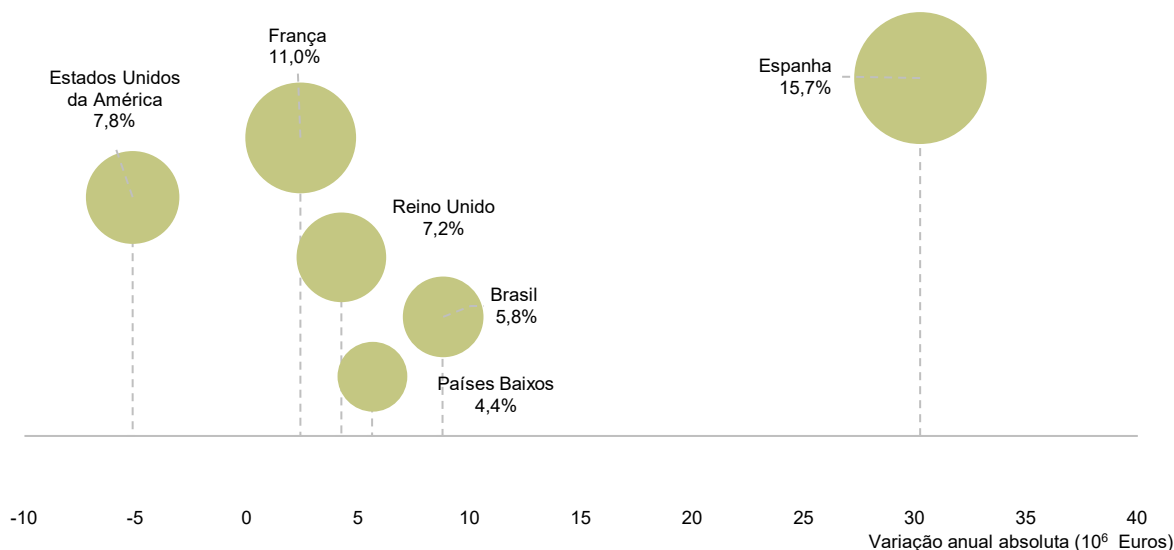
Assinala-se ainda o acréscimo nas importações provenientes da Alemanha (+6,4 milhões de euros; +25,1%), o 3º maior aumento na globalidade dos países, permitindo que se assumisse como 6º principal fornecedor em 2023 (7º em 2022), enquanto os Países Baixos recuaram de 5º, em 2022, para 7º principal fornecedor em 2023, em resultado de um decréscimo de 3,3 milhões de euros (-10,8%). Itália manteve a 4ª posição, representando 5,6% (-0,4 p.p.) das importações destes produtos.

Os países Intra-UE mantiveram-se como principais fornecedores deste tipo de produtos, concentrando 86,3% das importações portuguesas de *Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres* em 2023 (+0,3 p.p. face a 2022).

Exportações

As exportações de *Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres* aumentaram 1,8% face ao ano anterior (+24,4 milhões de euros), atingindo 1 385,9 milhões de euros em 2023.

FIGURA 6.12
Exportações de bebidas por principais países, 2023



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2023.

As exportações portuguesas de *Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres* para Espanha registaram o maior acréscimo (+30,2 milhões de euros; +16,1%), mantendo-se este como o principal cliente em 2023, enquanto o maior decréscimo foi registado nas transações com destino a Angola (-5,2 milhões de euros; -9,6%).

Os cinco principais países de destino deste grupo de produtos mantiveram as suas posições, tendo mesmo, em alguns casos, reforçado o seu peso face à globalidade dos destinos (passando de 45,4% para 47,5%), nomeadamente: Espanha (15,7%, +1,9 p.p. face ao ano anterior), França (11,0%; sem alteração), Estados Unidos (7,8%; -0,5 p.p.), Reino Unido (7,2%; +0,2 p.p.) e Brasil (5,8%; +0,5 p.p., sendo o 2º maior acréscimo, com 8,8 milhões de euros). Destacam-se também os Países Baixos, na 6ª posição, com um peso de 4,4% (9ª em 2022; +0,3 p.p.), sendo o 3º maior aumento nas exportações das *Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres*, +5,6 milhões de euros (+10,3%).

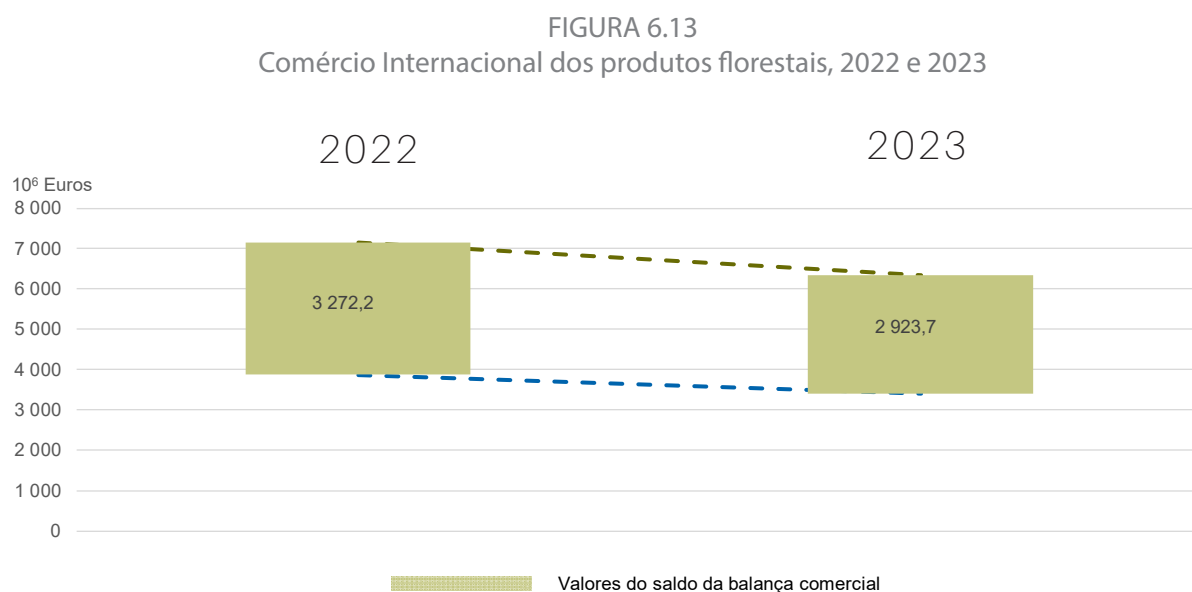
Em 2023, os mercados Intra-UE predominaram nas exportações deste tipo de produtos, contribuindo para 50,7% do total (49,0% em 2022).

Nota:
Para simplificação da terminologia associada às estatísticas do Comércio Internacional, é efetuada apenas a referência a “importações” e “exportações”, sendo, contudo, identificado o mercado respetivo (Intra-UE, Extra-UE e Comércio Internacional, que congrega ambos os mercados).

COMÉRCIO INTERNACIONAL - PRODUTOS FLORESTAIS

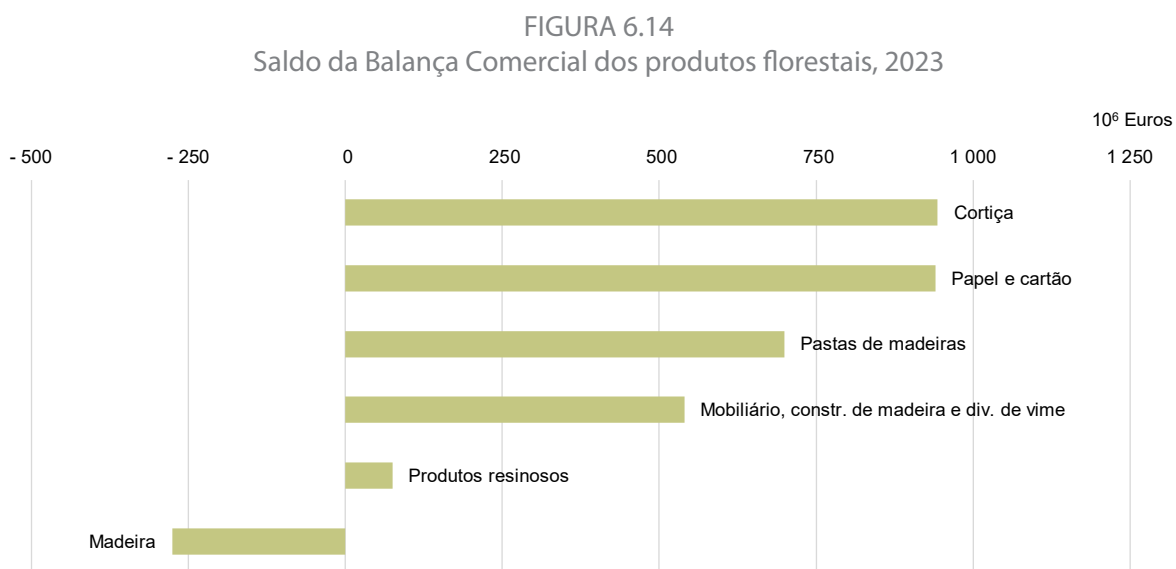
Saldo da Balança Comercial

O saldo da balança comercial dos *Produtos do setor florestal* atingiu 2 923,7 milhões de euros em 2023, diminuindo 348,4 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução desfavorável resultou de uma diminuição das importações (-461,0 milhões de euros) inferior ao decréscimo das exportações (-809,4 milhões de euros) deste tipo de produtos.



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

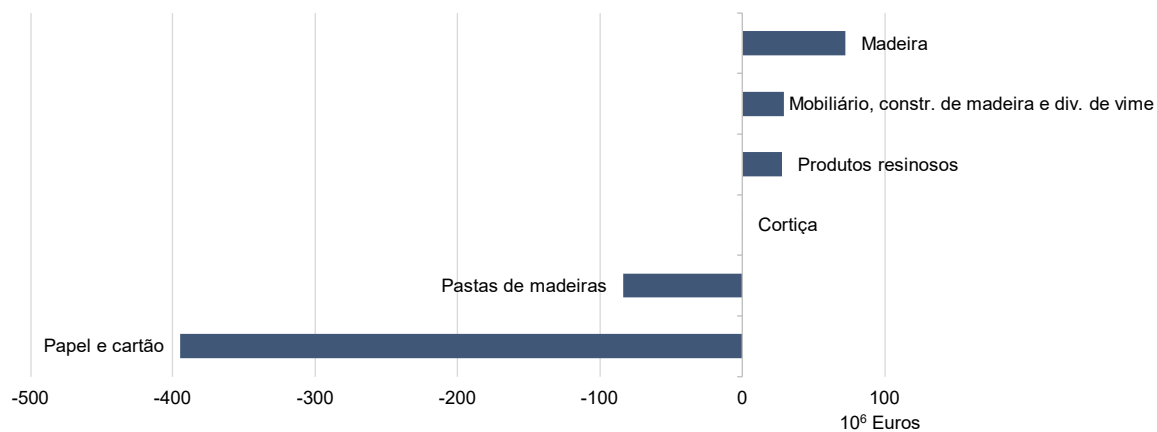
O maior saldo positivo registou-se na *Cortiça*, correspondendo a 943,7 milhões de euros, seguindo-se o *Papel e cartão*, com 940,2 milhões de euros, e as *Pastas de madeira*, com 699,2 milhões de euros.



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Em 2023, a maior contribuição para o decréscimo do saldo dos Produtos do setor florestal deveu-se ao *Papel e cartão*, cujo saldo diminuiu 394,8 milhões de euros face ao ano anterior, seguindo-se as *Pastas de madeiras* (-83,4 milhões de euros). Os restantes grupos dos *Produtos do setor florestal* registaram variações positivas, com destaque para a *Madeira*, que aumentou 72,5 milhões de euros.

FIGURA 6.15
Variação anual do Saldo da Balança Comercial dos produtos florestais,
2022/2023



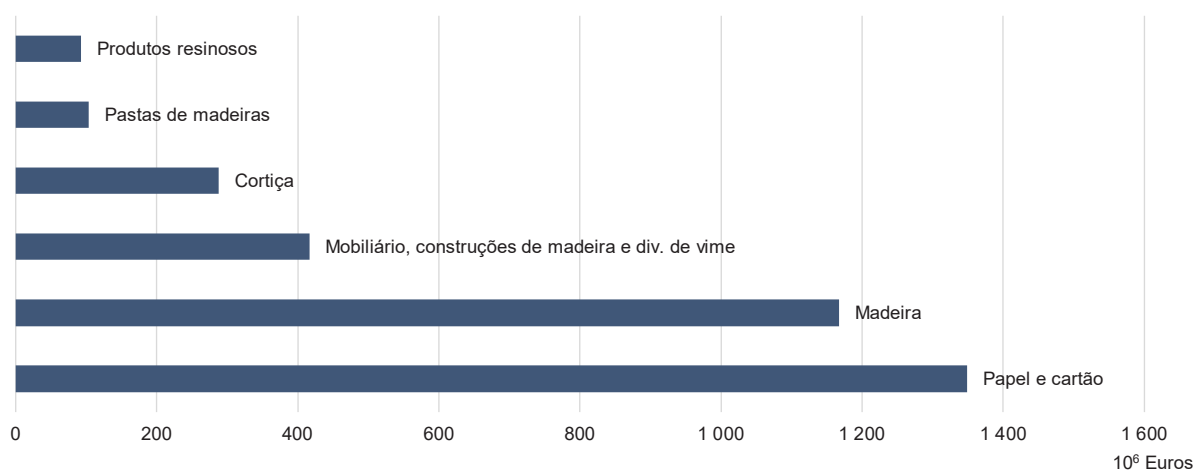
FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Importações

As importações de *Produtos do setor florestal* totalizaram 3 416,0 milhões de euros em 2023, refletindo um decréscimo de 11,9% face ao ano anterior. O *Papel e cartão* e a *Madeira* representaram, respetivamente, 39,5% e 34,2% do total de *Produtos do setor florestal*, apresentando, no seu conjunto, uma diminuição de 1,2 p.p. face ao ano anterior.

Todos os grupos de *Produtos do setor florestal*, com exceção da *Cortiça* (+22,0 milhões de euros; +8,3%), registaram decréscimos das importações face a 2022, destacando-se o *Papel e cartão* (-241,1 milhões de euros, -15,2%) e a *Madeira* (-145,6 milhões de euros, -11,1%).

FIGURA 6.16
Importações dos produtos florestais, 2023



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

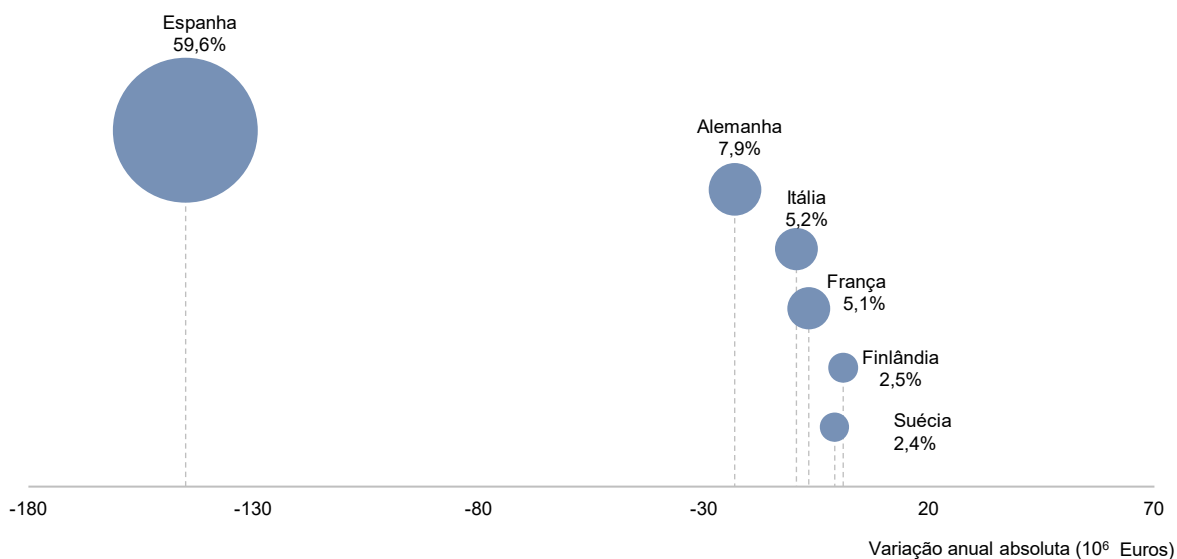
Face a 2022, registaram-se alterações nos principais fornecedores de *Produtos do setor Florestal*: Espanha manteve-se como o principal, com mais de metade das transações (52,0%; +2,4 p.p.), seguida da França, que subiu duas posições (6,3%; +0,9 p.p.), ultrapassando assim o Brasil (5,7%; -2,7 p.p.) e a Alemanha (5,6%, -0,2 p.p.).

Os países da UE continuaram a predominar como principais fornecedores, tendo ganho relevância (+3,0 p.p. para 80,7%) face ao mercado extracomunitário. Destacam-se os decréscimos dos 3 principais fornecedores fora da UE: o Brasil

(-131,0 milhões de euros, -40,3%), o Uruguai (-7,0 milhões de euros, -6,4%) e a China (-10,9 milhões de euros, -10,2%). Em conjunto, estes países asseguraram 11,5% (-2,5 p.p. face a 2022) das importações de *Produtos do setor florestal* em Portugal (14,0% em 2022).

O *Papel e cartão* manteve-se como principal grupo importado em 2023 (peso de 39,5%, -1,5 p.p. que em 2022), tendo a Espanha permanecido como principal fornecedor, assegurando mais de metade das importações (59,6%; -0,1 p.p. face a 2022). Seguiram-se a Alemanha (7,9%; -0,3 p.p.), a Itália (5,2%; +0,2 p.p.) e a França (5,1%; +0,4 p.p.), que representaram, no seu conjunto, cerca de 78% das transações.

FIGURA 6.17
 Importações de *papel e cartão* por principais países, 2023

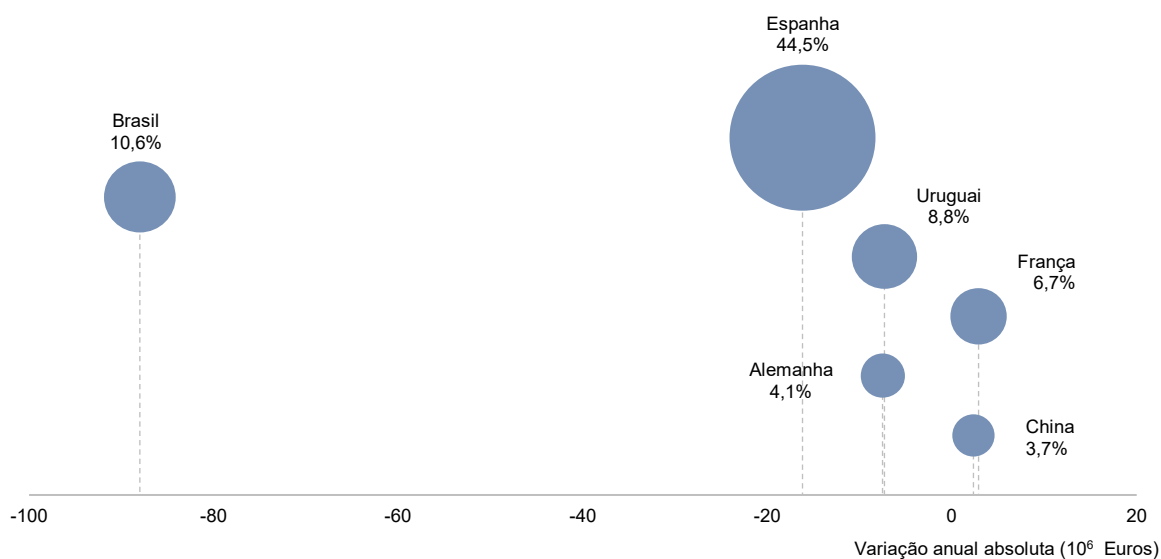


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2023

Relativamente à *Madeira*, o segundo maior grupo em 2023 (peso de 34,2%, +0,3p.p. que em 2022), Espanha, com um peso de 44,5% (+3,7 p.p.), manteve a liderança no seu fornecimento, seguida do Brasil (10,6%; -5,5 p.p.), Uruguai (8,8%; +0,4 p.p.), França (6,7%; +1,0 p.p.) e Alemanha (4,1%; -0,1 p.p.).

FIGURA 6.18
 Importações de *madeira* por principais países, 2023



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da importação de bens em 2022.

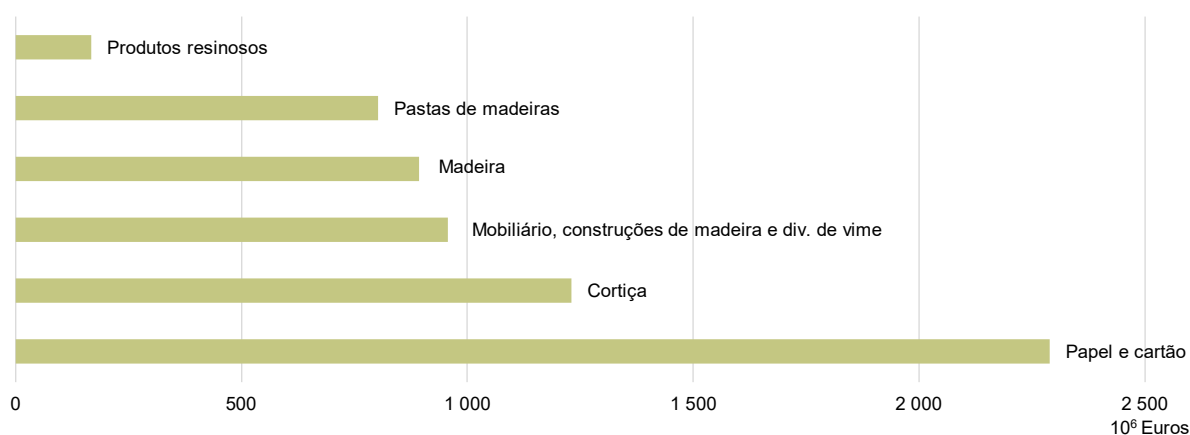
O *Mobiliário, construções de madeira e div. de vime* manteve-se como 3º principal grupo importado, representando 12,2% das importações de *Produtos do setor florestal* em 2023 (+1,1 p.p. face a 2022), atingindo 416,4 milhões de euros, o que se traduziu num decréscimo de 3,0% em comparação com o ano anterior. Espanha continuou a concentrar mais de metade das importações (51,3%; -0,1 p.p. que em 2022), atingindo 213,4 milhões de euros, o que correspondeu a uma diminuição de 3,1%. França (12,9%; +3,5 p.p.), tornou-se o 2º maior fornecedor, totalizando 53,8 milhões de euros (+32,5% face a 2022), superando Itália, que recuou para a 3ª posição (9,9%; -0,2p.p.). A Alemanha e a China inverteram posições face a 2022, a Alemanha assumiu a 4ª posição (6,1%; +0,9p.p.) e a China a 5ª (4,5%; -2,5 p.p.).

Exportações

Em 2023, as exportações de *Produtos do setor florestal* diminuíram 11,3%, em relação ao ano anterior, atingindo 6 339,7 milhões de euros, com decréscimos em quase todos os grupos de produtos, entre -21,7% no *Papel e cartão* e -7,6%, na *Madeira*. A *Cortiça* e os *Produtos Resinosos* apresentaram aumentos de 1,8%.

O *Papel e cartão* manteve-se, apesar da descida, como o principal grupo exportado, totalizando 2 289,0 milhões de euros (peso de 36,1%; -4,8 p.p. face a 2022), seguindo-se a *Cortiça*, com 1 231,1 milhões de euros (19,4%; +2,5 p.p.).

FIGURA 6.19
Exportações dos produtos florestais, 2023

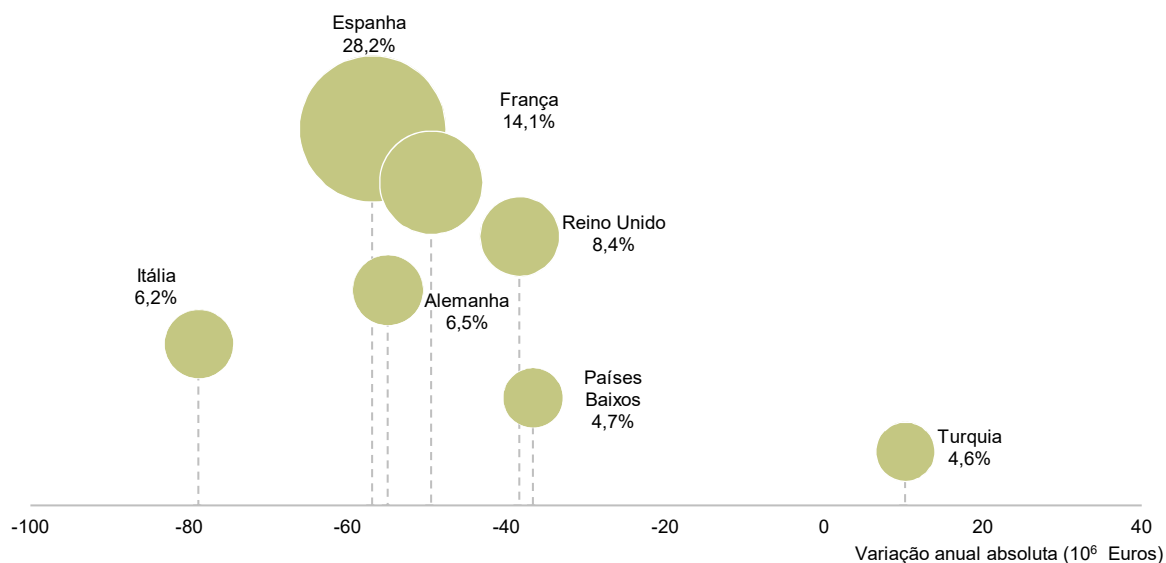


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

Os países Intra-UE continuaram a ser o destino principal das exportações portuguesas de *Produtos do setor florestal* (65,0%; -1,3%). Espanha e França mantiveram-se como os principais clientes (com pesos de, respetivamente, 25,0% e 16,5%), apesar dos decréscimos de 9,8% e 3,0%, pela mesma ordem, face a 2022. O Reino Unido apresentou-se, em 2023, como o 3º principal cliente (6,4%; -0,1 p.p.), ultrapassando os Estados Unidos (6,2%; -0,9 p.p.) e a Alemanha (6,0%; -1,0 p.p.).

Espanha (28,2%; +4,2 p.p.), França (14,1%; +1,4 p.p.) e Reino Unido (8,4%; +0,5 p.p.) mantiveram-se como principais mercados de destino das exportações de "Papel e cartão", tendo registado decréscimos de 8,1%, 13,3% e 16,7%, respetivamente, face a 2022.

FIGURA 6.20
Exportações de *papel e cartão* por principais países, 2023

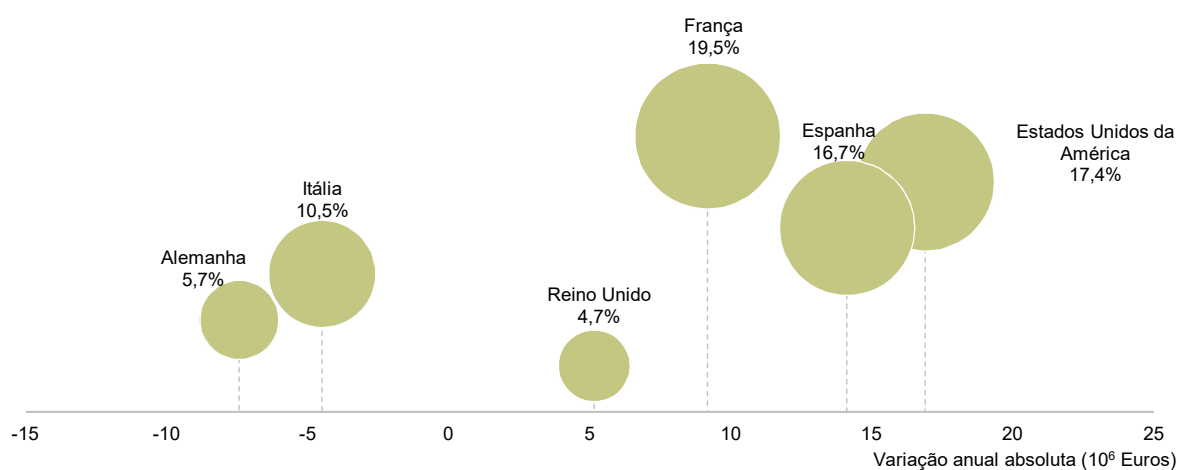


FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2023.

A *Cortiça*, que se manteve como 2º principal grupo exportado em 2023, teve como principais destinos a França (19,5%; +0,4 p.p.), os Estados Unidos (17,4%; +1,1 p.p.) e a Espanha (16,7%; +0,9%). As exportações de Cortiça para estes países registaram crescimentos de, respetivamente, 4,0%, 8,5% e 8,4%.

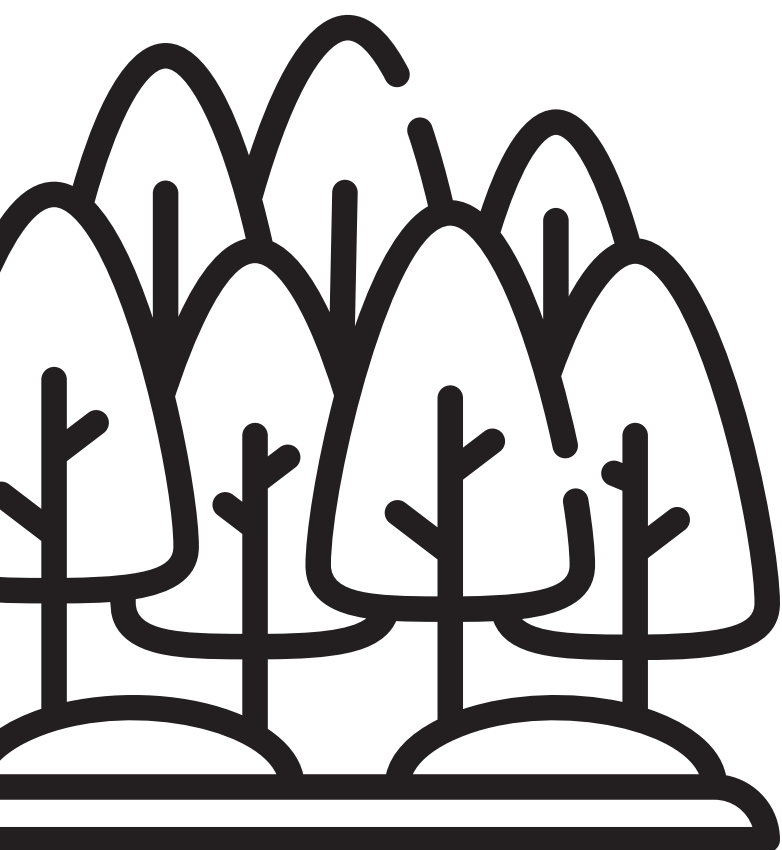
FIGURA 6.21
Exportações de *cortiça* por principais países, 2023



FONTE: INE, I. P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens

NOTA: A dimensão dos globos representa o peso relativo de cada país no total da exportação de bens em 2023.

A *Madeira*, o 3º principal grupo exportado (peso de 14,1%, +0,6 p.p. face a 2022), atingiu 892,8 milhões de euros (-7,6% em relação ao ano anterior), sendo Espanha o principal cliente (44,7%; +0,5 p.p.), seguida de França (12,1%, +1,3 p.p.) e do Reino Unido (9,4%; -0,8 p.p.).





7 BALANÇOS DE APROVISIONAMENTO



Carnes

A produção nacional de carnes registou um ritmo médio anual de -0,1%, no período 2020-2023, que não foi suficiente para acompanhar as necessidades de consumo do mercado interno, que apresentou um crescimento de 2,0%.

Em 2023, o nível de produção (942 mil toneladas) garantiu apenas um grau de autoaprovisionamento de 75,4%, menos 2,7 p.p. quando comparado com o ano anterior. A importação de 422 mil toneladas de carne, superior em 5,2% em relação ao ano transato e mais 8,9% face à média do período em análise, foi determinante para compensar as provisões nacionais.

Analisando separadamente a produção de carne das principais espécies, constata-se os diferentes níveis de autossuficiência.

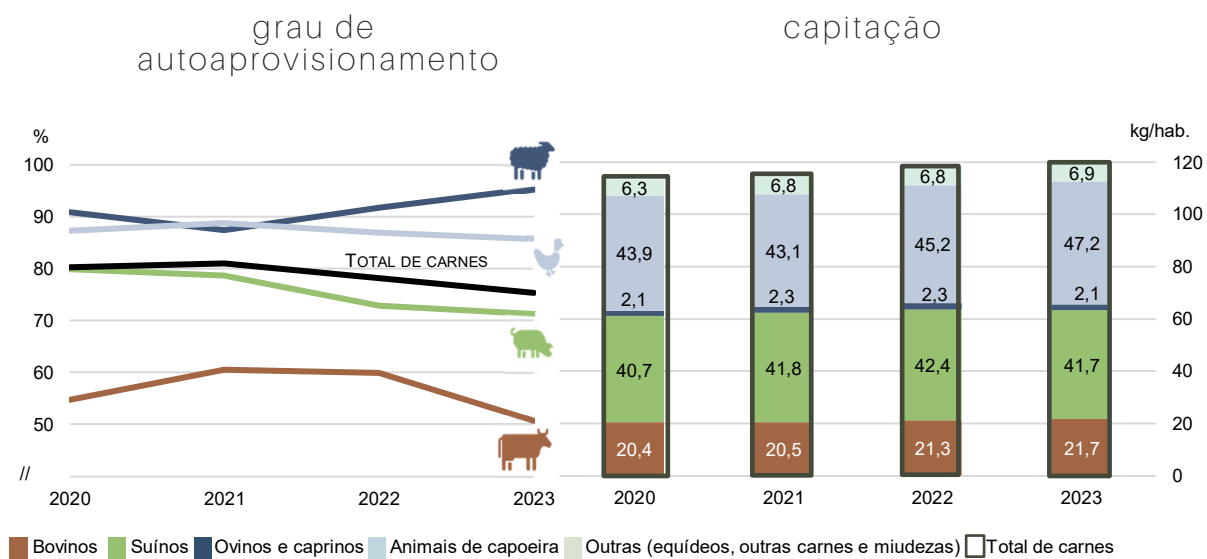
A produção de carne de bovino, a mais deficitária, não ultrapassou 50,7% das necessidades do mercado em 2023, tendo registado também uma diminuição de produção significativa (-13,5% face a 2022 e -7,2% comparando com a média 2020-2023). O aumento do consumo (+2,3% face a 2022), agravou o grau de autoaprovisionamento e fixou o consumo per capita em 21,7 kg/habitante, o que correspondeu a mais 0,4 kg por habitante, face a 2022.

A produção de carne de suíno diminuiu (-3,7% face a 2022 e -5,6% face à média 2020-2023), tal como o consumo (-1,6%), que se traduziu num grau de autoaprovisionamento de 71,3%, menos 1,6 p.p. face a 2022. O consumo anual per capita fixou-se em 41,7 kg/habitante, praticamente igual à média dos últimos 4 anos.

A produção de carne de animais de capoeira, que permaneceu a mais consumida em Portugal (47,2 kg/habitante, ano) permitiu acomodar 85,8% das necessidades do mercado interno (-1,1 p.p. que em 2022), tendo o seu consumo aumentado 4,4%, com uma taxa de crescimento média anual, para o período em análise, de 2,6%.

O consumo de carne de ovino e caprino (2,1 kg/habitante ano) diminuiu relativamente a 2022, tal como a produção (-4,5% face ao ano anterior), que preencheu 95,5% das necessidades do mercado (+3,8 p.p. face a 2022 e +4,1 p.p. comparando com a média dos 4 anos em análise).

FIGURA 7.1
Balço de aprovisionamento das carnes



FONTE: INE I. P., Balços de aprovisionamento dos produtos animais.

Leite e derivados

Em 2023, o grau de autoaprovisionamento para o conjunto dos produtos lácteos (leite e derivados) foi 94,6%, que compara com 93,7% em 2022.

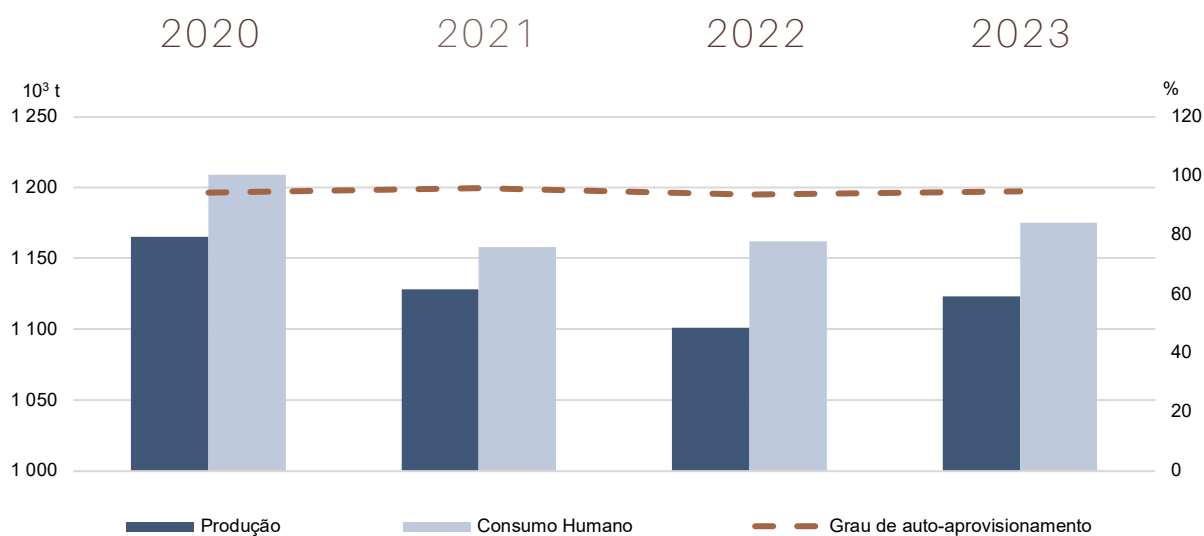
A produção de leite para consumo público em 2023 aumentou 2,1%, com o grau de autoaprovisionamento a manter-se excedentário (115,0%), tendo registado um incremento de 2,2 p.p. (112,8% em 2022). O consumo deste produto praticamente manteve-se no ano em análise (+0,3%), fixando-se em 62,4 kg/habitante.

Para os restantes produtos lácteos, a produção total cresceu 1,7% face a 2022, motivada pelos aumentos no volume de leite em pó magro (+29,4%), manteiga (+18,5%), outros produtos frescos (inclui nata) (+4,0%) e leites acidificados (+0,8%).

O consumo total de leite e produtos derivados aumentou 1,1%, justificado sobretudo pelos acréscimos no consumo de leites acidificados (+ 5 mil toneladas, ou seja +2,3%) e de queijo (+4 mil toneladas, correspondente a +2,7%).

De referir que em 2023 as exportações de leite e derivados cresceram 3,2% em relação à média registada no período em análise (2020-2023), tendo as importações aumentado 4,0%.

FIGURA 7.2
Balanço de aprovisionamento de leite e derivados



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos animais.

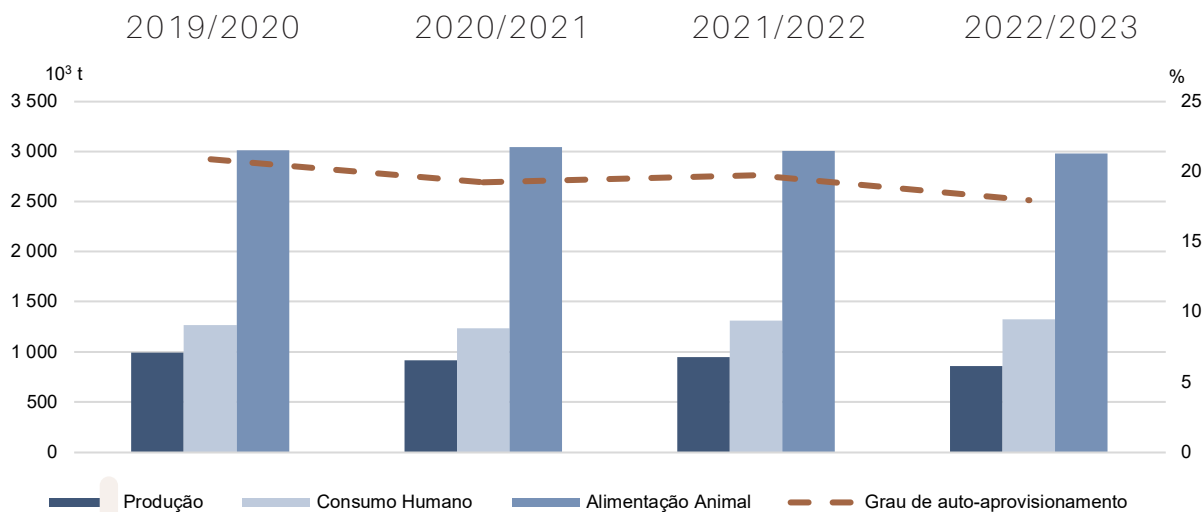
Cereais, exceto arroz

Portugal depende do exterior para satisfazer as necessidades internas em cereais para grão, tendo registado um grau de autoaprovisionamento na campanha 2022/2023¹⁷ de 18,0%, valor que diminuiu 1,5 p.p. entre campanhas do período em análise, 2019/2020 a 2022/2023.

A produção nacional de cereais na campanha 2022/2023 foi 860 mil toneladas de grão de cereais, o que representou um decréscimo de 8,9%, em relação à campanha anterior (-7,8% face à média do período observado). Registou-se um decréscimo na produção de milho, com menos 34 mil toneladas (-4,5% em 2022), tendo decrescido a um ritmo médio de 1,7% no período em análise. Os restantes cereais reduziram igualmente a sua produção: trigo (-10,4%), cevada (-43,8%), aveia (-44,7%) e centeio (-18,8%), refletindo uma campanha cerealífera marcada pela situação de seca.

A importação de grãos foi 5,7 vezes superior à produção nacional ao longo de todo o período em análise. A maior parte da produção foi destinada à alimentação animal, 69,2%, que compara com 69,6% na campanha anterior, observando-se uma variação pouco significativa (+0,9%) no nível de produção destinada ao consumo humano.

FIGURA 7.3
Balanço de aprovisionamento de cereais, exceto arroz



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais.

¹⁷ O balanço da campanha 2022/23 diz respeito à produção de cereais no ano agrícola 2021/22.

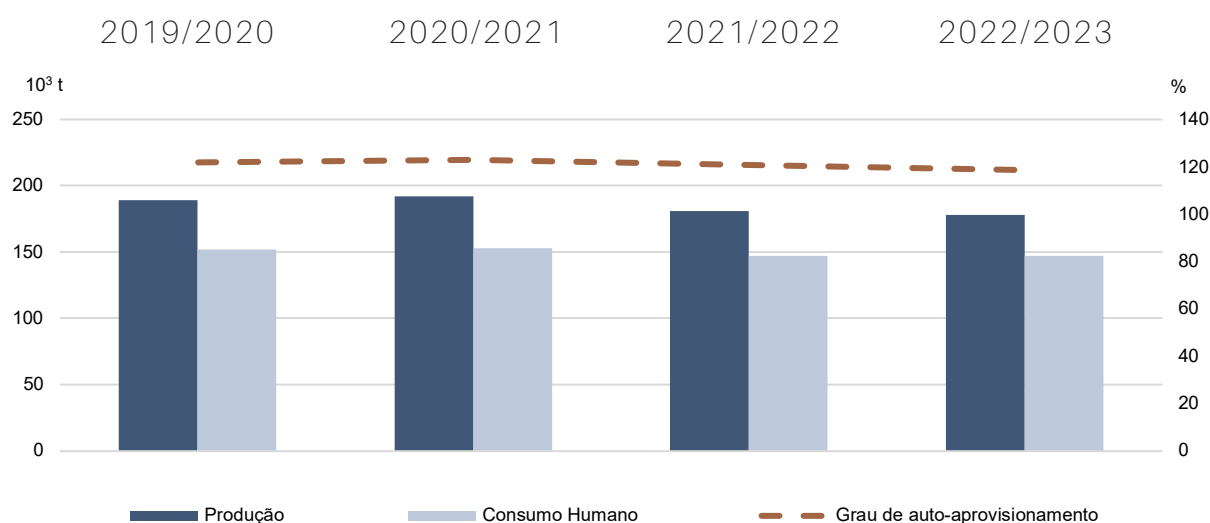
Arroz branqueado

Na campanha 2022/2023, o grau de autoaprovisionamento do arroz branqueado foi de 118,7%, mantendo Portugal acima da autossuficiência relativamente a este cereal. A produção nacional de arroz branqueado (178 mil toneladas) caiu 1,7% face à campanha 2021/2022, e decresceu a um ritmo médio anual de 2,0% no período em análise (2019/2020 a 2022/2023).

De referir que o volume de exportações da campanha 2022/2023 (68 mil toneladas), que constituiu cerca de 38% da produção, diminuiu 29,2% em relação à campanha 2021/2022, com uma taxa de crescimento média anual de 1,0% no período observado.

O consumo humano de arroz branqueado em 2022/2023 não variou de forma significativa face à campanha anterior (-0,7%), com cada habitante a consumir em média 14,0 kg de arroz, menos 0,4 kg face à média das 4 campanhas analisadas.

FIGURA 7.4
Balanço de aprovisionamento do arroz branqueado



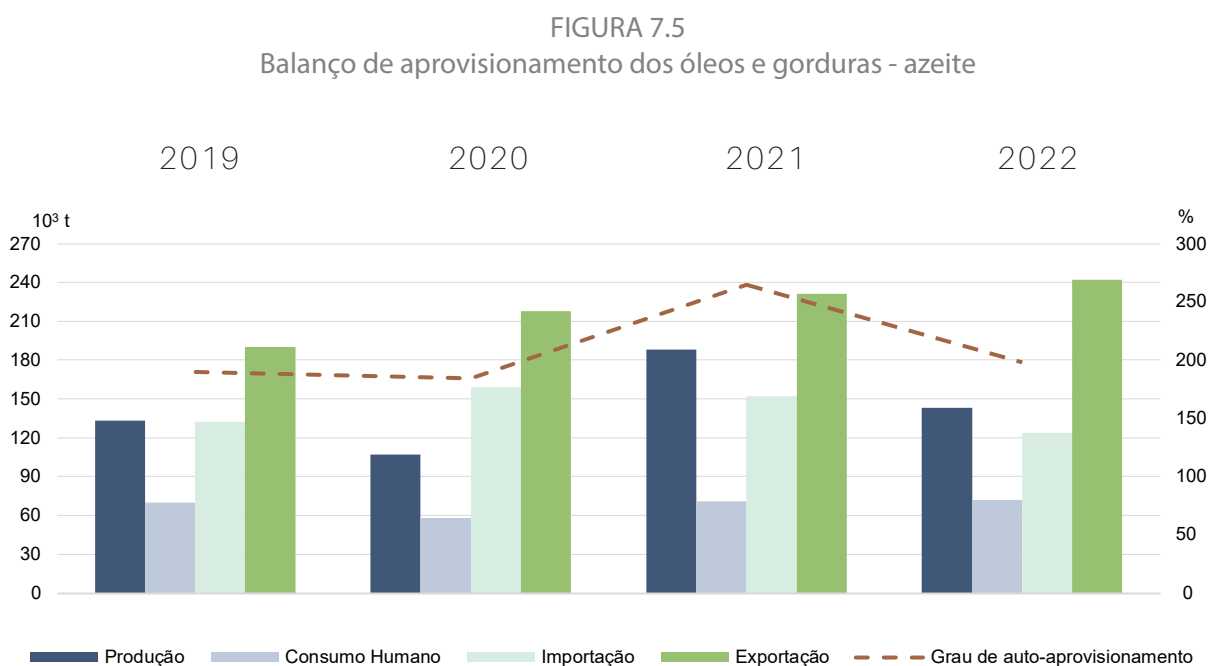
FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

Óleos e gorduras - Azeite

Em 2022, a produção nacional de azeite foi 143 mil toneladas, um decréscimo de 23,9% em relação a 2021, ano que, recorde-se, registou a maior produção de sempre. O grau de autoaproveitamento em 2022 foi de 198,6% (98,6 p.p. acima da autossuficiência), 66,2 p.p. abaixo do valor apresentado em 2021, ano record, que teve o valor mais elevado de toda a série disponível.

O consumo humano de azeite em 2022 foi 72 mil toneladas (71 mil toneladas em 2021), equivalente a um consumo per capita de 6,9 kg por habitante, semelhante ao valor registado do ano transato.

De notar que no ano em análise as exportações de azeite cresceram 4,8%, tendo a importação diminuído 18,4%, face a 2021.



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

Frutos

Portugal não é autossuficiente em frutos, tendo importado, em média, cerca de 22,5% do que consumiu entre 2019/2020 e 2022/2023.

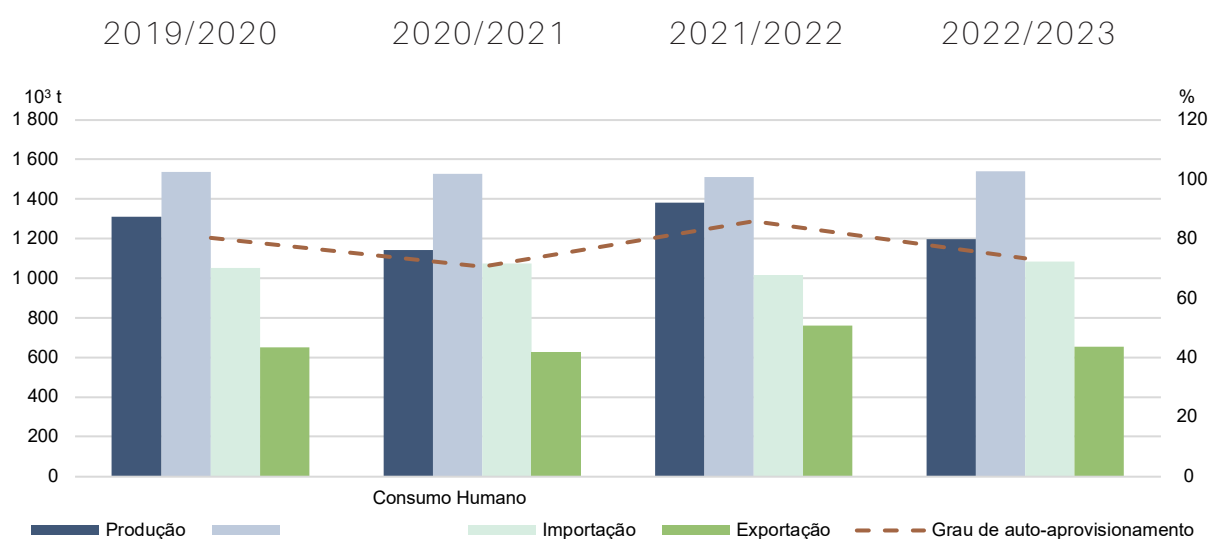
A evolução da produção está muito dependente dos anos agrícolas, como revela o período em análise. Assim, a campanha 2022/2023 registou um decréscimo de 13,2% motivado pela diminuição de produção quer dos frutos frescos (em particular de maçã, pera e pêsego), quer dos frutos de casca rija, comparativamente com a campanha anterior, saldando-se num total de 1 197 mil toneladas (1 379 mil toneladas na campanha 2021/2022).

De referir ainda que as exportações diminuíram 14,0% em relação à campanha anterior, justificado pelo decréscimo de 16,0% nos frutos frescos, tendo a importação aumentado 6,7%.

Na campanha 2022/2023, o grau de autoaprovisionamento fixou-se em 73,3%, ou seja 26,7 p.p. abaixo da autossuficiência, tendo sido de 85,9% em 2021/2022.

Relativamente ao consumo per capita, cada habitante consumiu, em média, 146,9 kg de frutos na campanha 2022/2023 (144,9 kg na campanha 2021/2022), o que correspondeu a um aumento de 1,4%.

FIGURA 7.6
Balanço de aprovisionamento do total de frutos



FONTE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

Vinho

Portugal apresenta tradicionalmente no vinho, graus de autoaprovisionamento acima dos 100% produzindo mais do que consome.

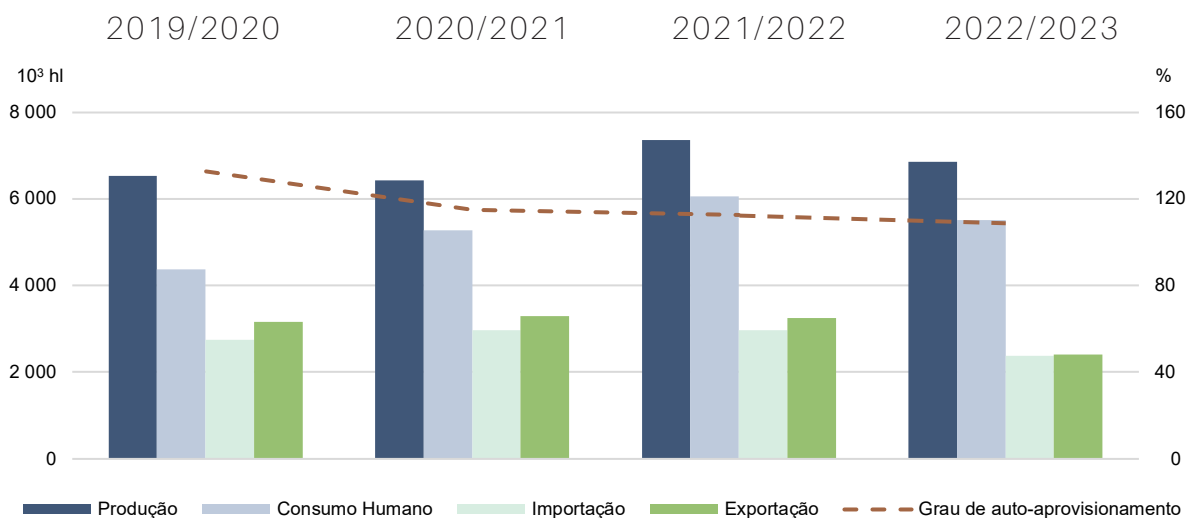
Na campanha 2022/2023, a produção vinícola registou um decréscimo de 6,9% face à campanha anterior, agravada pela redução de 20,2% das importações em relação a 2021/2022.

Também o consumo humano decresceu 9,2% em relação à campanha anterior, situando-se em 52,5 litros por habitante em 2022/2023 (58,1 litros na campanha 2021/2022).

De realçar que esta diminuição se verificou nos vinhos sem certificação, uma vez que o consumo de vinhos DOP e IGP, que representavam, 42,2% e 31,8% do consumo humano em 2022/2023, registou aumento.

Verificou-se ainda uma diminuição significativa das exportações de vinho (-25,9%) em relação à campanha anterior, correspondente a menos 844 mil hectolitros.

FIGURA 7.7
Balanço de aprovisionamento do vinho



FORNE: INE I. P., Balanços de aprovisionamento dos produtos vegetais

PRINCIPAIS INDICADORES

- Consumo humano de carne (t) por Tipo de carnes; Anual
- Consumo humano de carne per capita (kg/ hab.) por Tipo de carnes; Anual
- Grau de auto-provisionamento de carne (%) por Tipo de carnes; Anual
- Consumo humano de leite e produtos lácteos (t) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Consumo humano de leite e produtos lácteos per capita (kg/ hab.) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Grau de auto-provisionamento de leite e produtos lácteos (%) por Tipo de leites e produtos lácteos; Anual
- Consumo humano de ovos (t); Anual
- Consumo humano de ovos per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-provisionamento de ovos (%); Anual
- Grau de auto-provisionamento de ovos para incubação (%); Anual
- Consumo humano de vinho (hl); Anual
- Consumo humano de vinho per capita (l/ hab.); Anual
- Grau de auto-provisionamento do vinho (%); Anual
- Consumo humano de cereais (t) por Espécie de cereais; Anual
- Consumo humano de cereais per capita (kg/ hab.) por Espécie de cereais; Anual
- Grau de auto-provisionamento de cereais (%) por Espécie de cereais; Anual
- Consumo humano de arroz branqueado e semibranqueado (t) por Comprimento do grão; Anual
- Consumo humano de arroz branqueado e semibranqueado per capita (kg/ hab.) por Comprimento do grão; Anual
- Grau de auto-provisionamento de arroz branqueado e semibranqueado (%) por Comprimento do grão; Anual
- Grau de auto-provisionamento de arroz em casca (%); Anual
- Grau de auto-provisionamento de arroz em película (%); Anual
- Consumo humano de trinca de arroz (t); Anual
- Consumo humano de trinca de arroz per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-provisionamento de trinca de arroz (%); Anual
- Consumo humano de batata (t); Anual
- Consumo humano de batata per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-provisionamento de batata (%); Anual
- Consumo humano de frutos (t) por Espécie frutícola; Anual
- Consumo humano de frutos per capita (kg/ hab.) por Espécie frutícola; Anual

PRINCIPAIS INDICADORES

- Grau de auto-aprovisionamento de frutos (%) por Espécie frutícola; Anual
- Consumo humano de frutos (t) por Espécie frutícola (Balanços de mercado); Anual
- Consumo humano de frutos per capita (kg/ hab.) por Espécie frutícola (Balanços de mercado); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de frutos (%) por Espécie frutícola (Balanços de mercado); Anual
- Consumo humano de leguminosas secas (t) por Espécie de leguminosas secas; Anual
- Consumo humano de leguminosas secas per capita (kg/ hab.) por Espécie de leguminosas secas; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de leguminosas secas (%) por Espécie de leguminosas secas; Anual
- Consumo humano de sementes e frutos oleaginosos (t) por Tipo de sementes e frutos oleaginosos; Anual
- Consumo humano de sementes e frutos oleaginosos per capita (kg/ hab.) por Tipo de sementes e frutos oleaginosos; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de sementes e frutos oleaginosos (%) por Tipo de sementes e frutos oleaginosos; Anual
- Consumo humano de gorduras e óleos vegetais brutos (t) por Tipo de gordura e óleos vegetais; Anual
- Consumo humano de gorduras e óleos vegetais brutos per capita (kg/ hab.) por Tipo de gordura e óleos vegetais; Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de gorduras e óleos vegetais brutos (%) por Tipo de gordura e óleos vegetais; Anual
- Consumo humano de margarinas (t); Anual
- Consumo humano de margarinas per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de margarinas (%); Anual
- Consumo humano de açúcar (t); Anual
- Consumo humano de açúcar per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de açúcar (%); Anual
- Consumo humano de mel (t); Anual
- Consumo humano de mel per capita (kg/ hab.); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de mel (%); Anual
- Grau de auto-aprovisionamento de melaços (%); Anual





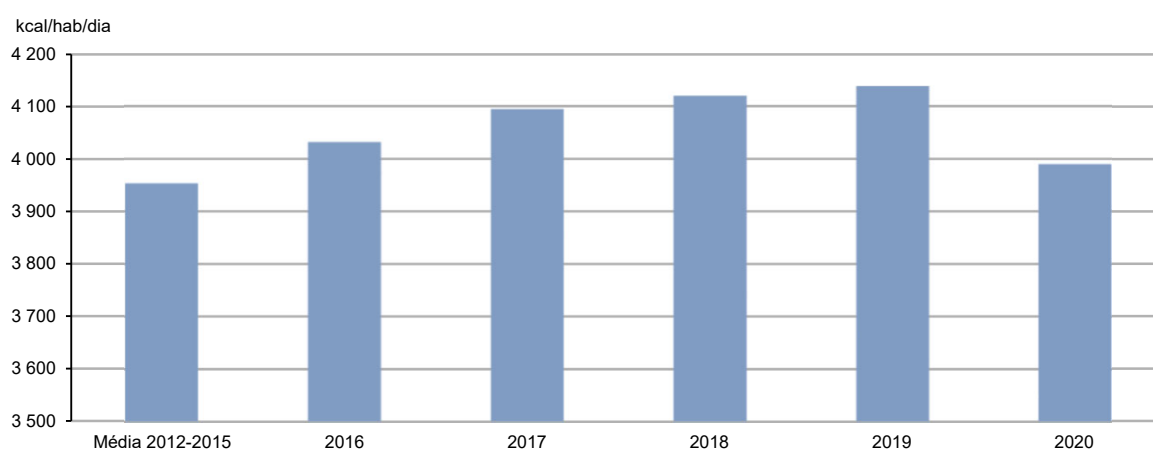
BALANÇA ALIMENTAR
PORTUGUESA



A Balança Alimentar Portuguesa (BAP) disponibiliza um conjunto de indicadores de referência que, apesar do seu carácter global, pode ser utilizado para diversas finalidades, nomeadamente para a avaliação, a nível nacional, das disponibilidades, da procura e das tendências de consumo alimentar como instrumento orientador de políticas de produção agrícola, das pescas ou da indústria alimentar.

As disponibilidades alimentares para consumo no período 2016-2020 continuam a evidenciar uma oferta alimentar excessiva e desequilibrada. No entanto, este período foi marcado pelo início da pandemia COVID-19, com as disponibilidades para consumo da maioria dos grupos alimentares abordados na Balança Alimentar Portuguesa a apresentarem variações negativas em 2020, quando a evolução dessas disponibilidades desde 2016 até ao início da pandemia era positiva e acima das verificadas em 2012-2015.

FIGURA 8.1
Disponibilidades diárias *per capita* de calorias
(média 2012-2015 e 2016-2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

No quinquénio 2016-2020, a BAP apurou um aporte calórico diário médio disponível para consumo por habitante de 4 075 kcal, superior às 3 954 kcal registadas no período anterior 2012-2015. O aporte calórico diário aumentou 2,7% (+107 kcal/hab), entre 2016 e 2019, infletindo a tendência em 2020 com uma redução de 3,6% (-149 kcal/hab), atingindo neste último ano 3 990 kcal/ hab/dia.

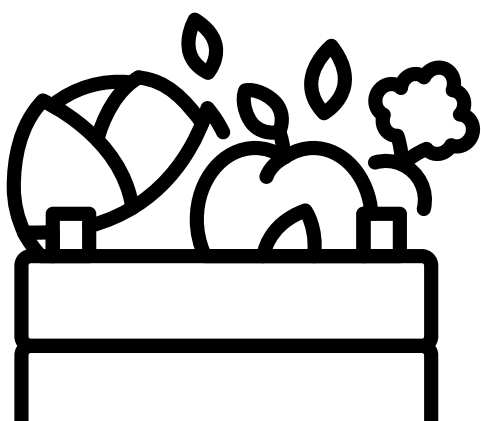
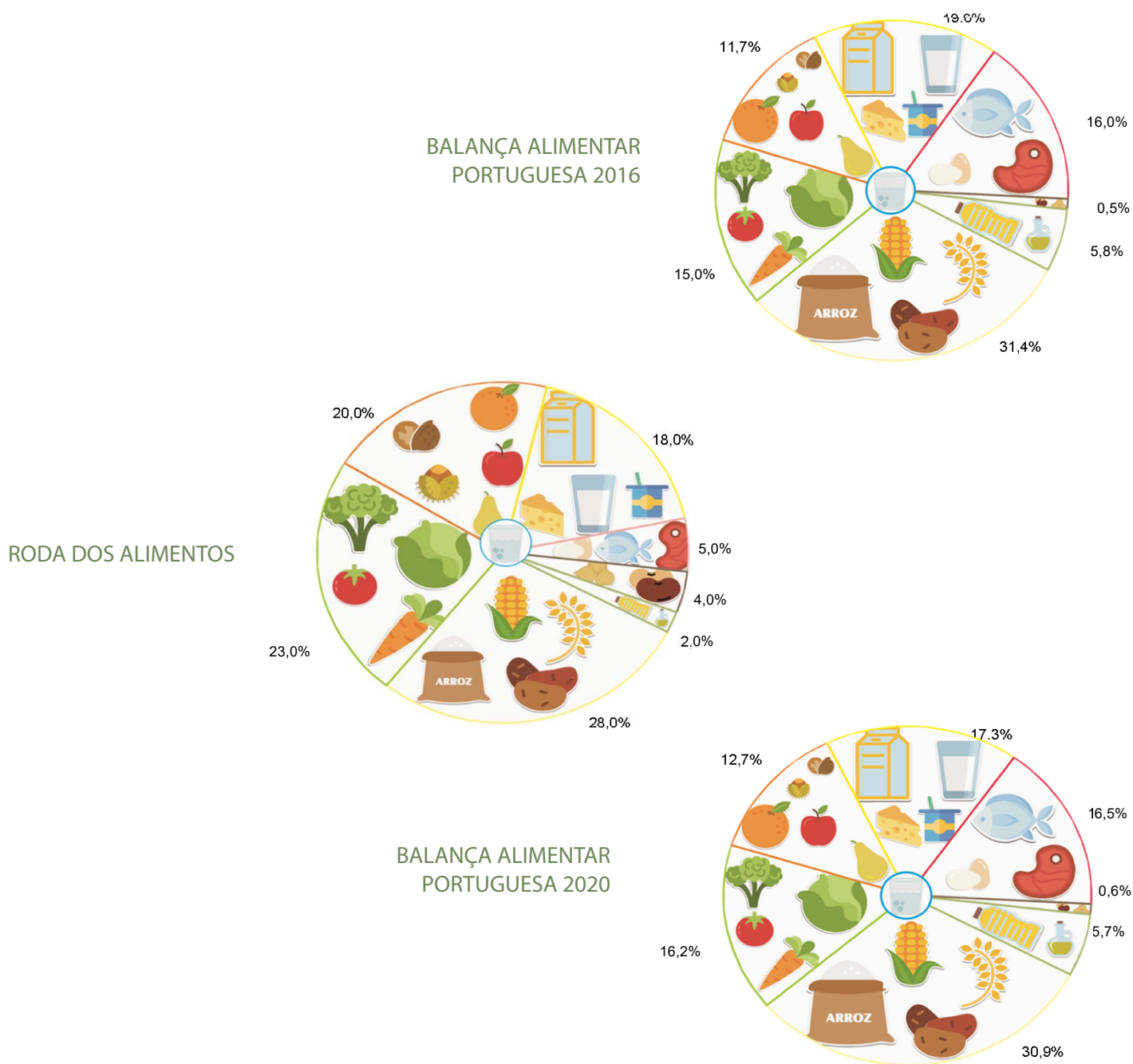


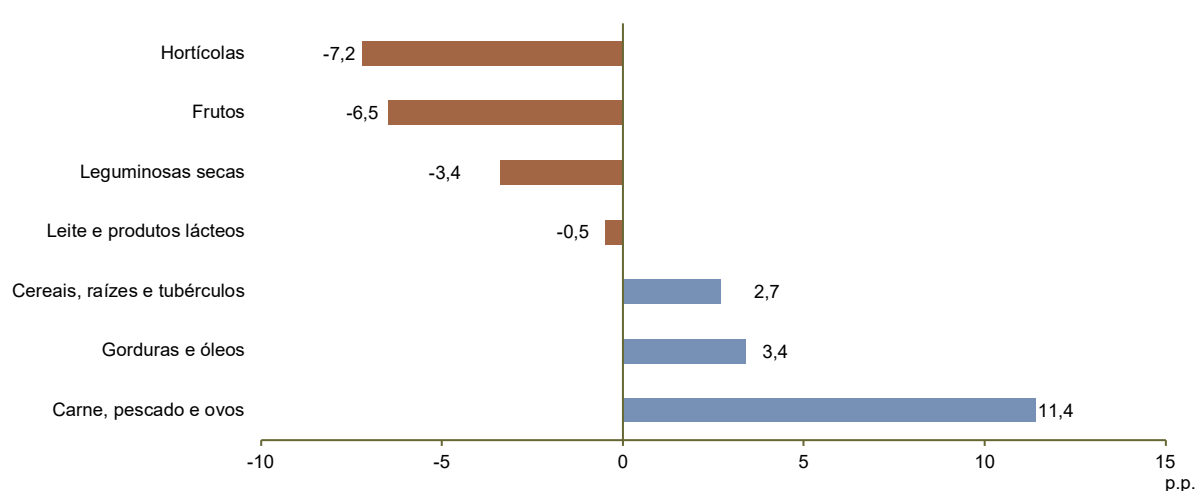
FIGURA 8.2
Roda dos Alimentos e Balança Alimentar Portuguesa
(2016 e 2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa
Figura adaptada da Roda dos Alimentos da Direção Geral do Consumidor

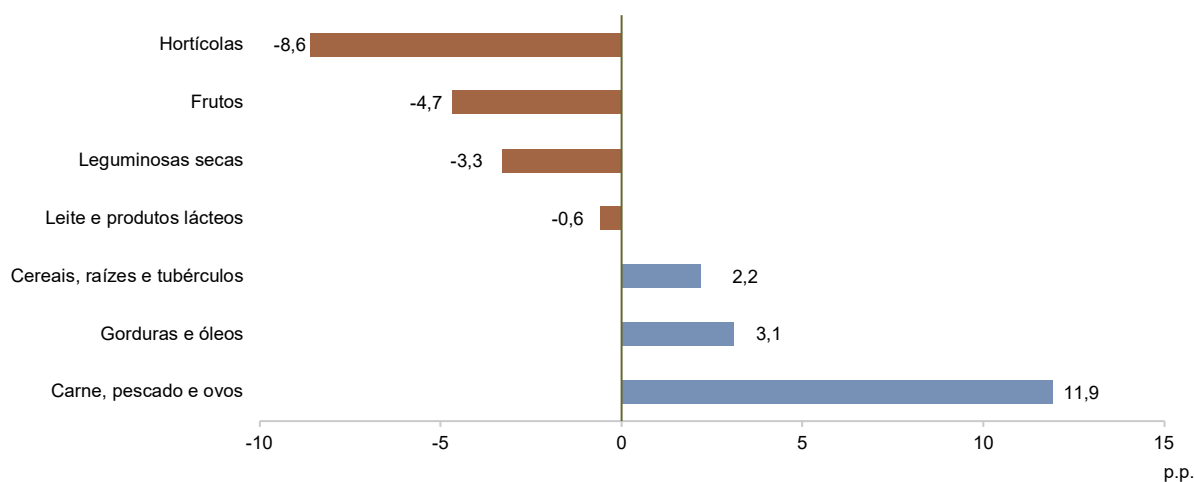
A comparação da distribuição das quantidades de produtos alimentares disponíveis diariamente para consumo *per capita* apuradas pela BAP com o padrão alimentar recomendado pela Roda dos Alimentos revela, uma vez mais, uma distorção do padrão das disponibilidades face ao recomendado.

FIGURA 8.3
Desequilíbrio das disponibilidades dos grupos alimentares face ao recomendado (2016)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

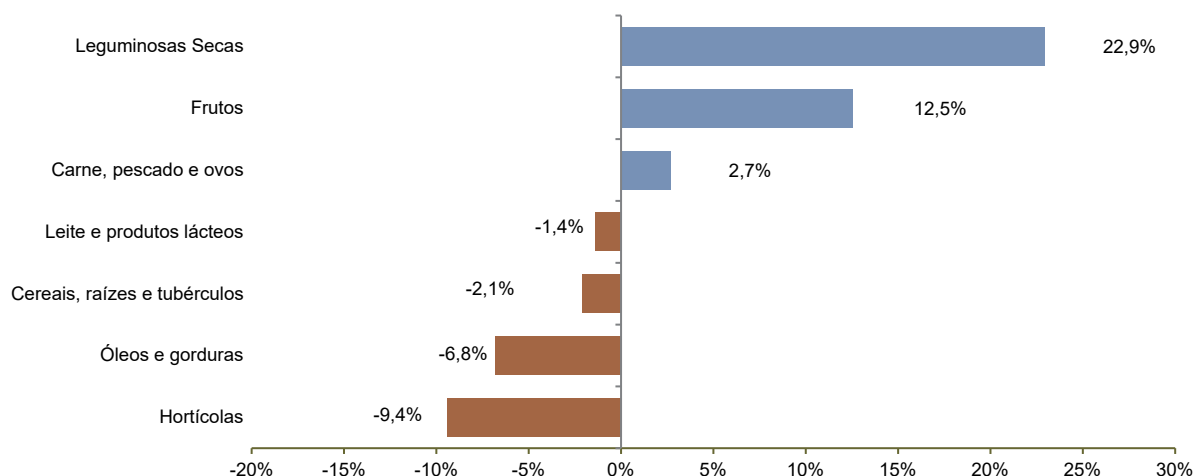
FIGURA 8.4
Desequilíbrio das disponibilidades dos grupos alimentares face ao recomendado (2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

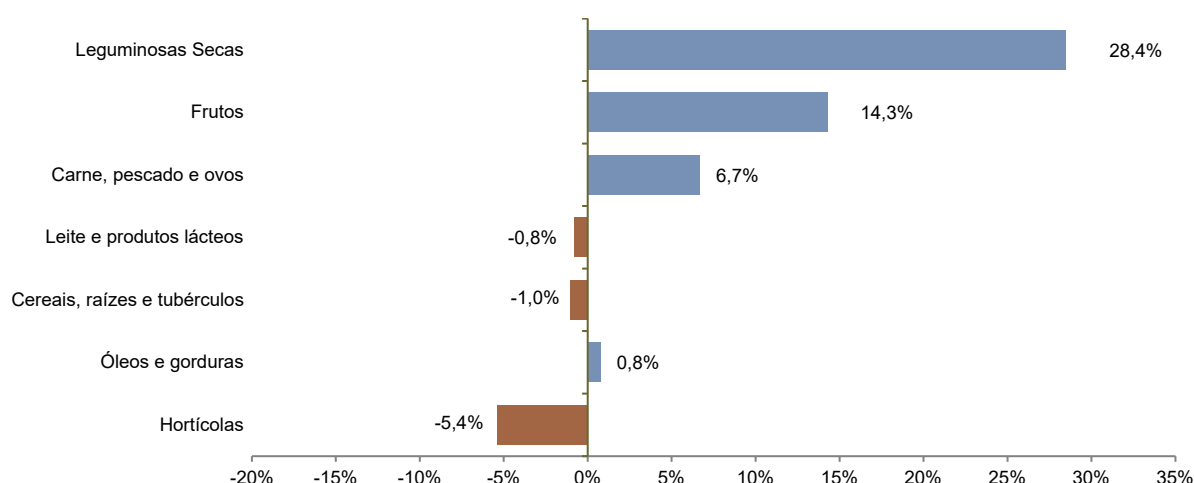
O aumento das disponibilidades para consumo dos grupos “Leguminosas secas” e “Frutos” em 2020 face a 2016, respetivamente +22,9% e +12,5%, não foi suficiente para corrigir o desequilíbrio das disponibilidades destes grupos face ao recomendado pela Roda dos Alimentos, mas no caso dos “Frutos” os desvios passaram de -6,5 p.p. em 2016 para -4,7 p.p. em 2020, o que indica uma melhoria no consumo aparente de frutos. No caso dos “Hortícolas”, verificou-se um decréscimo das disponibilidades diárias de 9,4%, o que agravou o desequilíbrio de -7,2 p.p. em 2016 para -8,8 p.p. em 2020; a variação negativa das disponibilidades de hortícolas em ano de pandemia fez com que as disponibilidades para consumo destes produtos diminuíssem.

FIGURA 8.5
Variação das disponibilidades diárias *per capita*
(2016/2020)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

FIGURA 8.6
Variação das disponibilidades diárias *per capita*
(2016/2019)



FONTE: INE I. P., Balança Alimentar Portuguesa

No grupo “Carne, pescado e ovos”, o aumento das disponibilidades entre 2016 e 2020 (+2,7%) não permitiu reduzir os desvios face às recomendações, mantendo-se como o grupo de produtos com o maior desvio. No caso dos “Óleos e gorduras”, a redução das disponibilidades neste período (-6,8%) foi atenuada sobretudo pela variação negativa das disponibilidades para consumo destes produtos em 2020 já que entre 2016 e 2019, os “Óleos e gorduras” apresentaram uma variação positiva das disponibilidades (+0,8).

Relativamente ao grupo “Cereais, raízes e tubérculos”, cujas disponibilidades para consumo em 2016 apresentavam um desvio positivo face ao recomendado pela roda (+2,7 p.p.), mesmo com a variação negativa dessas disponibilidades no período 2016-2020 (-2,1%), mantiveram o desvio anterior (+2,2 p.p.). Realça-se que as variações das disponibilidades verificadas foram essencialmente promovidas pelas “Raízes e tubérculos”, uma vez que o consumo aparente de “Cereais” se manteve relativamente estável.

PRINCIPAIS INDICADORES

- Capitação diária total de macronutrientes disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Característica macronutriente; Anual
- Capitação diária de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.) por Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária de gorduras disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária de hidratos de carbono disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de minerais disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (mg/ hab.) por Tipo de mineral e Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de vitaminas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (µg/ hab.) por Tipo de vitamina e Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de minerais disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (mg/ hab.) por Tipo de mineral e Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária de vitaminas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (µg/ hab.) por Tipo de vitamina e Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação edível diária de bebidas não alcoólicas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (ml/ hab.) por Tipo de bebida não alcoólica; Anual
- Capitação diária total de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.); Anual
- Capitação edível diária de bebidas alcoólicas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (ml/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária de gorduras disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de produto alimentar; Anual
- Capitação diária total de macronutrientes disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Característica macronutriente; Anual
- Capitação diária de proteínas disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual
- Capitação diária total de calorias disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (kcal/ hab.); Anual
- Capitação diária de álcool disponível para abastecimento (tabela de composição dos alimentos 2016) (g/ hab.) por Tipo de bebida alcoólica; Anual





9

PREÇOS E ÍNDICES DE PREÇOS NA AGRICULTURA



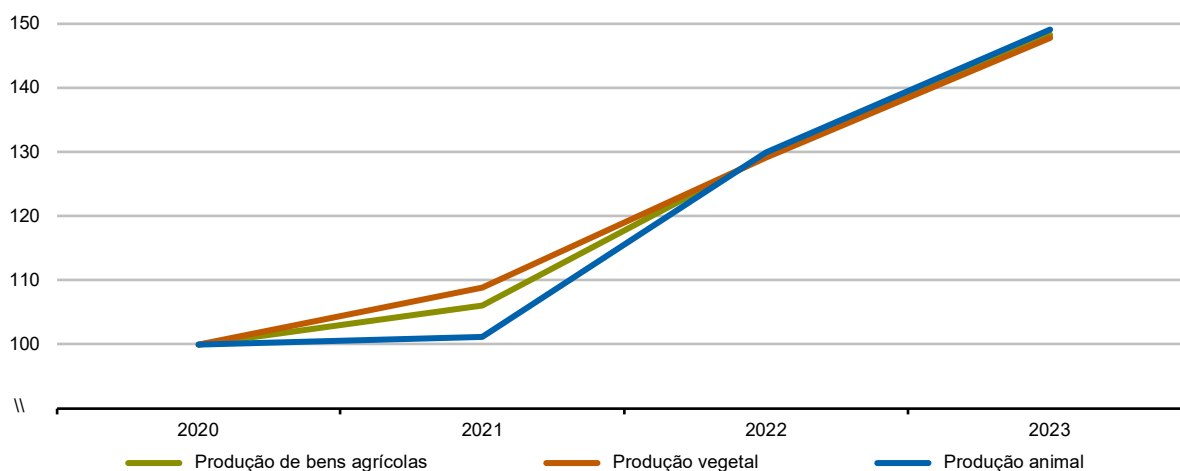
A informação relativa às estatísticas de preços na agricultura compreende os preços e os índices de preços da produção de bens agrícolas, dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura e os índices de preços dos bens e serviços de investimento na agricultura.

Os preços na agricultura são, por definição¹⁸, os preços recebidos pelo produtor (ou os preços de aquisição pagos pelo produtor), excluindo os subsídios e incluindo os impostos, exceto o IVA dedutível.

Alguns dos principais fatores responsáveis pelas variações dos preços dos produtos agrícolas, além da sazonalidade, própria deste tipo de atividade, são as condições meteorológicas ocorridas ao longo de cada ano e os preços dos produtos praticados nos mercados internacionais.

A informação agora apresentada refere-se à base 2020 de estatísticas de preços agrícolas (2020=100).

FIGURA 9.1
Índices de Preços no produtor de produtos agrícolas
(2020 = 100)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

¹⁸ Handbook for EU Agricultural Price Statistics”, version 2.0, Eurostat, March 2008, Luxemburg.

No ano de 2023, em comparação com o ano anterior, foi observada uma variação de +14,6% no índice de preços de produção dos bens agrícolas. Este comportamento ficou a dever-se aos aumentos de 14,5% no índice de preços da produção vegetal e de 14,7% no índice de preços da produção animal.

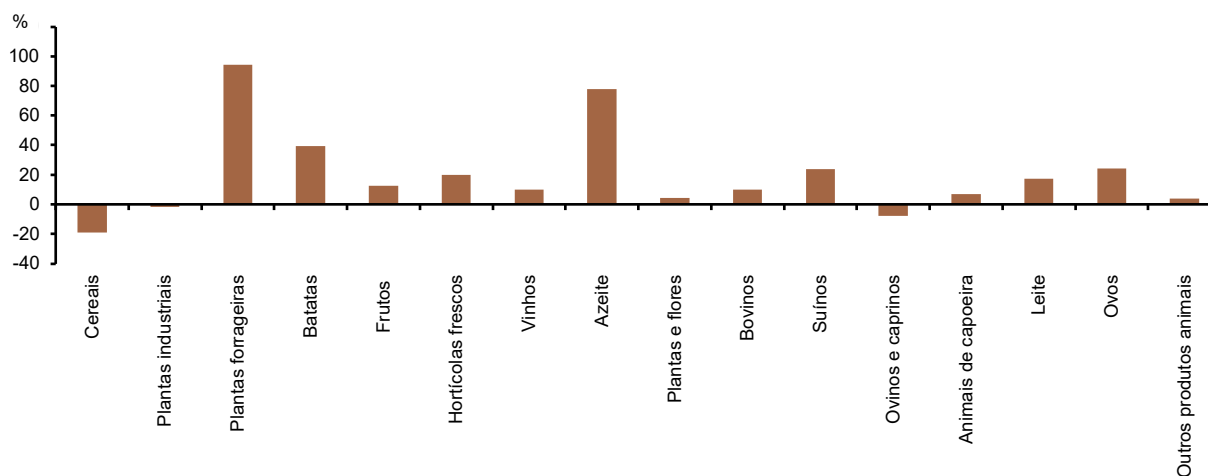
Na produção vegetal podem destacar-se as evoluções observadas no índice de preços das plantas forrageiras (+94,3%) e do azeite (+77,8).

Tal como sucedeu no ano anterior, as condições climatéricas adversas (temperaturas elevadas e baixa humidade) no calendário de produção de forrageiras determinaram a fraca oferta destes alimentos, já escassa durante o ano anterior. A sua elevada procura determinou assim o aumento de preço.

Já no azeite, a variação observada deriva da alta de preços nos mercados internacionais. Efetivamente, a quebra de produção das duas últimas colheitas em Espanha, principal país produtor da EU, devido a situações de seca, desequilibrou o mercado e tem condicionado o aumento do preço.

Na produção animal salientam-se os aumentos nos ovos (+24,1%) e nos suínos (+23,5%), em que problemas sanitários na Europa, diminuição de abates e o ainda nível elevado dos preços de alguns fatores de produção são as causas principais.

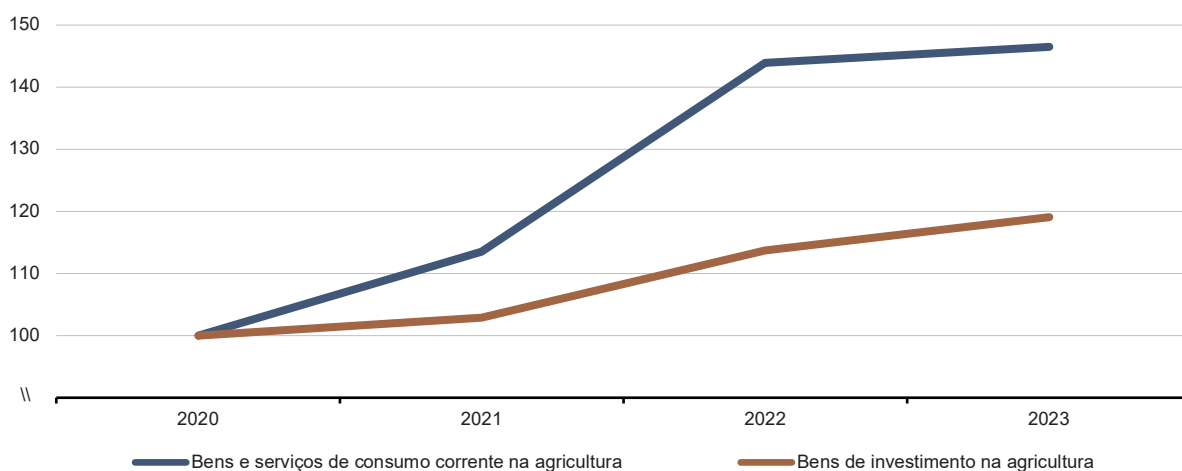
FIGURA 9.2
Índices de Preços no produtor de produtos agrícolas
(Variação 2023/2022)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

Em 2023, em relação ao ano anterior, o índice de preços dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura registou uma variação de +1,8% causada, principalmente, pela evolução do índice de preços das sementes e plantas (+11,8%) e dos alimentos para animais (+8,5%), apesar do decréscimo observado nos adubos e corretivos (-24,8%).

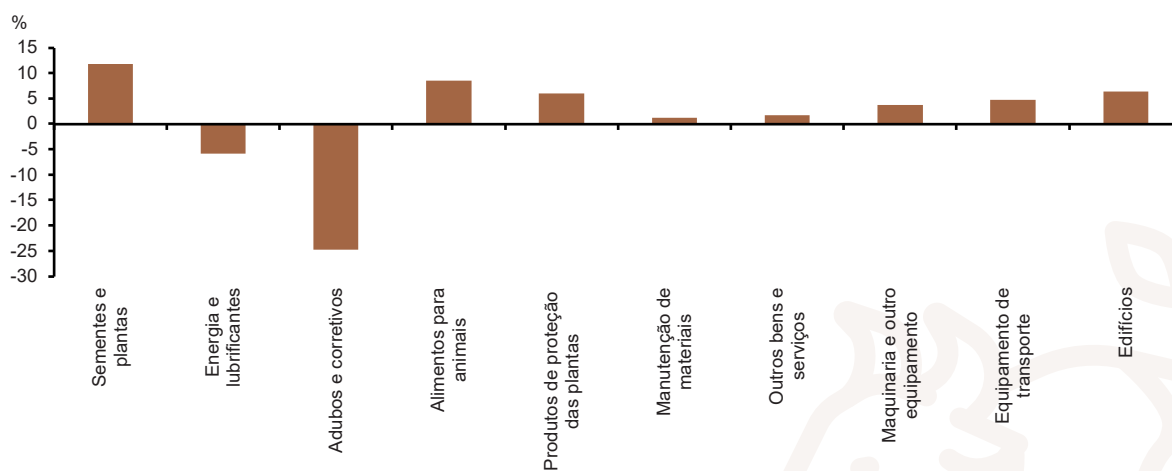
FIGURA 9.3
Índices de Preços dos meios de produção na agricultura
(2020 = 100)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas

Em 2023, e igualmente em comparação com o ano anterior, o índice de preços dos bens de investimento teve um acréscimo de 4,7%, devido, sobretudo, às evoluções registadas nos edifícios (+6,3%) e equipamento de transporte (+4,7%).

FIGURA 9.4
Índices de Preços dos meios de produção na agricultura
(Variação 2023/2022)



FONTE: INE, I. P., Estatísticas de Preços dos Produtos Agrícolas



10

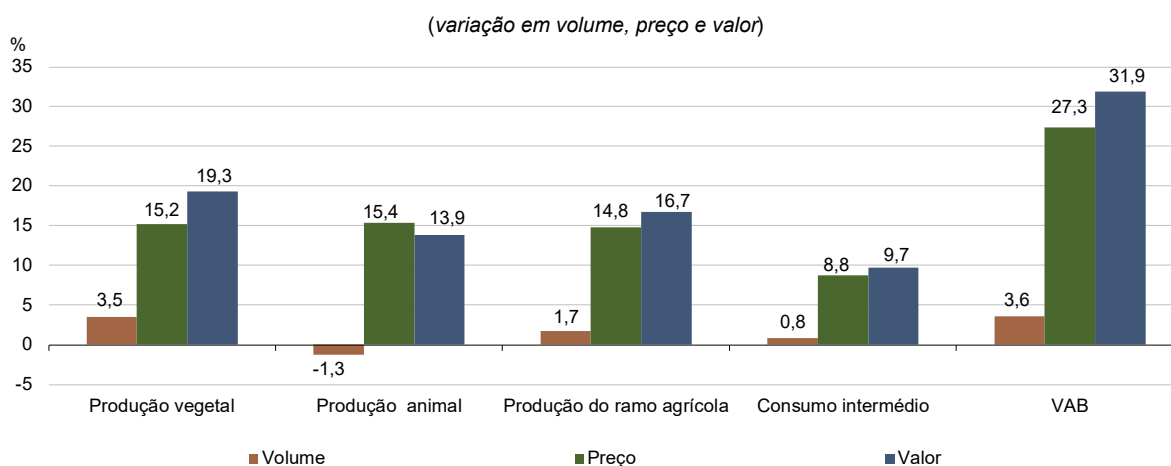
CONTAS ECONÓMICAS
DA AGRICULTURA



De acordo com a segunda estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA) para 2023, elaborada com dados disponíveis até 27 de março 2024¹⁹, o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), registou um acréscimo de 8,5%. Para esta evolução, foi determinante o aumento do Valor Acrescentado Bruto (VAB), em termos nominais, (+31,9%), uma vez que os Outros subsídios à produção e o Volume de mão-de-obra agrícola (VMOA) terão diminuído (-46,1% e -1,2%, respetivamente).

O acréscimo do VAB, em termos nominais, resultou de um crescimento da Produção do ramo agrícola (+16,7%) superior ao do Consumo intermédio (+9,7%). Em termos reais, o menor aumento do VAB (+3,6%) refletiu as evoluções, em volume, da Produção e do Consumo Intermédio (+1,7% e +0,8%, respetivamente).

FIGURA 10.1
Produção do ramo, Consumo intermédio e VAB
(2023)



FONTE: INE, I. P., Contas Económicas da Agricultura; Base 2016

¹⁹ O Regulamento (CE) N.º 138/2004 das Contas Económicas da Agricultura, alterado pelo Regulamento (CE) N.º 590/2022, prevê, no calendário de reporte de informação ao Eurostat, o envio da segunda estimativa em março do ano seguinte ao ano de referência. Nessa medida, os dados divulgados (reportados em março de 2024) não apresentam um carácter definitivo.

A evolução nominal da Produção vegetal (+19,3%) decorre de acréscimos em volume e, sobretudo, em preço (+3,5% e +15,2%, respetivamente). Para aquele crescimento em termos nominais foram determinantes as evoluções observadas nas Plantas forrageiras (+43,3%), nos Vegetais e produtos hortícolas (+22,2%), nos Frutos (+25,1%) e no Azeite (+41,6%).

A Produção animal registou um acréscimo nominal (+13,9%), em resultado do aumento dos preços de base (+15,4%), uma vez que o volume registou um decréscimo (-1,3%). As produções de bovinos (+14,9%), suínos (+18,7%), aves (+9,9%), leite (+18,5%) e ovos (+25,5%) foram determinantes para a evolução em termos nominais.

O crescimento nominal do Consumo Intermédio (+9,7%) resultou, fundamentalmente, de subidas dos preços (+8,8%) e em volume (+0,8%). Para este comportamento nominal, foram determinantes as evoluções em valor dos alimentos compostos para animais (+20,2%), da energia (-12,7%) e dos adubos e corretivos de solo (-14,5%).





CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA



Em 2022, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da silvicultura decresceu 3,4% em volume e aumentou, pelo segundo ano consecutivo, em valor (+9,6%).

O acréscimo do VAB em termos nominais foi consequência do aumento da Produção (+8,3%) ter sido superior ao aumento nominal do Consumo Intermédio (CI) (+5,8%).

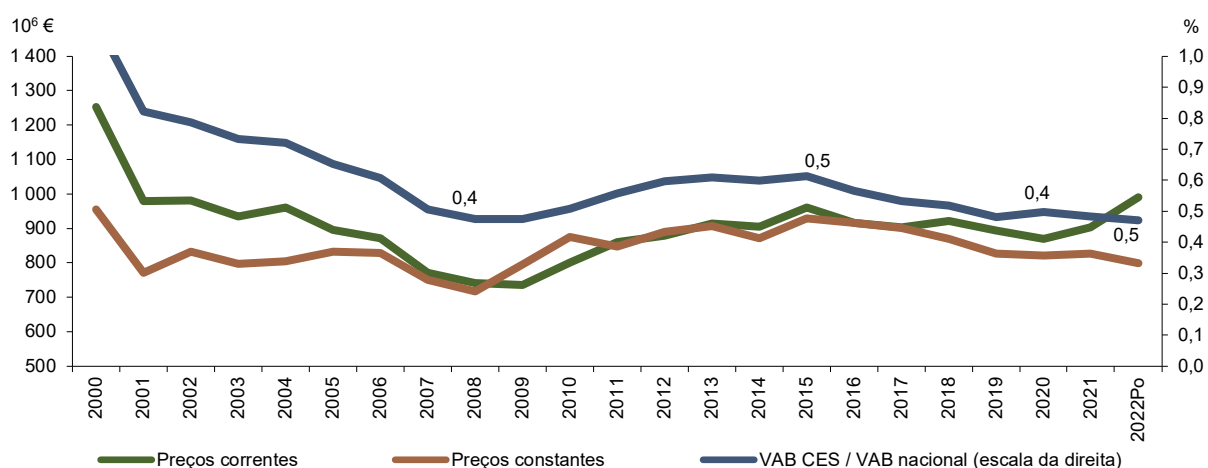
Em termos reais, contudo, o VAB diminuiu 3,4% em consequência de um decréscimo da Produção (-2,2%) e uma quase estabilização do CI (-0,1%). O peso relativo do VAB da silvicultura na economia nacional manteve-se em 0,5%.

O decréscimo real da produção da silvicultura em 2022 (-2,2%) foi, sobretudo, consequência da baixa produção de cortiça (-17,0% em volume).

No que respeita ao aumento nominal da produção (+8,3%), destacam-se os acréscimos da produção de madeira de resinosas, madeira de folhosas e madeira para energia (+6,9%, +19,9% e +17,3%, respetivamente), onde o aumento dos preços teve grande impacto.

Em termos estruturais, desde o período 2005-2009 que a madeira para triturar se mantém com o maior peso relativo entre os diversos bens florestais, atingindo 41,4% em 2022, mais 2,7 p.p. que no ano anterior.

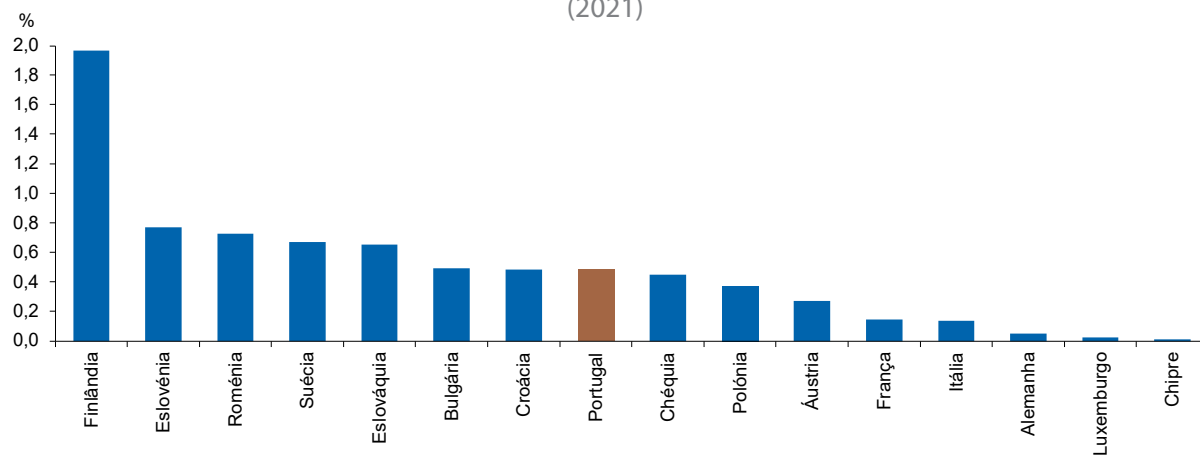
FIGURA 11.1
VAB da silvicultura



FONTE: INE, I.P., Contas Económicas da Silvicultura; Base 2016

Em 2021, comparativamente aos Estados Membros (EM) com informação disponível, Portugal encontrava-se em 8º lugar em termos de importância relativa do VAB da silvicultura e exploração florestal no VAB da economia nacional (0,5%).

FIGURA 11.2
VAB da Silvicultura/VAB nacional por EM
(2021)



FONTE: Eurostat, Contas Nacionais



CONCEITOS

produção vegetal

ano agrícola - o período de tempo em que se realizam as operações culturais necessárias à produção agrícola e que se inicia a 1 de novembro do ano n-1 e termina em 31 de outubro do ano n.

exploração agrícola - unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1) produzir produtos agrícolas ou manter em boas agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2) atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais, etc.); 3) estar submetida a uma gestão única; 4) estar localizada num lugar determinado e identificável.

culturas forrageiras - culturas destinadas ao corte para dar ao gado e que são colhidas antes de completarem o seu ciclo vegetativo (maturação), de modo a serem melhor digeridas pelos animais. Podem ser consumidas pelo gado em verde, depois de conservadas como feno ou silagem ou secas ao sol ou desidratadas artificialmente.

culturas permanentes - culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Não incluem os prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos regulares, com densidade mínima de 100 árvores, ou de 45 no caso de oliveiras, figueiras e frutos secos.

culturas temporárias - culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (as anuais) e também as que são ressemeadas com intervalos que não excedem cinco anos (morangos, espargos, prados temporários, etc.).

cultura temporária principal - cultura que proporciona maior rendimento sob o ponto de vista económico, quando na mesma parcela de terreno se fazem sucessivamente várias culturas no mesmo ano agrícola. Por convenção, sempre que exista uma associação de matas e florestas com culturas temporárias, estas últimas serão as principais; na associação culturas temporárias e permanentes as primeiras são consideradas sempre secundárias.

pastagens permanentes - plantas, semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

leguminosas secas para grão - leguminosas cultivadas para colheita do grão após maturação completa, quer se destinem à alimentação humana ou à alimentação animal.

lagar de azeite - estabelecimento industrial destinado à produção de azeite a partir das azeitonas.

azeite virgem - azeite obtido a partir do fruto da oliveira unicamente por processos mecânicos ou outros processos físicos, em condições que não altere o azeite, e que não tenha sofrido outros tratamentos além da lavagem, da decantação, da centrifugação e da filtração, com exclusão do azeite obtidos com solvente, com adjuvantes de ação química ou bioquímica ou por processos de reesterificação e qualquer mistura com óleos de outra natureza.

produção animal

produção indígena bruta (carnes) - produção líquida acrescida do saldo do comércio internacional de animais vivos (exportação - importação), convertido a peso carcaça.

produção líquida (carnes) - produção correspondente ao abate de animais realizado dentro do território nacional e aprovado para consumo, para cujo cálculo não se entrou em linha de conta com a proveniência dos animais abatidos (produzidos internamente ou importados).

aviário de multiplicação - aviário que se destina à produção de ovos para incubação destinado à produção de aves de capoeira quer de rendimento (produção de ovos para consumo ou de carne) quer de multiplicação. Em determinados períodos, os ovos postos nestes aviários podem ser desviados, em quantidade variável, para consumo alimentar, por não interessar à produção do dia.

aves do dia - aves com menos de 72 horas e que ainda não foram alimentadas e destinadas aos aviários de produção e multiplicação.

ovos de incubação - ovos produzidos pelas aves de capoeira e destinados a serem incubados.

miudezas das aves - as vísceras das aves usadas como alimento, compreendendo a cabeça e as patas quando separadas da carcaça.

matadouro - estabelecimento aprovado e licenciado pelas entidades competentes para a execução de abates e preparação de carcaças das espécies (bovina, ovina, caprina, suína, equina, aves, leitões e espécies abrangidas na designação de caça de criação) destinadas ao consumo público ou destinadas à indústria.

carne aprovada para consumo público - carne que tenha sido inspecionada e aprovada sem qualquer limitação e que tenha sido marcada de acordo com a legislação em vigor.

carcaça - corpo de qualquer animal abatido após ter sido sangrado e preparado conforme a espécie.

peso limpo de carcaça - peso em frio do corpo do animal de abate depois de esfolado, sangrado, eviscerado e depois da ablação dos órgãos genitais externos, das extremidades dos membros ao nível do carpo e do tarso, da cabeça, da cauda, dos rins e das gorduras envolventes dos rins, assim como do úbere (ver peso limpo da carcaça de cada espécie de gado abatido).

peso limpo da carcaça dos bovinos - peso, a frio, do corpo do animal abatido, depois de sangrado, esfolado, eviscerado e depois da separação dos órgãos genitais externos, das extremidades dos membros ao nível do carpo e do tarso, da cabeça, da cauda, das gorduras envolventes dos rins e do úbere, bem como dos materiais de risco específicos.

peso limpo da carcaça dos caprinos e ovinos - peso em frio do corpo do animal abatido, depois de sangrado, esfolado, eviscerado e depois de cortada a cabeça (separada ao nível das articulações occipito-atloidea), os pés (cortados ao nível das articulações carpo-metacárpicas ou tarsometatársicas), a cauda (cortada entre a 6ª e 7ª vértebras caudais), o úbere e os órgãos genitais. Os rins e as gorduras envolventes dos rins fazem parte da carcaça.

peso limpo da carcaça dos suínos - peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado e eviscerado e depois da separação dos órgãos genitais externos, dos rins, das gorduras envolventes rins e banha. O toucinho do lombo, a cabeça, os pés e a cauda fazem parte da carcaça.

peso limpo da carcaça dos equídeos - peso em frio do corpo do animal abatido depois de sangrado, esfolado e eviscerado, despojado da pele e de todos os órgãos internos com exceção dos rins e gordura envolvente, depois de desprovidos da cabeça, extremidades locomotoras e cauda.

miudezas do gado abatido - a carnes frescas não incluídas na carcaça, mesmo quando estando presas a esta pelas suas ligações naturais. Inclui a cabeça com ou sem língua, pulmões com a traqueia, coração, diafragma, esófago, estômago, intestinos (tripa), fígado, baço, pâncreas, epiplons, mesentério, órgãos genito-urinários, (exceto rins, verga e útero), extremidades locomotoras e cauda.

reses ou animais de talho - animais domésticos, destinados à alimentação humana, das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equina, cujas carnes são vendidas sob a designação comercial, respetivamente de vaca, vitela, vitelão e novilho, de carneiro ou borrego, de cabra ou cabrito, de porco ou leitão e de cavalo.

boi - bovino macho castrado, que não seja considerado vitelo.

novilha - bovino fêmea não parida, que não seja considerado vitelo.

novilho - bovino macho inteiro, que não seja considerado vitelo.

vitelão - bovino, macho ou fêmea, com idade superior a 8 meses, mas inferior ou igual a 12 meses.

vitela - bovino, macho ou fêmea, com idade inferior ou igual a 8 meses.

vaca - bovino fêmea que já pariu.

vaca leiteira - bovino fêmeas que já tenha parido e cujo leite seja exclusiva ou principalmente vendido ou consumido pela família do produtor (inclui as vacas leiteiras de refugio).

outras vacas - compreende as vacas aleitantes (incluindo as de refugio) e as vacas de trabalho.

ovelha - ovino fêmea que já pariu. Inclui-se no conceito as borregas destinadas à reprodução e as ovelhas de refugio.

borrega coberta - fêmea da espécie ovina coberta pela primeira vez.

cabra - caprino fêmea que já pariu. Inclui as cabras de refugio.

chiba coberta - fêmea nova coberta pela primeira vez, da espécie caprina.

equídeos - animais domésticos da espécie "Equus", mais vulgarmente designados por cavalos. Esta designação abrange também outras espécies como o burro e a zebra e cruzamentos como a "mula" ou o "macho".

porcas reprodutoras - suínos fêmeas com um peso vivo igual ou superior a 50 kg e mais que já pariram e as não paridas, mas destinadas à reprodução (exceto as porcas de refugio).

porcos de engorda - suínos machos e fêmeas não reprodutores com peso vivo igual ou superior a 20 kg.

varrasco - suíno macho reprodutor com mais de 50 kg de peso vivo, que efetue regularmente a cobrição.

leitões - suínos machos e fêmeas com peso vivo inferior a 20 kg.

produção de leite - inclui a totalidade do leite produzido: entregas à indústria, vendas diretas e leite utilizado na exploração agrícola (destinado à alimentação animal exceto o mamado diretamente pelas crias, autoconsumido e transformado em produtos lácteos).

leite cru - leite que não tenha sido aquecido a uma temperatura superior a 40°C., nem submetido a um tratamento de efeito equivalente.

produção florestal

matas e florestas - superfícies cobertas com árvores ou arbustos florestais, incluindo choupais, quer se trate de povoamentos puros (com uma só espécie), quer de povoamentos mistos (com espécies diversas), bem como os viveiros florestais localizados no interior das florestas e que se destinam às necessidades da exploração (com ou sem culturas sob coberto).

matas e florestas sem culturas sob coberto - superfícies cobertas com árvores ou arbustos florestais, incluindo choupais, quer se trate de povoamentos puros (com uma só espécie), quer de povoamentos mistos (com espécies diversas), bem como os viveiros florestais localizados no interior das florestas e que se destinam às necessidades da exploração.

floresta - terrenos dedicados à atividade florestal. Estão incluídos os povoamentos florestais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas a corte raso e outras áreas arborizadas.

floresta natural - floresta de espécies indígenas, maioritariamente “laurissilva”, regenerada naturalmente, que não está exposta a ações ou intervenções humanas e cujos processos ecológicos não estão significativamente afetados.

povoamento florestal - áreas ocupadas por um conjunto de árvores florestais crescendo num dado local, suficientemente homogêneas na composição específica, estrutura, idade, crescimento ou vigor, e cuja percentagem de coberto é no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20m.

áreas de corte raso - extensões de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$ de uso florestal, anteriormente ocupado por floresta e que, devido ao corte de árvores, está ocupado com cepos, ou com solo temporariamente nu. Os cortes podem ser rasos, se existir um corte simultâneo de todas as árvores, ou salteados ou sucessivos quando apenas algumas árvores são cortadas.

outras áreas florestais - outras áreas não consideradas em povoamentos nem em corte raso. Inclui “Outras áreas arborizadas” e áreas de “floresta natural”.

outras áreas arborizadas - extensões de terreno com área mínima de 0,5 ha e largura $\geq 20\ m$, que tenham um grau de coberto entre 5 e 10% e onde se verifica a presença de espécies florestais que na maturidade atingem porte arbóreo ou em que se verifique a presença de espécies florestais comum grau de coberto $\geq 10\%$, mas que, devido às condições em que vegetam, não conseguem atingir os 5 m de altura na idade adulta ou ainda, as áreas onde vegetem espécies florestais de porte subarbóreo como por exemplo o medronheiro e carrasco.

incêndio florestal - combustão não limitada no tempo nem no espaço e que atinge uma área florestal.

ocorrência (de incêndio florestal) - incêndio, queimada ou falso alarme que origina a mobilização de meios dos bombeiros.

reacendimento - reativamento de um incêndio, depois de este ter sido considerado extinto. A fonte de calor é proveniente do incêndio inicial. O reacendimento é considerado parte integrante do incêndio principal (a primeira ignição observada não depende de qualquer outra área percorrida pelo incêndio).

áreas ardidas de povoamentos - extensões de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$ anteriormente ocupado por floresta e que, devido à passagem de incêndio, está ocupado com cepos, troncos de árvores carbonizadas ou vegetação carbonizada.

áreas percorridas por incêndios florestais - área com povoamentos florestais ou inculta, atingida por um incêndio.

produção de madeira - diz respeito ao volume sólido ou ao peso da produção total dos produtos. Inclui a produção de produtos que podem ser imediatamente consumidos na produção de outro produto (pasta de papel, que pode ser imediatamente convertida em papel como parte do processo contínuo). Exclui a produção de folheados usados para a produção de contraplacados no mesmo país. A unidade de reporte é o metro cúbico sólido sem casca (em volume) no caso da madeira serrada ou das aparas ou dos resíduos ou dos painéis de madeira e toneladas métricas no caso do carvão, pasta e produtos de papel.

quantidade de madeira removida - toda a madeira removida com ou sem casca. É um agregado que inclui a lenha, a madeira para serrar e folhear (toros) e para triturar (rolaria) e outras madeiras redondas industriais.

madeira para triturar (redonda e partida) - madeira redonda em bruto, exceto toros, para a produção de pasta, painéis de partículas ou de fibras. Esta madeira pode ser contabilizada com ou sem casca e pode estar na forma de madeira redonda ou partida.

outra madeira redonda industrial - madeira redonda industrial (madeira em bruto) exceto toros para serrar e folhear e/ou triturar. Inclui madeira redonda que será usada para estacas, postes, vedações, etc.

lenha - quantidade de madeira redonda removida para ser consumida nesse estado (para aquecimento, para cozinhar) ou para ser utilizada como matéria-prima para a obtenção de carvão.

aparas e estilhas - madeira que foi deliberadamente reduzida a pequenos pedaços durante a transformação de outros produtos de madeira e é apropriada para a produção de pasta de madeira, painéis de partículas e de fibras, para uso como combustível ou outro. Exclui as estilhas de madeira vindas diretamente da floresta porque já foram contabilizadas como madeira para triturar.

madeira serrada - madeira que foi produzida tanto com madeira redonda nacional ou importada, serrando longitudinalmente ou por um processo de quebra da madeira com uma espessura superior a 5 mm (com pequenas exceções). Inclui pranchas, travessas, vigas, tábuas, esteios, pedaços de madeira, ripas, caixotes e caixas.

carvão vegetal - madeira carbonizada por combustão parcial ou pela aplicação de calor a partir de fontes externas.

contraplacado - placa de madeira constituída pela sobreposição de três, cinco ou mais folhas de madeira, e pequena espessura, dispostas com as fibras cruzadas entre si, que se grudam e se submetem seguidamente à pressão hidráulica em prensas.

folheados - finas folhas de madeira de espessura uniforme, descascadas, cortadas às fatias ou serradas. Inclui madeira usada para o fabrico de material de construção laminado, mobília, contentores, etc.

cortiça virgem - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a primeira vez que se extrai cortiça.

cortiça secundeira - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a segunda vez que se extrai cortiça.

cortiça de reprodução - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a segunda vez ou seguintes que se extrai cortiça (inclui a cortiça amadia, secundeira, bocados de amadia e refugo cru).

cortiça amadia - cortiça proveniente de partes de árvores nas quais é a terceira vez ou seguintes que se extrai cortiça.

gema (resina) - é um produto de secreção própria das resinosas, que serve para proteger e conservar estas árvores. O pinheiro bravo é a espécie em que normalmente, entre nós, se pratica a resinagem.

pasta de papel - material fibroso preparado de rolaria para triturar, resíduos de madeira, partículas ou resíduos por processo mecânico e/ou químico para produção de papel, cartão, painel de fibras ou outros processos celulósicos. A unidade de reporte é a tonelada métrica em peso seco ao ar, isto é com 10% de humidade (90% sdt).

pastas químicas ao sulfato (ou kraft) - pasta produzida pelo cozimento de estilhas de madeira num recipiente pressurizado na presença de um licor de hidróxido de sódio (soda). Esta pasta pode ser branqueada ou crua.

Os usos finais são muito numerosos, sendo a pasta branqueada utilizada em particular para papéis de usos gráficos, tissues e cartolinas. A pasta crua é utilizada geralmente para liner, para cartão canelado, papéis de embrulho, papéis para embalagem (sacos), envelopes e outros papéis especiais não branqueados.

pastas químicas ao sulfito - pasta produzida pelo cozimento de estilhas de madeira num recipiente pressurizado na presença de licor de bissulfito. Os usos finais incluem papel de jornal, papéis de escrita, tissues e papéis de uso doméstico e sanitário. Esta pasta pode ser branqueada ou crua.

painel de fibras - painel produzido a partir de fibras de madeira ou outros materiais lenhoso-celulósicos. Inclui painéis de fibras que são pressionados para ser lisos e produtos de painéis de fibras moldados. Subdivide-se em painel de fibras duras (densidade > 0,8 g/cm) e MDF (painel de fibras de média densidade - $0,5 < \text{densidade} \leq 0,8 \text{ g/cm}^3$).

painel de partículas - painel produzido a partir de pequenos pedaços de madeira ou outros materiais lenhoso-celulósicos juntos por um aglutinante orgânico com um ou mais agentes (calor, pressão, humidade, etc.).

papéis para embalagem - inclui materiais para caixa, papéis para embalagem, outros papéis e cartões principalmente para embalagem e outros papéis e cartões (para fins industriais e especiais).

papéis para usos domésticos e sanitários - incluem uma larga gama de tissues e outros papéis para a higiene utilizados em casas de habitação ou instalações comerciais e industriais.

papéis para usos gráficos - inclui papel de jornal, papéis não revestidos de pasta mecânica, papéis não revestidos de pasta química e papéis revestidos.

agricultura e ambiente

limite máximo de resíduos (LMR) - concentração máxima autorizada do resíduo de um pesticida no interior e à superfície de géneros alimentícios ou de alimentos para animais.

produtos fitofarmacêuticos - substâncias que se destinam a proteger os vegetais ou os produtos vegetais contra todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua ação. Ex: acaricidas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.

fumigante de solo - líquido volátil para combate de fungos, bactérias, insetos, nemátodos ou infestantes do solo.

fungicida - substância ou preparado que destrói os fungos ou impede o seu desenvolvimento.

herbicidas - produtos químicos, que, pela sua variedade e poder seletivo, atuam nas ervas daninhas procurando não prejudicar o normal desenvolvimento das culturas.

inseticidas e acaricidas - substâncias ou preparados usados para controlar e combater insetos e ácaros.

nematocida - substância ou preparado usado para combater nemátodos.

óleo mineral - hidrocarboneto usado para combater insetos, ácaros e infestantes ou como adjuvante.

fertilizante - substâncias utilizadas (adubos e/ou corretivos) com o objetivo de direta ou indiretamente melhorar a nutrição das plantas.

adubos - fertilizantes que pela sua natureza e pelo teor em um ou vários nutrientes se destinam a melhorar as produções agrícolas, por rapidamente disponibilizarem os nutrientes para as plantas.

indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco

transformação industrial - quantidades de produtos utilizados na fabricação de um produto derivado alimentar, para o qual existe um balanço específico.

utilização industrial - emprego que inclui as quantidades de produtos utilizados pela indústria para fabricação de outros não destinados à alimentação humana ou animal, nomeadamente os consumidos pela indústria dos químicos, da cerveja, do álcool, etc.

alimentação animal - quantidades de produtos utilizados na alimentação animal direta e/ou consumidos na fabricação de alimentos para animais (rações).

leite para consumo - leite destinado ao consumo humano, cru ou submetido a um tratamento pelo calor (pasteurizado, esterilizado e UHT).

leite gordo ou inteiro - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor natural de matérias gordas seja igual ou superior a 3,5% ou cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a 3,5% no mínimo.

leite meio gordo (ou parcialmente desnatado) - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a um valor que vai de 1,5% no mínimo a 1,8% no máximo.

leite magro (ou desnatado) - leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a um valor que vai até 0,3%, no máximo.

leite fermentado (ou acidificado) - leite caracterizado por ser um produto acidificado pelo ácido láctico e por escassas quantidades de outros compostos orgânicos, igualmente ácidos, produzidos por bactérias típicas; como consequência deste processo acidificação as proteínas do leite coagulam e precipitam-se dissociando-se posteriormente em aminoácidos. As bactérias lácteas fermentam uma parte da lactose do leite produzindo ácido, bem como outros açúcares.

leites em pó - produto pulverulento, obtido diretamente, por eliminação da água do leite, do leite parcialmente desnatado, do leite magro ou de uma mistura destes com ou sem nata e cujo teor de humidade seja inferior ou igual a 5%, em massa, do produto final.

nata - produto obtido do leite através da concentração da sua matéria gorda e que apresenta um teor de matéria gorda superior a 10% do peso do produto.

soro de leite - subproduto do fabrico do queijo ou da caseína através da ação dos ácidos, do coalho e/ou de processos físico-químicos.

bebidas à base de leite - produtos líquidos que contenham, pelo menos 50% de produtos lácteos, incluindo os produtos à base de soro de leite. Inclui o leite vitaminado, os leites achocolatados, o leite com aditivos ou aromatizado, etc..

queijo - produto fresco ou curado, de consistência variável, obtido por coagulação e dessoramento do leite ou do leite (total ou parcialmente desnatado, mesmo que reconstituído), assim como da nata, do leite com aditivos e a mistura de alguns ou de todos estes produtos, (incluindo lactosoro), sem ou com adição de outros géneros alimentícios.

queijo fundido - produto obtido a partir de um ou vários tipos de queijo, submetidos a fusão emulsionante, sem ou com adição de outros géneros alimentícios, podendo ou não ser esterilizado. Inclui as preparações à base de queijo fundido.

manteiga - produto butiroso obtido exclusivamente do leite de vaca ou da sua nata, com ou sem adição de sal e/ou culturas lácteas, apresentando-se sob a forma de uma emulsão sólida e maleável, com teor de matéria gorda igual ou superior a 80 % e inferior a 90%, com teor de humidade máximo de 16% e de matéria seca desengordurada de 2%. Inclui a manteiga com ervas, especiarias ou aromas.

leitelho - subproduto do fabrico da manteiga, obtido após batida ou butirização em contínuo da nata e separação da fração gorda sólida, que embora possa ser utilizado na alimentação humana, é quase sempre utilizado na alimentação de suínos ou de vitelos.

óleo - gordura líquida extraída de substâncias animais, minerais e ou vegetais de numerosas espécies usadas como alimento, matéria-prima industrial, combustível, lubrificante, etc..

vinho (sem certificação) - vinhos destinados ao consumo humano que não se enquadra nas outras designações existentes, cumprindo com as disposições nacionais e comunitárias em vigor.

vinho com denominação de origem protegida (DOP) - designação comunitária adotada para designar os vinhos com Denominação de Origem aos quais é conferida proteção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

vinho com indicação geográfica protegida (IGP) - Designação comunitária adotada para designar os vinhos com Indicação Geográfica aos quais é conferida proteção nos termos estabelecidos na regulamentação e que integram um registo comunitário único.

vinho com indicação de casta - vinho sem indicação geográfica, que mediante o cumprimento de determinados requisitos pode utilizar na rotulagem o ano de colheita e/ou as castas utilizadas na sua elaboração.

balanço de aprovisionamento

balanço de aprovisionamento - síntese de informação estatística, através da qual se quantificam, para um dado produto ou agrupamento de produtos alimentares, todos os fluxos ocorridos ao nível da exploração agrícola nacional e/ou ao nível do mercado. Equivale ao estabelecimento de um equilíbrio recursos/emprego em dados físicos.

grau de autoaprovisionamento - coeficiente, traduzido em percentagem, dado pela razão entre a produção interna (exclusivamente obtida a partir de matérias primas nacionais) e a utilização interna total; mede, para um dado produto o grau de dependência de um território, relativamente ao exterior (necessidade de importação) ou a sua capacidade de exportação.

balança alimentar

capitação - consumo médio expresso em quilogramas ou litros/habitante, durante o período de referência, tomando para base do seu cálculo a população residente no território a meio ou no fim do ano, consoante o período de referência observado.

capitação edível - valor que se obtém por aplicação de um coeficiente percentual (parte edível de um produto), variável consoante o produto alimentar ou bebida, sobre a capitação bruta que é definido segundo a Tabela de Composição de Alimentos Portugueses.

consumo humano - emprego que corresponde às quantidades de produtos consumidos pela população residente, quer sob a forma de produto primário, consumido nesse estado, quer sob a forma de produto industrializado, convertido a primário, durante o período de referência.

preços na agricultura

preço de aquisição de meios de produção - Preço pago pelo agricultor (correspondente à última fase de comercialização), na aquisição de meios de produção, excluindo subsídios e descontos, e incluindo impostos, exceto o IVA dedutível.

preço no produtor - preço de compra ao agricultor/ produtor ou preço de primeira venda pelo agricultor/ produtor, à saída da exploração agrícola/unidade produtiva, excluindo subsídios ao produto e incluindo prémios de qualidade (sempre que existam) e impostos, exceto o IVA dedutível.

contas nacionais e regionais

ramo de atividade - um ramo de atividade agrupa as unidades de atividade económica ao nível local que exercem uma atividade económica idêntica ou similar. Ao nível mais pormenorizado de classificação, um ramo de atividade compreende o conjunto das UAE locais inseridas numa mesma classe (4 dígitos) da NACE Rev.1 e que exercem, por conseguinte, a mesma atividade, tal como definida na NACE Rev.1.

contas económicas da silvicultura - representam um quadro sistemático, harmonizado e o mais completo possível da atividade silvícola, de modo a permitir a elaboração de rubricas e de indicadores, num sistema coerente e harmonizado de contas. Disponibilizam, com periodicidade anual, informação a nível nacional sobre o comportamento dos agregados macroeconómicos fundamentais na área da silvicultura.

produção do ramo silvícola - conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações silvícolas (silvicultura, exploração florestal e atividades de serviços relacionados), incluindo os intraconsumos.

contas económicas da agricultura - representam um quadro sistemático, harmonizado e o mais completo possível da atividade agrícola, de modo a permitir a elaboração de rubricas e de indicadores, num sistema coerente e harmonizado de contas. Disponibilizam, com periodicidade anual, informação a nível nacional sobre o comportamento dos agregados macroeconómicos fundamentais na área da agricultura.

produção do ramo agrícola - conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações agrícolas (produção vegetal, produção animal, serviços agrícolas e atividades secundárias), incluindo os intraconsumos.

produção utilizável - quantidade disponível para a eventual utilização dentro e fora da agricultura, resultante do processo de produção e durante o período de referência, após a dedução das perdas de colheita e de transporte do campo para a exploração agrícola e das destruições efetuadas no próprio campo.

vendas (saídas da agricultura) - emprego que compreende os quantitativos de produtos escoados para o mercado pelos produtores agrícolas ou outros, com exclusão das quantidades usadas em autoconsumo, os intraconsumos, as variações de existências e as perdas na exploração.

intraconsumo - conjunto de produtos agrícolas com origem na própria agricultura e aí utilizados como meios de produção (ex.: sementes e plantas, alimentos para animais, ovos para incubação, etc.).

variação de existências - diferença entre o valor existente de bens adquiridos ou produzidos pela unidade estatística de produção no fim e no início do período de referência, considerando a sua regularização.

excedente líquido de exploração ou rendimento misto - saldo contabilístico que corresponde ao rendimento que as unidades geram pela utilização dos seus ativos de produção. É obtido retirando ao rendimento de fatores as remunerações dos assalariados. O excedente líquido de exploração avalia o rendimento da terra, do capital e do trabalho não assalariado. É o saldo da conta de exploração, que indica a distribuição do rendimento entre os fatores de produção e o setor das administrações públicas.

consumo aparente - total de recursos disponíveis para serem utilizados no mercado interno (inclui eventuais perdas e stocks).

consumo de capital fixo - o consumo de capital fixo representa a depreciação verificada, no decurso do período considerado, pelo capital fixo em resultado da utilização normal e da obsolescência previsível, incluindo uma provisão para perdas de bens de capital fixo na sequência de prejuízo acidentais seguráveis.

consumo intermédio - o consumo intermédio consiste no valor dos bens e serviços consumidos como elementos de um processo de produção, excluindo os ativos fixos, cujo consumo é registado como consumo de capital fixo. Os bens e serviços podem ser transformados ou utilizados no processo produtivo.

formação bruta de capital fixo - a formação bruta de capital fixo engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e determinadas mais valias dos ativos não produzidos obtidas através da atividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

indicador A - a variação anual do Rendimento da Atividade Agrícola corresponde ao “Indicador A” (Variação anual, em %, do Rendimento dos fatores, deflacionado, por Volume de mão-de-obra agrícola total). Foi determinado com base em informação disponível até 31 de janeiro de 2019.

$$\text{Indicador A} = \frac{[(\text{Rendimento de Fatores ano n}/\text{deflador do PIB})/\text{VMOA ano n}]}{(\text{Rendimento de Fatores ano n-1}/\text{VMOA ano n-1})} = \frac{[(3872.62/107.1+100)/220.02]}{(3372.68/222.76)} \times 100 - 100 = +8,5\%$$

juros - nos termos do instrumento financeiro acordado entre um mutuante e um mutuário, os juros são o montante a pagar pelo segundo ao primeiro ao longo de um determinado período de tempo sem reduzir o montante do capital em dívida.

outros impostos sobre a produção - são todos os impostos em que as empresas incorrem pelo facto de se dedicarem à produção, independentemente da quantidade ou do valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos. Podem ser devidos por terrenos, ativos fixos ou mão-de-obra empregada no processo de produção ou em certas atividades ou operações.

outros subsídios à produção - os “outros subsídios à produção” recebidos por unidades produtivas residentes em consequência da sua atividade produtiva são subsídios não ligados à quantidade ou ao valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos.

remuneração dos assalariados - as remunerações dos assalariados definem-se como o total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos assalariados como retribuição pelo trabalho prestado por estes últimos no período de referência.

rendimento dos fatores - indicador económico que permite medir a remuneração de todos os fatores de produção que deram origem à Produção do Ramo. Esta variável é calculada subtraindo ao valor acrescentado líquido a preços de base, os outros impostos sobre a produção e somando os outros subsídios à produção.

rendimento empresarial líquido da agricultura - saldo contabilístico obtido adicionando ao excedente líquido de exploração os juros recebidos pelas unidades agrícolas constituídas em sociedade e deduzindo as rendas (isto é, rendas de terrenos e parcerias) e os juros pagos. Mede a remuneração do trabalho não assalariado, das terras pertencentes às unidades e do capital. É semelhante ao conceito, usado na contabilidade das empresas, de lucro corrente antes da distribuição e dos impostos sobre o rendimento. Embora o rendimento empresarial líquido não seja habitualmente calculado para os ramos de atividade, é geralmente possível calculá-lo para o ramo agrícola, pois pode se determinar a parte dos juros e das rendas ligada exclusivamente à atividade agrícola (e às atividades secundárias não agrícolas).

transferências de capital - são transferências, em dinheiro ou em espécie, efetuadas pelas administrações públicas ou pelo resto do mundo a unidades de produção, para lhes permitir financiar, na totalidade ou em parte, o custo de aquisição de ativos fixos ou indemnizar os proprietários de bens de capital que tenham sido destruídos por atos de guerra, catástrofes naturais ou perdas excepcionais devidas a causas externas à unidade de produção.

unidade de trabalho ano (UTA) - unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia).

valor acrescentado líquido - valor acrescentado bruto deduzido do consumo de capital fixo (de bens de equipamento, edifícios, construções e plantações agrícolas).

valor acrescentado bruto (VAB) - corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

volume de mão-de-obra-agrícola (VMOA) - equivale ao trabalho efetivamente aplicado na produção de produtos agrícolas e das atividades não agrícolas não separáveis das unidades agrícolas que compõem o Ramo. Por definição, pode ser dividido em Assalariado e Não Assalariado e é expresso em unidades trabalho ano (UTA). A UTA corresponde à prestação, medida em tempo de trabalho, de uma pessoa que efetua, a tempo inteiro e durante todo o ano, atividades agrícolas numa unidade agrícola.

PESOS E MEDIDAS

Produtos	Unidade	Equivalência
		kg
Animais de açougue		
- Vitelos	unidade	(a) 154,4
- Novilhos	»	(a) 293,8
- Bois	»	(a) 337,1
- Vacas	»	(a) 263,3
- Novilhas	»	(a) 215,6
- Caprinos	»	(a) 6,1
- Equídeos	»	(a) 163,1
- Ovinos	»	(a) 10,5
- Suínos	»	(a) 64,5
Animais de capoeira		
- Coelho	unidade	(a) 1,2
- Frangos	»	(a) 1,4
- Galinhas	»	(a) 2,0
- Patos	»	(a) 2,7
- Perus	»	(a) 10,3
- Pombos	»	(a) 0,2
Diversos		
- Azeite	hectolitro	91,66
- Azeitonas	»	65,00
- Ovos	milhar	62,00
- Vinho	hectolitro	100,00
Leite inteiro de:		
- Cabra	litro	1,035
- Ovelha	»	1,038
- Vaca	»	1,031
Madeiras		
- Azinho	m ³	1.070,00
- Castanho	»	580,00
- Choupo	»	470,20
- Criptoméria	»	270,00
- Eucalipto	»	800,00
- Faia	»	720,00
- Nogueira	»	680,00
- Pinheiro bravo	»	530,00
- Pinheiro manso	»	580,00
- Sobreiro	»	803,00
Caça		
- Coelhos	unidade	(b) 0,800
»	»	(a) 0,560
- Lebres	»	(b) 1,600
»	»	(a) 1,120
- Perdizes	»	(b) 0,400
»	»	(a) 0,340

(a) Peso limpo (b) Peso sem tripas

FATORES DE CONVERSÃO

Produtos	Unidade	Equivalência aproximada
Animais de açougue		
- Bovinos	- 1 kg de peso vivo	- 0,59 kg de peso limpo
- Caprinos	- 1 kg » »	- 0,40 kg de » »
- Equídeos	- 1 kg » »	- 0,55 kg de » »
- Ovinos	- 1 kg » »	- 0,40 kg de » »
- Suínos	- 1 kg » »	- 0,75 kg de » »
Animais de capoeira		
- Coelhos	- 1 kg de peso vivo	- 0,60 kg de peso limpo
- Galináceos	- 1 kg » »	- 0,75 kg de » »
- Patos	- 1 kg » »	- 0,70 kg de » »
- Perus	- 1 kg » »	- 0,75 kg de » »
Caça		
- Coelhos	- 1 kg de peso vivo	- 0,60 kg de peso limpo
- Lebres	- 1 kg » »	- 0,60 kg de » »
- Perdizes	- 1 kg » »	- 0,80 kg de » »
Cereais		
- Arroz	- 1 kg de arroz em casca	- 0,70 kg de arroz descascado
- Centeio	- 1 kg em grão	- 0,76 kg de farinha
- Cevada	- 1 kg »	- 0,66 kg de »
- Milho	- 1 kg »	- 0,91 kg de »
- Trigo	- 1 kg »	- 0,80 kg de »
Frutas secas		
- Amêndoa	- 1 kg de amêndoa em casca	- 0,225 kg de amêndoa descascada
- Amendoim	- 1 kg » amendoim em casca	- 0,73 kg » amendoim descascado
- Avelã	- 1 kg » avelã em casca	- 0,73 kg » avelã descascada
- Noz	- 1 kg » noz em casca	- 0,73 kg » noz descascada
Laticínios		
- Leite	- 1 l de leite de vaca	- 0,12 kg de leite em pó
- »	- 1 l » » » » desnatado	- 0,08 a 0,09 kg de leite em pó
- »	- 1 l » » » » »	- 0,36 kg de leite condensado a 65%
- »	- 1 l » » » » »	- 0,04 kg de manteiga
- »	- 1 l » » » » »	- 0,08 kg de queijo curado de vaca
- »	- 1 l » » » ovelha	- 0,14 a 0,17 kg de queijo curado de ovelha
- »	- 1 l » » » cabra	- 0,12 kg de queijo curado de cabra
Diversos		
- Azeite	- 1 l de azeite virgem	- (100 - $\frac{2n+2}{100}$) de azeite refinado 100 (n - grau de acidez)
- Azeitonas	- 1 kg de azeitona	- 0,16 l de azeite
- Cana sacarina	- 1 kg » cana sacarina	- 0,07 kg de açúcar
- Chá	- 1 kg » folhas verdes	- 0,24 kg de chá
- Cortiça	- 1 kg » cortiça	- 0,60 kg de granulado
- »	- 1 kg » »	- 0,36 kg de aglomerados de isolamento
- »	- 1 kg » »	- 0,80 kg de aglom. de revest. e compostos
- Tabaco	- 1 kg » tabaco verde (planta)	- 0,56 kg » tabaco verde (folha)
- »	- 1 kg » » » (folha)	- 0,10 kg » » seco

OUTRA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

- Preços e índices de preços mensais no produtor de alguns produtos agrícolas (output);
- Preços e índices de preços mensais dos meios de produção na agricultura (input);
- Produção de azeite segundo o tipo de lagar e sistema de extração;
- Produção de pintos do dia;
- Reses abatidas e aprovadas para consumo, segundo as espécies, por meses.

www.ine.pt

ISBN 978-989-25-0647-0

Ano de edição 2024



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL